

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Uiara do Carmo Wanderley Lima

O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA
EM ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA
ESTADUAL DE PERNAMBUCO (2008-2013)

Recife/2014

UIARA DO CARMO WANDERLEY LIMA

**O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA
EM ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA
ESTADUAL DE PERNAMBUCO (2008-2013)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública.

Orientadora: Prof^a. Dra. Cátia Wanderley Lubambo.

Recife/2014

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

L732p Lima, Uiara do Carmo Wanderley

O Programa de Educação Integral das escolas de referência em ensino médio da rede pública Estadual de Pernambuco (2008-2013) / Uiara do Carmo Wanderley Lima.
- Recife : O Autor, 2014. 178 folhas : il. 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dra. Cátia Wanderley Lubambo.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Escola integral. 2. Escola de referência. 3. Ensino médio. I. Lubambo, Cátia Wanderley (Orientadora). II. Título.

351 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2014 – 056)

Dissertação de Mestrado apresentada por **Uiara do Carmo Wanderley Lima** ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título: **“UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO NO PERÍODO DE 2008-2013”**, orientada pela Professora Cátia Wanderley Lubambo e aprovada pela Banca Examinadora formada pelas professoras doutoras:

Cátia Wanderley Lubambo
Presidente

Mônica Maria Barbosa Gueiros
Examinadora Interna

Ana de Fátima Pereira de Souza Abranches
Examinadora Externa

Recife, 27 de fevereiro de 2014.

Prof^ª. Dr^ª Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
Coordenadora

Dedico este trabalho dissertativo a meu querido esposo Márcio que representa uma parte de mim e só tem me incentivado e me guiado pelos caminhos da honestidade e da perseverança.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela iluminação durante o todo o processo criativo dessa Dissertação, sem o qual nada do que foi feito se faria.

Ao meu atencioso esposo, por ter acompanhado com paciência todos os momentos de angústia durante todo o processo de construção deste estudo.

A minha família por todo apoio que recebi para iniciar essa jornada.

A minha orientadora, Professora Cátia Lubambo, pela proficiência com que conduziu este estudo, com orientações profícuas, pertinentes, tranquilizando-me sempre em todo o processo de construção da pesquisa.

À pesquisadora Ana Abranches pelas sugestões relevantes, consoante sua experiência acadêmica em Educação.

Aos professores, desse mestrado que, direta ou indiretamente contribuíram para o meu amadurecimento acadêmico, em especial, ao Prof^o Dr^o e pesquisador Abraham Sicsú, que me orientou nos andaimes dessa construção científica.

Às amigas Sandra Rodrigues, Verônica Araújo, pelo suporte quanto à viabilização dos instrumentos de pesquisa e suas leituras das primeiras produções de texto, Claudia Braga, pelos estímulos e apoio e Ana Arruda pelo ombro cedido nos momentos de aflição dessa trajetória.

À amiga Solange Carvalho por todo o incentivo desde a preparação para a seleção para o mestrado até os momentos finais da conclusão deste estudo, mediante as conversas estimulantes sobre aspectos da educação.

Por fim, e não menos importante, à Fundação Joaquim Nabuco por essa excelente oportunidade de realizar este Mestrado Profissional, a partir do qual espero retribuir o incentivo produtivamente.

*Ensinar não é transferir o conhecimento, mas
criar as possibilidades para a sua própria
produção ou a sua construção.
(...) Todo amanhã se cria no ontem, através
de um hoje (...) Temos de saber o que fomos
para saber o que seremos*

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo analisou o Programa de Educação Integral nas Escolas de Referência em Ensino Médio da rede pública estadual de Pernambuco, no período de 2008 a 2013, identificando aspectos de contribuição para a qualidade da educação. O estudo tomou por base os pressupostos teóricos da Educação Integral formulados por Anísio Teixeira (1994,1962,1997) e Darcy Ribeiro (1986,1995, 2009), entre outros. No entendimento dos problemas enfrentados na educação brasileira e considerando a proposta do Governo de Pernambuco de aplicar os princípios da gestão voltada a resultados em escolas que funcionariam integralmente, uma questão nos impulsionou à pesquisa: Até que ponto as Escolas de Referência contribuíram para a melhoria da qualidade da Educação no Estado de Pernambuco? Para atender o nosso propósito, levantamos dados documentais e nos debruçamos sobre a Lei Complementar N. 125, de 10 de Julho de 2008, que criou o Programa de Educação Integral em Pernambuco. A análise empreendida destacou duas categorias principais: 1 – Inovação Pedagógica e 2 – Mudanças no Modelo de Gestão. Utilizamos de modo complementar a técnica da observação direta do ambiente escolar, da atuação dos professores dos gestores. Por fim, realizamos entrevistas semiestruturadas com gestores e professores das Escolas de Referências investigadas. A ideia de uma educação integral, como é o caso dessas Escolas de Referência, coaduna-se com os novos papéis da escola, do gestor e do professor, no atendimento do novo aluno, opção que compõe a estratégia do atual Governo do Estado de Pernambuco. Os resultados das investigações apontaram para uma realidade educacional voltada para uma gestão democrática e práticas pedagógicas inovadoras e a exemplo de práticas interdisciplinares, presença pedagógica, protagonismo juvenil, além do trabalho da escola com a comunidade do entorno, ultrapassando os muros da escola, coadunando-se com os princípios que norteiam uma educação de qualidade. Enfim, o estudo das Escolas de Referência sinalizou a preocupação com a preparação do aluno para o mercado de trabalho, para universidade e para vida. Este estudo é pertinente por oferecer um melhor entendimento da atual situação das Escolas de Referência e seus respectivos Projetos Políticos Pedagógicos, prestando-se, portanto, ao interesse de gestores, educadores, pesquisadores na área da Educação e demais interessados nos rumos da Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Integral. Escola de Referência. Ensino Médio.

ABSTRACT

This paper analysed the Program for Full Time Education in Reference High Schools of the public state schools in Pernambuco, from the period of 2008 until 2013, identifying aspects of the contribution for the quality of education. The study was based on the theories for Fulltime Education formulated by Anísio Teixeira (1994, 1962, 1997) and Darcy Ribeiro (1986, 1995, 2009), among others. Considering the problems faced in education in Brazil and also the proposal of the government of the State of Pernambuco in applying the principles of management in schools which work full time, an issue lead us to the reseach: to what extent have the Reference Schools contributed to an improvement in the quality of teaching/learning in the State of Pernambuco? In order to understand our intent, we researched for data in documents and also in the Complementary Law N. 125, of July 10th, 2008, which created the Program of Full Time Education in Pernambuco. The analyses emphasized two main categories: 1 – Pedagogical Inovation and 2 – Changes in the Management Model. As a complement to the research, we used the direct observation method of the school environment, the performance of the teachers and of the directors of the schools. After this, we held semistructured interviews with these directors and teachers of the Reference Schools investigated. The idea of a full time education, as in the cases of Reference Schools, is in line with the new roles of the school, the direction, and the teachers, in the attendance to the rights of the new student, an option which composes the strategies of the present Government of Pernambuco. The results of the investigations show a new educational reality towards an educational management and new pedagogical practices as well as in the examples of interdisciplinary practices, pedagogical presence, juvenile protagonism, besides the work in the school and the community around it, using the same principles which guide a qualified education. Finally, the study of Reference Schools signalized a preoccupation with the preparation of the student for the job market, higher education, and life. This paper is important because it offers a better understanding of the present situation of the Reference Schools and their respective Political Pedagogical Projects, serving the interest of directors, educators, researchers in the área of Education and to anyone else interested in Education.

KEY- WORDS: Full Time Schools. Reference Schools. High School.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução do Número de Escolas do Centro de Ensino Experimental	73
Quadro 2 – Situação de Evolução das Escolas de Referências a partir de 2008	76
Quadro 3 – Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco - Idepe	80
Quadro 4 – Quadro Analítico de Categorias, Indicadores e Instrumentos de Coleta	82
Quadro 5 – Caracterização das Escolas de Referência	85
Quadro 6 – Projeto Político Pedagógico das Escolas Estudadas	89
Quadro 7 – Resumo da Análise de Categoria Inovação Pedagógica	96
Quadro 8 – Resumo da Análise da Categoria Mudança no Modelo de Gestão	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDE – Bônus de Desenvolvimento Educacional
CEB – Conselho de Educação Básica
CECR – Centro Educacional Carneiro Ribeiro
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CAIC – Centro de Apoio Integral à Criança
CIAC – Centro Integrado de Apoio à Criança
CIEP – Centro Integrado de Educação Pública
CNE – Conselho Nacional de Educação
CEEGP – Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano
DRU – Desvinculação de Receita da União
EC – Emenda Constitucional
ENECEJA – Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudante
CEE – Centro de Ensino Experimental
EREM – Escola de Referência em Ensino Médio
FNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
FNE – Fundo Nacional de Educação
FUNDEB – Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de valorização dos profissionais da educação
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GP – Ginásio Pernambucano
GPR – Gestão Por Resultados
GRE – Gerência Regional de Educação
ICE – Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEPE – Índice de Educação de Pernambuco
INDG – Instituto de Desenvolvimento Gerencial
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura
OCDE – Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDCE – Programa de Desenvolvimento de Centros de Ensino Experimental
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PEE – Programa Especial de Educação
PIB – Produto Interno Bruto
PMGE/ME – Programa de Modernização da Gestão – Metas para a Educação
PNAGE – Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão
PNE – Plano Nacional de Educação
PPE – Política Pública Educacional
PROCENTRO – Programa de Desenvolvimento de Centros de Ensino Experimental
PROEMI – Projeto de Ensino Médio Inovador
SAEB – Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica
SAEPE - Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco
SE – Secretaria da Educação
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	14
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Geral	16
1.2.2 Específicos	16
2 CONCEPÇÃO DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	18
2.1 ENSINO MÉDIO NO BRASIL	27
2.2 MARCO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	43
3 A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA EDUCAÇÃO	52
3.1 GESTÃO POR RESULTADO - BUSCANDO UM CONCEITO	54
3.2 GESTÃO POR RESULTADOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO	57
3.3 O PACTO PELA EDUCAÇÃO	60
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	62
4 EDUCAÇÃO INTEGRAL EM PERNAMBUCO	66
4.1 GINÁSIO PERNAMBUCANO: O PROJETO PILOTO	66
4.1.2 O Programa de Desenvolvimento de Centros de Ensino Experimental - PROCENTRO	72
4.2 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM PERNAMBUCO	74
5 METODOLOGIA	78
5.1 SUJEITOS DA PESQUISA, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTO PARA A COLETA DE DADOS.	80
6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	84
6.1 ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS	87
6.2 A OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA E NOVO MODELO DE GESTÃO	96
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	
APÊNDICES	
APÊNDICE A – Pré-teste	120
APÊNDICE B- Roteiro de entrevista com os Gestores	123

APÊNDICE C- Roteiro de entrevistas com Professores	125
APÊNDICE D – Quadro de Categoria Inovação Pedagógica	126
APÊNDICE E – Quadro de Categoria Mudança do Modelo de Gestão	131
ANEXOS	
ANEXO A – Lei Complementar 125/2008	135
ANEXO B – Projeto Político Pedagógico da EREM 1	140
ANEXO C - Projeto Político Pedagógico da EREM 2	149
ANEXO D - Projeto Político Pedagógico da EREM 3	159
ANEXO E - Projeto Político Pedagógico da EREM 4	167

1 INTRODUÇÃO

A nova ordem da sociedade contemporânea é romper com antigos paradigmas, buscar conhecimento na história sem interferência de padrões culturais, pois a modernidade nos impulsiona a observar a realidade a nossa volta, dando oportunidade de vivenciar outras ações, outro *modus vivendi*, outras práticas pedagógicas.

Este estudo trata do Programa de Educação Integral nas Escolas de Referência em Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Pernambuco no período de 2008 a 2013, identificando aspectos de contribuição para qualidade da Educação. A escolha desse recorte temporal se deu por ser um período coincidente com a implementação do referido Programa no Estado de Pernambuco.

Este estudo foi fundamentado nos pressupostos teóricos de Teixeira (1994,1962,1997); Ribeiro (1986,1995, 2009); Freire (1993, 1996, 2005, 2009); Demo (1994); Cavaliere (2002); Dourado (2007, 2009); Ball (1998,2001), para os quais a análise das políticas educacionais deve focar na formação discursiva da política e de sua relação com a prática docente, entre outros autores que deram sua valiosa contribuição para construção deste trabalho. Além desses olhares norteadores, tomamos como base o Programa de Modernização da Gestão Pública do Governo do Estado de Pernambuco e o Projeto de implementação das Escolas de Referência. A pesquisa descritivo-exploratória foi realizada em cinco Escolas de Referência da Região Metropolitana do Recife (RMR) localizadas nos arredores de Recife e Olinda¹.

Consideramos pertinente, neste estudo, abordar o Ginásio Pernambucano (GP) por ser, segundo Magalhães (2008) uma escola pioneira e reconhecidamente de qualidade, aproveitando informações contidas no estudo de Raul Henry (2011). Destacamos o GP como espelho para análise comparativa com outras escolas de referência. Nessa perspectiva, foi construído o capítulo 5. Afinal, trata-se de uma das escolas mais antigas e

¹ Por questão de preservação das identidades das instituições escolares escolhidas como objeto de estudo, neste estudo serão denominadas por sequência de números arábicos: EREM 1, EREM 2, EREM 3 e EREM 4.

tradicionais do País, fundada em 1825, que teve entre seus alunos grandes nomes da intelectualidade brasileira a exemplo de Clarice Lispector e Ariano Suassuna.

As justificativas para a escolha das demais escolas serão apresentadas, em detalhe, na Metodologia.

Com relação aos problemas enfrentados na educação brasileira e considerando a proposta do Governo de Pernambuco de aplicar os princípios da gestão por resultados em escolas da rede pública estadual, uma questão se faz presente: Quais os fatores que contribuíram para a melhoria da qualidade nas escolas de referência a partir da implantação do programa?

Essa indagação leva a seguinte hipótese: a partir das escolas de referência, houve melhorias na qualidade de ensino em Pernambuco, conseqüentemente, na Educação. A fim de atestar essa hipótese, construíram-se os objetivos do estudo (ver seção 1.2). Em busca de atender tais objetivos, realizou-se uma pesquisa empírica.

1.1 JUSTIFICATIVA

Para registrar a motivação inicial da construção de um estudo voltado para a qualidade de educação, é preciso remeter a 2003, quando surgia uma forte preocupação com os rumos que a escola pública vinha tomando: Qual seria o futuro de seus jovens, provenientes de famílias de baixa renda, se essa escola não oferecia um ensino de qualidade que lhes permitissem enfrentar o mercado de trabalho ou sequer estimulava a inserção no ensino superior?

O convívio com educadores das diversas instituições de ensino, à época em que o Laboratório Dosa Monteiro, da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), em que trabalhamos, (nessa época, promovia palestras sobre tecnologia e educação de qualidade), favoreceu a reflexão sobre a situação trágica que se encontrava o ensino público. Foi a partir de então que começamos a compreender melhor as ideias de Anísio Teixeira quanto à qualidade da Educação e à importância do ensino integral. Durante essa ebulição de ideias,

surgiu a oportunidade de realizar o Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste. Abraçamos essa oportunidade por entender que a política pública voltada para uma educação de qualidade relaciona o Estado à sociedade sendo, portanto, pertinente um estudo que fomenta o debate em torno dessa proposta que permeia a política educacional, considerando uma crescente demanda por uma Educação de Qualidade para todos.

A ideia de uma educação integral, como é o caso das Escolas de Referência, coaduna-se com o novo papel da escola e do professor no atendimento do novo aluno que surge em tempos de tecnologia. A inovação tecnológica surge para respaldar a inovação pedagógica e não para suplantá-la e substituir o docente, pelo contrário, o professor deve dominar a tecnologia para com ela atender a sua proposta pedagógica inovadora, conforme postula Fino (2008). Esse mesmo autor considera ainda que a prática pedagógica inovadora vai além das reformas de ensino e do currículo:

Inovação envolve obrigatoriamente as práticas. Portanto, a Inovação pedagógica não deve ser procurada nas reformas do ensino, ou nas alterações curriculares ou programáticas, ainda que ambas, reformas e alterações, possam facilitar, ou mesmo sugerir, mudanças qualitativas nas práticas pedagógicas (FINO, 2008, p. 2).

Nesse entendimento, apesar da sua importância para as práticas pedagógicas, são as práticas de ensino dos conteúdos programáticos o ponto central para considerar a inovação pedagógica, a qual propõe desenvolver no aluno um senso crítico através da observação participante.²

Nesse entendimento, um estudo aprofundado sobre as escolas de referência em Pernambuco mostrou-se pertinente para subsidiar outros estudos nessa perspectiva.

Cabe ressaltar ainda, além da motivação pessoal e também profissional, a relevância acadêmica do projeto, pela escassez de outros estudos que discutam esse tema em Pernambuco, e ainda por se enquadrar dentro do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste.

² FINO, 2008

Conforme registro em UFPE (2009), esse programa apresenta como uma das finalidades propostas no seu Regimento Interno, buscar contribuição à melhoria da Gestão Pública com vistas ao Desenvolvimento Local e ao Desenvolvimento Regional.

Este estudo, portanto, pode contribuir para disseminar os efeitos das mudanças no âmbito da Educação em Pernambuco e subsidiar outros estudos sobre a qualidade da Educação, com isso prestando-se ao interesse tanto do governo do Estado,

Este estudo se presta ao interesse do governo do estado, por estar recebendo o retorno de sua ação em prol da educação pública estadual, com elementos que podem viabilizar uma reflexão do modelo adotado, a todos os setores mobilizados em torno da causa da educação integral, bem como a os interessados nos direcionamentos de um novo modelo de educação.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar aspectos de contribuição para a qualidade da Educação, advindos do Programa de Educação Integral em Escolas de Referência do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Pernambuco.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Averiguar se as inovações propostas nos Projetos Político Pedagógicos estão sendo implementadas pelas Escolas de Referência: EREM 1, EREM 2, EREM 3 e EREM 4.

2. Identificar como essas inovações estão sendo vivenciadas no cotidiano das Escolas de Referência.

2 CONCEPÇÃO DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

O século XX foi marcado no âmbito da educação pelo processo de universalização do Ensino Fundamental, levando a Escola Pública a administrar os recursos públicos com foco no quantitativo de alunos. Vindo a passagem para o Século XXI acentua a discussão sobre outra demanda: a qualidade da Educação já iniciada antes dos anos 1990.

Para análise da qualidade da educação, segundo Dourado; Oliveira e Santos (2007), é importante entender que a palavra qualidade é polissêmica, traz em si muitos significados. Portanto, na discussão sobre a qualidade da educação devem-se envolver as condições internas e externas à escola, bem como diferentes atores individuais e institucionais.

Conforme registra esse mesmo autor, em países membros da Cúpula das Américas, a realidade educacional evidencia uma infinidade de elementos usados para qualificar os conceitos, as concepções e as representações sobre o que vem a ser uma Educação de Qualidade, que se modificam a depender do tempo, do país, das transformações da sociedade contemporânea, em vista de novas demandas sociais.

Segundo a Unesco, Orealc (2008), uma educação é de qualidade quando determinar o avanço das competências necessárias às diversas áreas da vida humana, encarando os desafios da sociedade atual e desenvolvimento do projeto de vida em relação ao outro. O desenvolvimento completo do indivíduo é uma das finalidades que são atribuídas à educação em todos os instrumentos de caráter internacional e nas legislações dos países da região.

Entre muitos conceitos de qualidade em educação, consideramos a concepção dos autores, a seguir:

Qualidade da Educação implica o mapeamento dos diversos elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis ao processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania e, sobretudo, a melhoria do processo

ensino-aprendizagem dos estudantes (DOURADO, OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p. 29).

Segundo os autores acima, há que se considerar vários aspectos na discussão sobre a qualidade da educação como, por exemplo, produzir, organizar, gerir e disseminar competências e conhecimentos essenciais à prática cidadã, ou seja, elementos que envolva dentro e fora da escola que, de alguma forma, pode interferir no aprendizado do aluno, afinal, a educação deve ser entendida como prática social em espaços diversificados. Esses autores tomam por base em suas reflexões sobre a qualidade da educação a sua complexidade. Além de complexo, o fenômeno é também amplo e envolve uma gama de aspectos.

A qualidade da educação envolve dimensões extra e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos (DOURADO; OLIVEIRA 2009, p. 205).

Essa questão de uma educação de qualidade necessitar extrapolar os muros da escola é essencial para as discussões que envolvem a temática Qualidade da Educação. Ao relevar a questão intraescolar e extraescolar, os autores destacam níveis distintos. 1. **Extraescolar:** podem-se destacar dois níveis: o espaço social e o espaço dos direitos e garantias (obrigações do Estado). No âmbito socioeconômico e cultural dos atores envolvidos, há que se considerar o acúmulo de capital econômico, social e cultural dos familiares dos alunos. Assim, considera-se pertinente a participação da comunidade como elemento de apoio ao desenvolvimento do aluno na dinâmica de sua aprendizagem. Quanto aos direitos e garantias, são aspectos pertinentes à concepção de qualidade da educação, que envolve o direito dos cidadãos e as obrigações do Estado, o qual tem por dever prover uma educação de qualidade. O Estado tem também, conforme os supracitados autores as seguintes obrigações:

Definir e efetivar diretrizes nacionais para os níveis, ciclos e modalidades de educação ou ensino; implementar sistema de avaliação voltado para subsidiar o processo de gestão

educativa e para garantir a melhoria da aprendizagem; implementar programas suplementares, de acordo com as especificidades de cada estado e município, tais como: livro didático, merenda escolar, saúde do escolar, transporte escolar, recursos tecnológicos, segurança nas escolas (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2009, p 208).

Além de planejar, o Estado tem obrigação de se responsabilizar pela infraestrutura. Esses autores pontuam as dimensões intraescolares em quatro planos: O plano do sistema; o plano de escola; o plano do professor e o plano do aluno. **2. Intraescolar:** condições de oferta do ensino; gestão e organização do trabalho escolar; formação, profissionalização e ação pedagógica e acesso, permanência e desempenho escolar. Todos esses níveis são relevantes para a concepção de qualidade da educação.

A concepção de qualidade é relativa e vai depender da cultura e dos valores estabelecidos na sociedade que lhe dão validade e credibilidade. Daí podemos inferir que para analisar uma educação de qualidade há que se estabelecer variáveis de análise.

Observe-se o que argumenta a educadora a seguir:

O conceito de qualidade é totalizante, abrangente, multidimensional. É social e historicamente determinado porque emerge em uma realidade específica de um contexto concreto. Portanto, uma análise crítica da qualidade deverá considerar todos esses aspectos, articulando aqueles de ordem técnica e pedagógica aos de caráter político-ideológico (RIOS, 2001, p. 64).

Para se considerar a qualidade, há que se relacionar a fatores que validem essa qualidade e lhe atestem, uma vez que eles a definem como boa ou ruim, da cultura, da sociedade e dos valores estabelecidos. Essa autora considera que a qualidade deve ser associada à realidade sociopolítico-histórica e cultural. Assim, é de acordo com as transformações sócio-históricas que o conceito de qualidade vem se adequando.

Alguns autores, a exemplo de Demo (1994), relacionam qualidade à dimensão de quantidade, perfeição, à profundidade e competência humana:

Educação passa a ser o espaço e o indicador crucial de qualidade, porque representa a estratégia básica de formação humana. Educação não será, em hipótese nenhuma, apenas ensino, treinamento, instrução mais especificamente formação, aprender a aprender, saber pensar, para poder melhor intervir, inovar (DEMO, 1994, p. 20).

Para esse autor, subjaz na concepção de qualidade uma ideia de completude, de intensidade de algo em dualidade com a quantidade.

Quantidade, para qualidade, é base e condição. Como base, significa o concreto material, de que também é feita a vida. É corpo, tamanho, número, extensão. Como condição, indica que toda pretensão qualitativa passa igualmente pela quantidade, nem que seja como simples meio, instrumento, insumo. [...] Qualidade, por sua vez, aponta para a dimensão da intensidade. Tem a ver com profundidade, perfeição, principalmente com participação e criação. Está mais para ser do que para ter (DEMO, 1994, p. 10).

Demo (1994) corrobora Sander (1995), quanto à concepção de qualidade em educação, em que a qualidade deve ser medida. Este último considera que a qualidade imprime valor à educação no âmbito político e acadêmico. Há uma relação com o paradigma multidimensional de Administração da Educação, que se apoia na desconstrução e reconstrução do conhecimento adquirido e acumulado ao longo da história, numa "tentativa de síntese teórica da experiência latino-americana de administração no contexto internacional" (SANDER, 1995, p. 40).

Desse modo, o Paradigma Multidimensional de Administração da Educação é constituído no âmbito econômico, pedagógico, cultural e político, cujo critério administrativo corresponde respectivamente à: eficiência, eficácia, efetividade e relevância. Assim é possível conferir valor à qualidade da educação em termos substanciais ou políticos e instrumentais ou acadêmicos.

A qualidade substantiva de educação reflete o nível de consecução dos fins e objetivos políticos da sociedade. A qualidade instrumental define o nível de eficiência e eficácia dos métodos e tecnologias utilizados no processo educacional (SANDER, 1995, p. 152).

Seguem os conceitos: eficiência, eficácia, efetividade e relevância que esse autor relaciona ao conceito de qualidade na gestão da educação.

Eficiência "[...] é o critério econômico que revela a capacidade administrativa de produzir o máximo de resultados com o mínimo de recursos, energia e tempo".³ É um critério de dimensões instrumental e extrínseca.

Eficácia "[...] é o critério institucional que revela a capacidade administrativa para alcançar as metas estabelecidas ou os resultados propostos".⁴ Esse critério é de dimensão instrumental e preocupa-se com a consecução dos objetivos intrínsecos, vinculados, especificamente, aos aspectos pedagógicos da educação.

Efetividade "[...] é o critério político que reflete a capacidade administrativa para satisfazer as demandas concretas feitas pela comunidade externa"⁵ É um critério substantivo extrínseco que reflete a capacidade de a educação responder às preocupações, exigências e necessidades da sociedade.

Relevância, "[...] é o critério cultural que mede o desempenho administrativo em termos de importância, significação, pertinência e valor".⁶ Esse critério é de natureza substantiva e intrínseca e está diretamente relacionado à atuação da educação para a melhoria do desenvolvimento humano e qualidade de vida dos indivíduos e grupos que participam do sistema educacional e da comunidade como um todo.

O autor afirma ainda que tais conceitos não são excludentes na gestão da educação, mas se complementam.

[...] embora distinguíveis, são dimensões dialeticamente articuladas de um paradigma abrangente e superador de administração da educação. No paradigma multidimensional de administração da educação a eficiência é subsumida pela eficácia; a eficácia e a eficiência são subsumidas pela

³ SANDER, Benno. *Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. p.43.

⁴ .Ibid. p. 46.

⁵ _____, p. 47.

efetividade; a efetividade, a eficácia e a eficiência são subsumidas pela relevância. Segundo (SANDER, 1995, p. 67).

Esse autor considera que a eficácia implica eficiência, as quais estão inseridas na efetividade, e o conceito de relevância na gestão da educação envolve eficiência, eficácia e efetividade.

Para Gentili (1995), o próprio conceito de qualidade educacional, em termos mercadológicos constitui-se em um instrumento de “manutenção da sociedade, bem como do projeto neoconservador”. Para ele, em uma sociedade democrática não há que se distinguir o acesso à escola e o tipo de serviço por ela dispensado. Nesse entendimento, demonstra reservas quanto à qualidade de ensino das escolas pública e pela privada. Há que se transformar primeiro a qualidade do sistema de ensino tornando a educação um direito para todos e não privilégio de alguns: “qualidade para poucos não é qualidade é privilegio” (GENTILI, 1995, p. 177).

Discutir qualidade da educação no Brasil é também levantar discussão sobre formação docente, investimentos, estrutura física da escola, perfil socioeconômico do aluno e gestão escolar. São variáveis condicionantes da qualidade da escola. Consideram-se como as avaliações externas como forma de qualificar, ou não, os sistemas de ensino no país.

Aplicar testes entre os alunos das escolas públicas e privadas no Brasil passou a ser uma prática desde os anos 1990. A partir dos resultados, elaboram-se os índices de desempenho como é o caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), com informações coletadas dos dados conseguidos no Censo Escolar, das médias de desempenho alcançadas no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Prova Brasil. Em Pernambuco, há o Sistema de Avaliação de Educação Básica de Pernambuco (Saepe).

Na concepção de Beisiegel (2005, p.121 e 151), a precariedade do rendimento da escola se insere na realidade do país. A democratização do ensino levou a educação escolar aos estratos sociais menos favorecidos, fazendo elevar o quantitativo de vagas. Em contrapartida, houve uma queda na qualidade do ensino ministrado na escola. Pode-se inferir daí que, em vez de preparar a infraestrutura para receber os alunos, o Estado recebe esses alunos

sem ampliar o espaço. Apesar disso não há como desconsiderar numa avaliação da escola pública, as transformações qualitativas desse público, que passa a usufruir o que antes lhes era inacessível.

Quanto a essa questão quantidade sobre a qualidade, em relação às políticas públicas para a educação no Brasil, Oliveira (2005), considera que a quantidade sempre fora o calcanhar de Aquiles dos governos.

Nos anos 1990, o Brasil manifestou sua preocupação com a qualidade da aprendizagem dos alunos, e com a avaliação dessa aprendizagem mediante as ferramentas de avaliação externa como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a Prova Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Cabe ressaltar que há ainda o processo de avaliação internacional como é o caso do *Programa Internacional de Avaliação de Alunos* (PISA), promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aplicada aos alunos das redes pública e privada, com faixa etária de 15 anos. Diante da exigência de formação e qualificação e do processo de reestruturação do Estado e do fracasso do sistema escolar, Coelho (2008) considera tudo isso como a base das reformas das avaliações externas no País.

O país deixa de conferir destaque a quantidade para focar na qualidade da educação como prioridade, uma vez que é um direito do cidadão uma qualidade concebida por agências multilaterais com o fim de reduzir o índice de pobreza de países em desenvolvimento como o Brasil e, segundo Bruno (1996), de adequar a educação, para atender à nova produção capitalista, em que a educação é vista como foco, uma vez que é também condição geral de produção.

De acordo com alguns teóricos, a exemplo de Souza (1997); Bruno (1996); Oliveira (1996) a procura por uma escola de qualidade está relacionada à lógica da produtividade capitalista, cujo ponto chave é a capacidade intelectual e não física. A educação deve atender às demandas da globalização, "precisa alcançar qualidade capaz de responder às demandas decorrentes das transformações globais nas estruturas produtivas e do desenvolvimento tecnológico" (SOUZA, 1997, p. 264).

É importante a utilização das avaliações como instrumento de medida, adequação e controle dos sistemas educativos para a orientação das políticas públicas na área de educação.

Segundo Mello (1995), a escola deve adequar-se ao novo paradigma. Educar para a qualificação da cidadania, para uma sociedade competitiva com conteúdos voltados para a demanda do mercado, dominando as novas tecnologias de informação e comunicação. Compete à gestão facilitar, regular, administrar e manter a mudança na expectativa de gestão eficiente e eficaz. Para essa autora, a gestão se constitui na “mola propulsora” da qualidade da educação básica bem como das políticas públicas. Há então que se considerar qualitativo os mesmos parâmetros de eficiência, eficácia e produtividade tanto para a escola privada quanto para a pública, em que tais parâmetros já internalizados pela escola tiveram origem na economia de mercado. Assim, essa autora considera pertinente analisar o modelo de financiamento e alocação de recursos e realizar uma reforma no planejamento com vistas à expansão, entre outras melhorias, como as que seguem:

[...] qualificar a gestão escolar; instituir sistemas de avaliação externa da aprendizagem dos alunos; estimular e criar modelos alternativos para a formação docente além de capacitar os professores em efetivo exercício da profissão; fazer um levantamento das dificuldades e propor alternativas de solução para a questão salarial; optar por uma política do livro didático; qualificar a demanda no sentido de promover uma maior preocupação da sociedade civil e das mídias de forma geral com a qualidade da educação no país, e estabelecer diretrizes para integração da escola com outras instâncias como saúde, lazer, esporte e cultura a fim de propiciar aos alunos experiências inovadoras e alternativas para o uso racional do tempo inverso ao período de aulas (MELLO, 1995, p.111).

Já Russo (2005) acrescenta que a gestão escolar deve propiciar condições que viabilize a aprendizagem dos alunos, que pode ocorrer de maneira eficaz e eficiente ou não. Assim, é importante que as ações da escola estejam organizadas conforme o processo de produção pedagógico.

Para alcançar o fim primeiro da educação, que é transformar e formar para a cidadania, o Projeto Político-Pedagógico da escola é mediador na gestão, ao promover qualidade: “[...] ações que podem contribuir para que, com

os recursos existentes e disponíveis, se ‘produza’ o máximo de educação possível, ou seja, que a escola atenda o maior número de alunos com a melhor (qualidade)” (RUSSO, 2005, p.33). Para um ensino de qualidade mediante as ações promovidas pela gestão escolar, importa traçar os objetivos da educação em conformidade com a natureza da dinâmica pedagógica.

É um direito legal de todo educando o acesso a uma escola, cujo sistema de ensino seja de qualidade, em termos de investimento, formação docente etc. por isso é essencial que as escolas busquem atender aos requisitos de qualificação.

Para finalizar a discussão conceptual sobre a qualidade da educação, referenciamos Dourado; Oliveira e Santos (2007), quando afirmam que as pesquisas em torno da qualidade de educação demonstram que a eficácia da educação está em uma relação intrínseca com a valorização dos sujeitos que compõem a dinâmica da escola, ou seja, capacitação docente, reconhecimento das desigualdades socioeconômicas e culturais dos alunos entre outras construções subjetivas. Enfim, há um conjunto de variáveis essenciais em que alunos, pais e professores participem ativamente do processo de construção do saber. É importante nos remeter à *pedagogia da autonomia* de Paulo Freire em que ele afirma:

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar (FREIRE, 1996, p. 85).

Assim é o profissional da educação, cujo papel nesse mundo educacional é ativo e incentiva o aluno ao processo da aprendizagem. Ainda remetendo a esse renomado educador brasileiro, há que se considerar no processo ensino-aprendizagem a valorização da consciência crítica do aluno em sua formação, quando afirma em sua obra *A importância do Ato de Ler* (2001) que “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”. Segundo ele, o educador deve aproveitar as experiências prévias do educando, estimulando-o

a desenvolver o raciocínio crítico. Considera Freire (2001) que a educação escolar deve ser contextualizada com a realidade do próprio educando.

Freire (2009) destaca a questão da conscientização na educação como único caminho para a libertação do homem. Em sua concepção, a prática educativa somente será bem sucedida se primar pela participação livre e consciente do educando. Seu objetivo é a formação de consciências críticas, por uma educação de inclusão, que situe o homem como sujeito de sua história.

2.1 ENSINO MÉDIO NO BRASIL

O entendimento que a educação, no Brasil, apresentava-se como um instrumento de manutenção dos privilégios das classes dominantes, fez transparecer, nas primeiras reformas educacionais, o caráter conservador da sociedade brasileira no início do período republicano.

No Brasil, as políticas voltadas para a Educação no Ensino Médio têm expressado duas realidades educacionais, tendo por base a divisão social de trabalho, a qual “distribui os homens pelas funções intelectuais e manuais, segundo sua origem de classe, em escolas de currículos e conteúdos diferentes” (NASCIMENTO, 2007, p. 78). Segundo esse autor, o Ensino Médio, nos moldes da contemporaneidade, é, conforme a história, “seletivo” e propenso à desigualdade social.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a educação no Brasil é do ponto de vista histórico, de base elitista, à medida que ainda busca atender aos interesses dessa elite, preparando-a para o curso superior no estrangeiro ou mesmo no País, criados nos primeiros anos do século XIX.

A partir da Revolução Industrial, o capitalismo consolidou-se no Brasil mediante as instituições político-sociais. Segundo Nascimento (2007), a questão da concentração de renda e do prestígio social a serviço da hegemonia excludente, mantém até a contemporaneidade uma parcela da sociedade à margem das questões centrais socioeconômicas e políticas. O

capitalismo internacional, contudo não encontrou respaldo no Brasil para o desenvolvimento científico e tecnológico em termos de lócus de produção e reprodução de conhecimento. Em vez disso, encontrou entraves agravantes, sobretudo em suas instituições político-culturais da aristocracia e privatistas originárias de formas inferiores de supremacia delegada ao capitalismo. Os caminhos para a modernização no Brasil limitaram-se à esfera cultural.

Essa modernização impulsionada pela industrialização e urbanização do país foi responsável pela demanda por formação escolar para todas as classes sociais conforme Romanelli (1993). Com o crescimento urbano, advém a necessidade de ensinar o mínimo de comportamento social à população. O alargamento da indústria, a procura por mão de obra qualificada também foram frutos dessa transformação.

No início do Século XX, a partir da década de 1930, as inovações no âmbito educacional no Brasil foram inspiradas em John Dewey⁷. As reformas educacionais ocorridas nos diversos estados refletem o pensamento desse educador como fonte de inspiração dos brasileiros, entre os quais, Anísio Teixeira.

A Educação recebeu atenção especial do governo com a construção de uma política oficial em prol de sua reestruturação. Fora, no entanto, o começo de um alerta social em que os brasileiros despertam com suas ideologias. Desencadeiam um processo de lutas reivindicatórias. De um lado, estavam os grupos dos renovadores da educação que defendiam a escola pública, gratuita, obrigatória, no sentido que o Estado é obrigado a oferecer; laica, sem vínculo religioso; e coeducação, ambos os sexos; do outro estavam o grupo dos conservadores, educadores católicos, em defesa de uma educação baseada na doutrina da religião católica, com separação entre os sexos, ou seja, um ensino excludente. Enquanto os renovadores buscavam uma política nacional de educação que atendessem a todos, mediante um manifesto em prol de uma nova educação “o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. (AZEVEDO

⁷ A vida e as concepções de educação de Anísio Teixeira sofreram influência decisiva do pensamento do educador norte-americano John Dewey (1859-1952), onde Anísio foi seu discípulo. Bomeny (2003. p.9).

apud BOMENY, 2003). Esses militantes eram chamados então de "escolanovistas. Os conservadores, por sua vez, combatiam tais idéias, porém, ainda assim elas se difundiam e serviram para justificar várias reformas, como a Francisco Campos, no campo da Educação, com a criação de instituições do ensino superior a exemplo da Universidade do Distrito Federal pelo Decreto Municipal Nº.5.513, em 1935.

Depois da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, pelo Decreto n.19.402, de responsabilidade de Francisco Campos, uma gama de decretos foram estabelecidos com o fim de fazer reforma no Ensino Superior pelos Decretos nº 19.851 e nº 19.852 de 11/04/1931; no ensino secundário pelo Decreto n.º 19.890 de 18/4/1931 e no ensino comercial pelo Decreto n.º 20.158, de 30/06/1931. Todos esses decretos deram origem a chamada reforma Francisco Campos.

Assim, o ensino secundário foi dividido em duas etapas: o fundamental, com a duração de cinco anos e o complementar, com a duração de dois anos. Embora se reconheça a importância dessa Reforma, ela deixou a desejar por não ter conseguido atender à demanda populacional em crescimento, além do mais, o seu caráter academicista, dificultando a aprovação levou à exclusão das camadas menos favorecidas, tornando-se um privilégio da elite. Segundo Romanelli (1993), tratava-se de uma imposição para direções distintas: um ensino para o povo, pelas escolas profissionais, e um para a elite, via escolas secundárias, uma vez que o rigoroso sistema de avaliação impedia a progressão escolar dos alunos menos preparados, possivelmente devido às condições financeiras dos pais.

A aprovação da Constituição de 1934, sob influência do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” representou uma grande vitória, para a educação, uma vez que foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino primário, totalmente gratuito. Segundo manda a Constituição, o Estado incumbido da fiscalização e regulamentação das instituições públicas e privadas de ensino, além da fixação dos índices mínimos de orçamento anual para a aplicação na educação.

A “subversão” da Carta Constitucional de 1934, a destituição de seu aspecto democratizante, ocorreu na Carta de 1937, que, em termos

educacionais, diminuiu os avanços adquiridos pelos educadores progressistas. Nessa Carta, o ensino profissional visava ao atendimento dos desfavorecidos socialmente. Com isso, correspondendo aos setores conservadores, ocorre uma desobrigação do Estado para com a manutenção e expansão do ensino público.

As escolas brasileiras nesse período possuíam um grau de seletividade bastante rígido e com isso impunha-se uma dicotomia quanto ao caminho escolar tomado após o ensino primário, no qual um se direcionava ao “povo”, através das escolas profissionais, e o outro à “elite”, através das escolas secundárias. Segundo Romanelli (1993), nas escolas secundárias existia uma grande quantidade de estudantes que, em razão da rigidez seletiva, não conseguiam concluir seus estudos.

Em 1942, o então, Ministro da Educação, Gustavo Capanema, instituiu uma série de Leis Orgânicas da Educação - denominadas Reforma Capanema, que instituiu o ensino introdutório (primário e secundário) e o ensino técnico-profissional (BOMENY, 2003). Estava assim oficializado, nessa reforma conservadora, o ensino secundário público para a elite e o ensino profissionalizante para a classe popular.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário aboliu de vez todos os cursos complementares, para estabelecer os cursos médios de 2º ciclo, que foram denominados cursos colegiais, o clássico e o científico, com a duração de três anos. Seu objetivo era levar os alunos ao nível superior de ensino (BOMENY, 2003). Com uma formação científica que propiciava desenvolver no aluno sentimentos de amor à pátria e uma cultura geral, tais cursos preparavam a base para o ensino superior.

A elite e a classe média não nutriam interesse por cursos técnicos, preferiam uma formação acadêmica, por não sentir necessidades financeiras prementes, focavam seu interesse na progressão acadêmica pelo ensino superior. Com a exigência de se fazer opção por um ou outro, a classe pobre ficava apenas com a oportunidade do curso técnico, e a elite com a oportunidade de abraçar os estudos científicos, pelo ensino secundário em sua preparação para o ensino superior (BOMENY, 2003).

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, ambos de iniciativa privada, foram o marco da oficialização da transferência da responsabilidade pela formação e qualificação da mão de obra do Estado para o setor privado, haja vista ser necessária para o desenvolvimento industrial, uma vez que eram escassos os recursos do Estado para estruturar com os equipamentos necessários as escolas profissionalizantes.

Ao fim da ditadura de Vargas, em 1946, com o decreto da Constituição, era incumbida ao Estado a fixação de diretrizes e bases para a educação nacional, as quais foram encaminhadas como proposta pelo Governo ao Congresso. Durante anos, o debate foi estendido não só aos políticos, mas também aos educadores conservadores católicos (que lutavam contra o poder do Estado sobre a educação pública desde a década de 1930) e os progressistas (que lutavam em defesa da escola pública, laica, gratuita e obrigatória), a fim de estabelecer uma ampliação das oportunidades de estudo para toda a sociedade. Depois de muitos debates a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional (Lei nº 4024/61) foi efetivada, fazendo com que houvesse equivalência entre os cursos de ensino profissional e propedêutico. A estruturação do Ensino Médio, segundo A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024), resultou no estabelecimento do ginásio em 4 anos e do colegial em 3 anos, em que ambos incluíam o ensino secundário e técnico profissional, industrial, agrícola, comercial e normal.

O colegial secundário preparava para o ingresso no ensino superior, enquanto os colegiais técnicos eram voltados para o mercado de trabalho, dessa forma, observa-se pouca alteração em relação à posição intermediária que o ensino secundário ocupava entre os níveis primário e superior desde o Império. (VALLE, 2006, p.20).

Os dois tipos de ensino, o acadêmico e profissional, modificaram-se decisivamente na década de 1950. Com a Lei 1076/50 houve uma permissão para que os concluintes de cursos profissionalizantes pudessem ingressar em cursos superiores, desde que houvesse a comprovação do nível de conhecimento fundamental para a realização dos estudos aqui referidos.

O estabelecimento de plena equivalência entre os cursos garantiu pela primeira vez a integração ao sistema regular de ensino. Tal estabelecimento, no entanto não supera a dualidade estrutural, já que as diferenças entre as formas de ensino ainda variam de acordo com o tipo de estudante, mais favorecidos ou não, o que remonta aos padrões originais da educação no Brasil.

Quanto à reforma à época do Governo Militar, pode-se dizer que assumiu um caráter eminentemente autoritário, haja vista o golpe militar de 1964, cujo foco foi o crescimento econômico e as reformas institucionais, inclusive a educação. O Brasil mergulhou num processo intensivo de endividamento externo e, conseqüentemente, de dependência econômica internacional, pela inserção das multinacionais no país. Segundo Nascimento (2007), foi uma época reconhecida como milagre brasileiro, em que esse sacrifício da dívida externa para acelerar o processo de industrialização, segundo Germano (1994) se fazia necessário em troca de promessas de recompensas por dias melhores.

Na Educação, deu-se continuidade a um ensino voltado para o trabalho, como instrumento em favor da hegemonia capitalista, devido aos acordos entre o MEC-USAID⁸ e as instituições internacionais. Nessa época, o Ensino Médio, inspirado pela Teoria do Capital Humano, era tratado por um viés utilitarista. Além e pela doutrina da segurança nacional e de diversas correntes conservadoras. Nessa perspectiva, o propósito continuava a preparar os alunos para o mercado de trabalho.

Durante o período militar, a educação era preparada para atender à hegemonia capitalista.

Em 1968, durante o Governo Militar, com a Lei nº 5540, iniciaram-se as primeiras reformas educacionais para o ensino superior que objetivavam, conforme registrado por Nascimento (2007), ao aumento de vagas, que era exigido pela sociedade na época.

O Governo Militar, em 1971, através da Lei n.º 5692/71 (BRASIL, 1971),

⁸ Compromissos assumidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). O objetivo era o assessoramento técnico e suporte financeiro à educação brasileira.

Fonte: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm

reformou o ensino de 1º e 2º graus. Estendida a obrigatoriedade escolar para oito anos, com a fusão dos antigos cursos primários e ginásio, e com a extinção do exame de admissão foi uma de suas principais mudanças. Existe uma unificação entre o ginásio e o primário, originando o primeiro grau (com 8 anos de duração) e o colegial denomina-se agora por segundo grau (com apenas três anos de duração). Tal Lei determina também que as escolas de segundo grau deverão assegurar qualificação profissional, podendo ela ser de nível técnico (quatro anos) ou auxiliar de técnico (três anos).

Segundo Pinto (2002), a redução da demanda para o ensino superior são verdadeiros objetivos, que estão implícitos, dessa nova elaboração do Ensino Médio, e por isso, a este é conferido um caráter finalizador para os estudos.

O princípio democratizador da reforma buscou o consenso da sociedade, em que o Ensino Médio substitui a profissionalização e os sistemas preliminares, que integravam o processo avaliativo, com o fim primeiro de qualificar profissionalmente mediante a habilitação profissional dada pela instituição de ensino. Em razão de fatores conjunturais e estruturais, a aplicabilidade desses princípios não garante uma modificação efetiva.

[...] até meados do século XX, o curso secundário era o único nível de ensino que preparava e habilitava para o ingresso nos cursos superiores, enquanto os cursos técnico-profissionais e normal preparavam para o ingresso imediato no mercado de trabalho. Grosso modo, havia um fosso entre o ensino secundário, dirigido especialmente as classes abastadas, e os cursos profissionalizantes, dirigido as classes populares, evidenciando um explícito dualismo escolar. (VALLE, 2006, p.19).

Ao propor a habilitação profissional aos concluintes de 1º. e 2º. graus, a Lei 5692/71 (BRASIL, 1971) teve uma nova função social: Segurar o aumento da demanda de vagas aos cursos superiores. Com isso, a proposta era que, ao término do Ensino Médio, estivesse garantido o profissionalizante, para reduzir o problema da falta de uma habilitação profissional. Era pretensão implantar o ensino técnico industrial como modelo implícito do Ensino Médio, porém se manteve como objetivo do Ensino Médio preparar os alunos para o ensino superior.

Cunha (1977) afirma que existiu oposição para a implantação da Lei 5692/71 feita pela burocracia educacional, já que a Lei não levava em consideração a escassez de contingente humano e recursos materiais das escolas. Além da falta de recursos, neste período houve um aumento significativo do número de alunos matriculados no Ensino Médio. Aconteceram outros entraves como a necessidade de reformulação curricular e de vincular escolas e empresas, a dificuldade na identificação das exigências do mercado de trabalho, da construção, bem como adaptação, das escolas, além da qualificação de professores e outros profissionais para os novos cursos.

O insucesso da superação pretendida pela Lei nº 5692/71 (BRASIL, 1971) fez com que o Parecer 76/75 (BRASIL, 1975) estabelecesse imediatamente habilitações fundamentais que preparavam para uma área de atividade, requereria um letramento básico e amplo nas novas tecnologias e não definiam uma ocupação específica, podendo, assim, multiplicar-se em diversas ocupações. Tal parecer foi a medida minimizadora dos efeitos de uma legislação que regulamentava a extinção da obrigatoriedade da profissionalização, modificando no texto o termo “preparação para o trabalho” por “qualificação para o trabalho” e, posteriormente, foi consagrado pela Lei. n.º 7044/82 (BRASIL, 1982) que restabeleceria uma educação de formação geral.

É através do Parecer nº 45/72 que se previne a implementação da generalização da categoria profissionalizante de ensino no Ensino Médio (2º grau), o qual realocaliza a dicotomia existente entre a educação geral e a profissional. O Ensino Médio era oferecido, segundo Kuenzer (1997), como uma formação abrangente, que gerava uma amplitude na visão de mundo do estudante e permitia uma adaptação com facilidade às mudanças que ocorriam no ambiente trabalhista, através do domínio das bases científicas de uma profissão.

O pensamento de que toda escola de Ensino Médio (2º grau) deveria se tornar uma escola de nível técnico instituído quando, em 1975, surge no Parecer 76. Era necessário o entendimento de que não havia recursos materiais, financeiros e humanos para que uma escola de Ensino Médio assumisse o papel de formação técnica. Assim, o relator atribui ao ensino, não à escola, o papel profissionalizante, visto que a concepção empregada no

Parecer visa à preparação elementar do estudante para a iniciação em uma área específica de atividade. Com esse Parecer, existe uma conformidade com a realidade, com atitudes plausíveis e que retomam à dualidade existente em 1971.

Vejam os que registra o texto a seguir:

[...] não basta afirmar que a nova educação média deverá ser tecnológica e, portanto, organizada para promover o acesso articulado aos conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos, e ao mesmo tempo extinguir os cursos profissionalizantes, estabelecendo por decreto que a dualidade estrutural foi superada através da constituição de uma única rede, o que justificou, inclusive, a não discussão de formas de equivalência entre Ensino Médio e profissional (KUENZER, 2000, p.20).

A Lei nº 7044/82, que remodela os ideais vigentes antes de 1971, de uma escola dual (propedêutica e profissionalizante), encerrou uma proposta de implementação intensa de profissionalização do Ensino Médio, fazendo extinguir-se a escola única de profissionalização obrigatória, que de fato não chegou sequer a existir.

Essa ratificação da dualidade expressa à conhecida divisão, ainda tão atual na contemporaneidade, em que os trabalhadores intelectuais e os manuais têm diferentes formações educacionais.

A partir da década de 1990, com a internacionalização da economia brasileira em nova fase capitalista, a educação passa a ser mais valorizada para estabelecer a competitividade entre os países. A nova ordem exigia além da educação geral a qualificação profissional dos trabalhadores, ou seja, a formação especializada do padrão Taylorista é substituída pela gradação educacional. Com isso, verificamos as mudanças sofridas pela educação a partir de reformas realizadas sob influência de órgãos de peso mundial, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), responsável pela Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990 na Tailândia e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), com seus programas Transformacion Productiva com Equidad (1990) e Educacion y Conocimiento: Eje de La Transformacion productiva con

equidade (1992), influenciaram de maneira profunda o sistema educacional brasileiro. Também se insere nesses organismos o Banco Mundial, organismo multilateral de financiamento, que direcionou as diretrizes para a educação na Conferência Internacional de Educação para Todos.

A reforma constitucional não é bastante para mudar o quadro em que se encontra a educação numa sociedade estratificada entre capital e trabalho. Assiste-se ao aumento da exclusão e a redução do incentivo público para o setor social que não leva em consideração a situação econômica do Brasil, com aumento da desigualdade proveniente das distinções de classe e qualificação de mão de obra, além do conseqüente desequilíbrio nas relações capitalistas internacionais.

A Nova Lei nº 9394/96, que estabelece diretrizes e bases para a educação nacional, assegura, enfim, a gratuidade obrigatória do Ensino Médio. Na prática, porém, os investimentos do Governo Federal estão concentrados no Ensino Fundamental, deixando a expansão do Ensino Médio sob a responsabilidade dos respectivos estados.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), formulou-se e consolidou-se a reforma do Ensino Médio.

Mais tarde, a Resolução nº 3 - Câmara de Educação Básica/Conselho Nacional de Educação, de 25 de junho de 1998, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, tornando-se um documento de grande destaque, depois da Lei – LDB nº 9.394/96.

Tais Diretrizes propunham um novo currículo com as devidas competências básicas, além da natureza e das formas de tratamento dos conteúdos de acordo com uma pedagogia voltada para identidade, diversidade e autonomia, além de outros princípios como interdisciplinaridade e contextualização, que vieram para estruturar o currículo do Ensino Médio. A base nacional comum organiza-se, a partir de então, em três áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciência da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Segundo define a LDB, o Ensino Médio é uma etapa da Educação Básica, constituída pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e sua fase final, o Ensino Médio, o qual é atendido pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro

de 1996 e no Artigo 21, porém a norma legal afirma que a educação básica é subdividida em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Verifique-se o que diz os Artigos 35 e 36. Assim dizem os textos:

“...Art. 35 - O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36 - O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

§1º - Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

§ 2º - O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

§ 3º - Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

§ 4º - A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional...”

Tais regras organizam o Ensino Médio na modalidade Regular. Ratifica-se a superação da dualidade estrutural com as reformas para o Ensino Médio realizadas através da LDB (Lei 9.394/96) e do Decreto nº 2.208/97 do Governo Federal, na tentativa de transformar esse ensino com nova proposta de formação geral e profissional oferecido pela formação complementar, embora essa formação e habilitação profissional não se realizam de forma unitária, pois pode ser realizada durante ou após o Nível Médio.

Ao considerar o vínculo à formação docente de uma das áreas do Ensino Médio e levando em consideração os novos critérios para a capacitação dos professores, o Conselho Nacional de Educação baixou outra Resolução - a de nº2, de 19 de abril de 1999, do mesmo colegiado, com imposições a serem seguidas pelas escolas de formação.

Das alterações ocorridas na LDB, destacam-se, aqui, as trazidas pela Lei nº 11.741/2008, a qual redimensionou, institucionalizou e integrou as ações da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica. Foram alterados os artigos 37, 39, 41 e 42, e acrescentado o Capítulo II do Título V com a Seção IV-A, denominada "Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio", e com os artigos 36-A, 36-B, 36-C e 36-D. Esta lei incorporou o essencial do Decreto nº 5.154/2004, sobretudo, revalorizando a possibilidade do Ensino Médio integrado com a Educação Profissional Técnica, contrariamente ao que o Decreto nº 2.208/97 anteriormente havia disposto (PARECER CNE/CEB N. 5/2011, p.11).

Para reafirmar o Ensino Médio como a etapa final da Educação Básica, o Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, indicam que deve haver uma base unitária sobre a qual possam se assentar possibilidades diversas.

O novo currículo é direcionado essencialmente para o público jovem, pois considera suas características mais peculiares. Segundo essa nova Resolução, o sistema educativo deve primar pela flexibilidade curricular, com alternativas as mais diversas, oportunizar ao jovem escolher o percurso formativo desejado e que esteja em conformidade às suas necessidades, a fim de garantir sua permanência na escola, com total aproveitamento até o final da Educação Básica2.

Tais Diretrizes sugerem uma formação humana integral, não se prendendo à orientação limitada e viabilizando a concretização de um sonho para todos os estudantes do Ensino Médio.

Esta orientação visa à construção de um Ensino Médio que apresente uma unidade que possa atender a diversidade mediante o oferecimento de diferentes formas de organização curricular, o fortalecimento projeto político pedagógico e a criação das condições para a necessária discussão sobre a organização do trabalho pedagógico (PARECER CNE/CEB Nº 5/2011).

O Conselho Nacional de Educação atualizou a Resolução nº 3/98, em 3 de fevereiro de 2005, através da Resolução nº 1, acrescentando disposições sobre o Ensino Médio para a Educação Profissional.

Enfim, veio a Resolução nº 4, de 16 de agosto de 2006, que modificou a Resolução de 1998, haja vista a inclusão do ensino de Filosofia e Sociologia, além do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Educação Ambiental, aprovados por leis específicas que entraram em vigor para enriquecer o conhecimento dos alunos.

Espera-se com a paulatina substituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais conforme o que já se tinha disponibilizado pelo Ministério da Educação, que muitas mudanças para o Ensino Médio ocorressem, mediante as distinções de áreas temáticas.

O direcionamento para o Ensino Médio era organizado em volta da relação capital-trabalho, em atenção aos interesses do capital. Por isso a legislação mantém o dualismo escolar.

O Governo Federal revogou o Decreto nº 2.208/97, e aprovou o Decreto nº. 5.154/2004 de 23 de julho de 2004, iniciando-se o processo de implementação do Ensino Médio integrado ao ensino técnico.

“A Educação Profissional Técnica de Nível Médio (...) será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio” (Cf. Art. 4º), e que esta articulação “dar-se-á de forma integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio” (Cf. incisos I, II e III do § 1º do Artigo 4º).

O referido Decreto retoma a regulamentação da Lei 7.044, de 1982, que tornou flexível o ensino médio compulsório determinado na lei 5.692/71 em vez de pôr fim ao tradicional dualismo educacional do ensino médio.

Vale salientar, entre as alterações na LDB, aquelas trazidas pela Lei nº 11.741/2008, que redimensionou, institucionalizou e integrou as ações da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica. Os artigos 37, 39, 41 e 42 foram alterados e foi acrescentado o Capítulo II do Título V com a Seção IV-A, denominada “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, e com os artigos 36-A, 36-B, 36-C e 36-D. Esta lei incorporou o principal do Decreto nº 5.154/2004, revalorizando principalmente a ideia do Ensino Médio integrado com a Educação Profissional Técnica, ao contrário do disposto no Decreto nº 2.208/97 (PARECER CNE/CEB Nº5/2011).

Ao analisarmos a história da educação no Brasil, verificamos que a organização da sociedade condicionou a dualidade no ensino, que, suporta duas vertentes distintas e reflete as controvérsias do capital e do trabalho.

Na tentativa de resolver a questão da divisão social na escola, reorganizando-a, incorre-se na superficialidade, com base ideológica sem sucesso em termos de oferecer condições reais de superar as desigualdades.

Nessa perspectiva, o Decreto Nº 5.154 de 23 de Julho de 2004, última reforma no Ensino Médio, mantém a sua dualidade estrutural e conseqüentemente a discriminação por não ter conseguido unir de fato escolas e currículos do ensino profissional.

As políticas para o Ensino Médio sempre focaram na relação capital-trabalho voltada para os interesses do capital. Possivelmente seja por isso que se mantém na legislação a estrutura dualista, em que a educação se apresenta como instrumento de poder em favor das classes dominantes. Há que se considerar na melhoria de vida da população uma educação de qualidade, que deve ser alvo de um Estado que se pretende em desenvolvimento.

De acordo com Pinto (2011), a amplificação da obrigatoriedade do ensino para a população de 4 a 17 anos deu-se em razão da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009 (EC 59) (BRASIL, 2009b), com prazo final até 2016 para sua implantação, que traz um novo ordenamento

jurídico acerca do tema. Os fundamentos desse caso se erguem desde a Constituição Federal de 1967, que determinou a expansão da obrigatoriedade de estudo de 7 a 11 anos para 7 a 14 anos. Assim, o país convive com oito anos de obrigatoriedade de estudos.

A Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que acrescenta o § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União (DRU) incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de 4 a 17 anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI (OLIVEIRA, 2010, P.274).

Desde 1988, com o decreto da Constituição Federal, a extensão da obrigatoriedade ao ensino médio foi enfraquecida com a Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, que então passou a estabelecer uma universalização progressiva da obrigatoriedade. Somente com a Emenda Constitucional 59, em 2009, a obrigatoriedade e a gratuidade ao ensino médio são resgatadas, mesmo que, segundo Oliveira (2010), a efetivação desse direito ainda esteja impossibilitada em razão da Educação no Brasil sofrer graves carências.

Desse modo, a Emenda Constitucional 59 funciona como uma revalidação do papel do Estado para com a Educação do país, sendo importante destacar, portanto, algumas mudanças positivas que essa emenda trouxe:

- a) O inciso I do Art. 208 da Constituição foi modificado pela EC 59 para assegurar a clareza na função do Estado como provedor do ensino básico (educação infantil, fundamental e ensino médio) obrigatório e gratuito dos 4 aos 17 anos de idade. Estava redigido anteriormente que o Estado era responsável pelo ensino fundamental, afastando dele a obrigação de garantir ensino médio gratuito. Por outro lado, no inciso II,

o trecho “progressiva universalização do ensino médio gratuito” é retificado e validado como parâmetro ideal. A emenda tem por objetivo ser implementada, até o ano de 2016, sob os termos do Plano Nacional de Educação e com o apoio técnico e financeiro da União (Art. 6º da EC 59) aproximando-se, nesse sentido, da EC nº 53/2006, que previamente transformara a FUNDEF em FUNDEB, estabelecendo prioridades para a manutenção e desenvolvimento da Educação Básica.

- b) À universalização da educação básica, em seu sentido mais amplo, foi incorporado um arcabouço jurídico-constitucional determinando as seguintes modificações: no inciso VII do Art. 208, quanto à garantia do Estado para com a Educação, é substituído o termo “atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares ...”, por “em todas as etapas da educação básica”; o § 4º do Art. 211 postula que os Estados e Municípios, bem como a União e o Distrito Federal devem estabelecer um método colaborativo entre seus sistemas de ensino para efetivar o asseguramento da universalização da educação básica; o 3º § do Art. 212 foi reescrito para que incluísse agora, além da universalização da educação básica, a garantia de padrão de qualidade e equidade como princípios norteadores na distribuição dos recursos públicos: “A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação”.
- c) A aplicação de recursos públicos na Educação (como proporção do PIB), passa agora a ser elemento fundamental, bem como a periodicidade decenal, do Plano Nacional de Educação, como consta em seguida:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção

do produto interno bruto (nova redação para o *caput* e inclusão do inciso VI) (EC 59, 11 novembro 2009)

A Emenda Constitucional 59 tem uma importância fundamental para as conquistas da Educação no Brasil. Isso se revela na inclusão do § 3º no Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como mostra-se a seguir:

Para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição, o percentual referido no *caput* deste artigo será de 12,5 % (doze inteiros e cinco décimos por cento) no exercício de 2009, 5% (cinco por cento) no exercício de 2010, e nulo no exercício de 2011 (BRASIL, 2010).

Com o fim da DRU, em 2011, a União voltou à incumbência de investir integralmente o mínimo de 18% dos recursos arrecadados com impostos na educação. Essa retirada de recursos da DRU favoreceu a realocação dos investimentos para a universalização da educação básica, que é um direito a ser garantido por todos e indispensável na formação de cidadãos.

2.2 MARCO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

No início do século XX, as reformas educacionais foram destaque em alguns estados. O que se buscava, ainda que desarticuladamente, era encarar os desafios impostos pela modernidade.

As referências educacionais que refletem o pensamento de John Dewey ganharam impulso. A reforma de São Paulo, em 1920, foi encabeçada por Sampaio Doria. Em 1925, foi a vez do Estado da Bahia, sob os princípios de Anísio Teixeira. Dois anos depois, Minas Gerais realiza a sua reforma, orientada por Francisco de Azevedo, segundo Selaro (2010), a mais radical de todas as reformas. No ano de 1923, conforme registra Valente (1959), no Estado de Pernambuco ocorreram duas importantes reformas educacionais: a de Ulisses Pernambucano, em 1923, de caráter mais amplo, focada na

cidadania, sobretudo no ensino elementar e normal, e a reforma de Antonio Carneiro Leão, promulgada pelo Ato nº. 1.239, de 27 de dezembro de 1928, do governador Estácio Coimbra, que centrou no aspecto técnico-pedagógico, envolvendo o sistema educacional de todo o Estado. Essa Reforma, como as demais do período de 1920 a 1930, foram inspiradas na Escola Nova, segundo Araújo (2002), atendendo às exigências de modernização do país, e conseqüentemente a uma sociedade industrial e urbana, evoluindo para uma democracia social e econômica.

A geração da escolarização em tempo integral no Brasil se deu após a Revolução de 1930, juntamente ao movimento da Escola Nova. Essa escola em tempo integral teve a influência do pensamento de John Dewey (1859-1952)⁹. As reformas educacionais ocorridas nos diversos estados refletem o pensamento desse educador como fonte de inspiração dos brasileiros. Fora, no entanto, o começo de um alerta social em que os brasileiros despertaram com suas ideologias, desencadeando um processo de lutas reivindicatórias, o grupo dos renovadores da educação defendiam a gratuidade escolar obrigatória, buscavam uma política nacional de educação que atendessem a todos, mediante um manifesto em prol de uma nova educação. Esses militantes eram chamados então de "escolanovistas", uma geração considerada de educadores, que tentaram implantar os ideais da Escola Nova quais sejam: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, entre outros. Os conservadores, por sua vez, combatiam tais idéias, porém, ainda assim elas se difundiam e serviram para justificar várias reformas no campo da Educação (AZEVEDO apud BOMENY, 2003).

Nessa época, as ideias escolanovistas foram condensadas redefinindo o papel do Estado na educação num documento histórico, como descrito a seguir:

O manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por mais de vinte e seis educadores e intelectuais, o documento dirigido ao povo e ao governo trazia a marca da diversidade teórica e

⁹ A vida e as concepções de educação de Anísio Teixeira sofreram influência decisiva do pensamento do educador norte-americano John Dewey (1859-1952), onde Anísio foi seu discípulo. Bomeny, 2003, p.9.

ideológica do grupo que o concebeu. Mas, apresentava idéias consensuais, como a proposta de um programa de reconstrução educacional em âmbito nacional e o princípio da escola pública leiga, obrigatória e gratuita e do ensino comum para todos os sexos (co-educação). Movia-se, ainda, no âmbito das concepções educacionais de recorte escolanovista, enfatizando os aspectos biológicos, psicológicos, administrativos e didáticos do processo educacional (SHIROMA, 2000, p.23)

Segundo Pinto (1986), Anísio Teixeira, é considerado o maior educador brasileiro, com participação efetiva na renovação da Educação no país. Foi o primeiro educador brasileiro a propor a escola em turno integral, conferia um salto qualitativo. Seu olhar sobre as políticas educacionais lhe confere projeção histórica até os dias atuais. O então governador da Bahia, Otávio Mangabeira que, ao final dos anos 1940, solicita ao educador, seu Secretário de Educação e Cultura, Anísio Spínola Teixeira, que elaborasse um sistema escolar com vistas a resolver a demanda por vagas nas escolas públicas. Essa solicitação vem a calhar uma sociedade recentemente industrial que necessitava de uma escola que preparasse os alunos para o mercado de trabalho. Assim, o educador apresenta seu projeto como a primeira célula do Centro de Educação Popular (TEIXEIRA, 1994). Para esse autor, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), como foi denominado, fora a transição de uma escola que atendia a poucos para tornar-se “a escola de todos”, ou seja, o ensino democratizou-se.

Assim, Anísio, na década de 1950, coloca em prática o seu modelo de ensino no CECR – Escola Parque, voltado para as populações mais carentes, da Bahia. Instituição pioneira no Brasil, trazendo em sua gênese, a proposta revolucionária de educação profissionalizante e em turno integral. Esse centro proporcionava às crianças atividades nos dois períodos, em que um deles era dedicado ao currículo escolar e o outro era dedicado a atividades diversas como, por exemplo, educação física, atividades sociais e artísticas. Assemelhava-se assim, com um semi-internato, abrindo às 7h30 às 16h30. Era o projeto a primeira experiência com a educação pública funcionando em turno integral.

O educador Anísio Teixeira que, conforme Martins (2006) se destaca marcando a educação brasileira, como criador da primeira escola integral (Escola Parque).

Porque a escola já não poderia ser a escola parcial de simples instrução dos filhos das famílias de classe média que ali iriam buscar a complementação a educação recebida em casa, em estreita afinidade com o programa escolar nas instituições destinadas a educar, no sentido mais lato da palavra (...) já não poderia ser a escola dominante de instrução de antigamente, mas fazer às vezes da casa, da família, da classe social e, por fim, da escola propriamente dita (TEIXEIRA, 1962, p. 24).

Como bem expresso no texto acima, a ideia de democratização escolar já se fazia presente no pensamento do referido educador, quando se reporta ao cumprimento do papel da escola, no atendimento aos estratos sociais menos favorecidos. A compreensão de escola pública para Teixeira (1997) era de inclusão social: “deve fornecer a cada indivíduo, os meios para participarem plenamente de acordo com as suas capacidades naturais, na vida social e econômica da civilização moderna” (TEIXEIRA, 1997, p. 86).

Cabe destacar que outras experiências marcaram a dinâmica educacional no Brasil, a exemplo da escolarização em tempo integral, como os Ginásios Vocacionais organizados em São Paulo nos anos 1960. Os Ginásios Vocacionais que funcionaram no período entre 1962 e 1969, em que foram implantadas seis unidades, uma em São Paulo capital e nas seguintes cidades interioranas: Americana, Batatais, Rio Claro, Barretos e São Caetano do Sul. Rovai (2005) menciona ainda os Ginásios Estaduais Vocacionais que funcionavam como escola mista tempo integral com faixa etária entre 11 e 13 anos por ocasião de seu ingresso.

O antropólogo Darcy Ribeiro, amigo, difusor do pensamento e ação do educador Anísio Teixeira, dá continuidade a educação integral com a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), segundo o qual têm um excelente poder transformador, conforme se pode verificar no texto a seguir:

Ao invés de escamotear a dura realidade em que vive a maioria de seus alunos, proveniente dos segmentos sociais mais

pobres, o CIEP compromete-se com ela, para poder transformá-la. É inviável educar crianças desnutridas? Então o CIEP supre as necessidades alimentares dos seus alunos. A maioria dos alunos não tem recursos financeiros? Então o CIEP fornece gratuitamente os uniformes e o material escolar necessário. Os alunos estão expostos a doenças infecciosas, estão com problemas dentários ou apresentam deficiência visual ou auditiva? Então o CIEP proporciona a todos eles assistência médica e odontológica (RIBEIRO, 1986, p.48).

Os CIEPs no Estado do Rio de Janeiro foram criados, em 1982, por iniciativa do educador e antropólogo Darcy Ribeiro, a partir da experiência de Anísio Teixeira, do Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque – na Bahia, nos anos 1950. Os CIEPs, instituído nas duas gestões do governador Leonel Brizola, por meio do Programa Especial de Educação (I PEE, de 1983 a 1986, e II PEE, de 1991 a 1994). Seu objetivo era implantar educação pública em tempo integral para o Ensino Fundamental em 500 unidades escolares, atendendo a um quinto do conjunto de alunos do estado, tornando-se referência para discussões sobre escola em tempo integral. Talvez esta seja a maior distinção entre os projetos de Darcy e Anísio: Darcy ousa massificar um experimento, enquanto Anísio defendia gradualmente o modelo pedagógico (BOMENY, 2009 p. 117)

Darcy Ribeiro, fala da construção de uma escola honesta para as classes populares:

Efetivamente temos uma escola pública essencialmente desonesta porque se ajusta, de fato, à minoria dos seus alunos. Aqueles, oriundos das classes médias que têm casa onde estudar e, nesta casa, quem estude com eles. Exatamente os que, a rigor, nem precisariam da escola para ingressar no mundo letrado. Em consequência, repele e hostiliza o aluno-massa, que dá por imaturo ou incapaz [...] (RIBEIRO, 2009, p 184).

Para Darcy, a escola brasileira por ser elitista e seletiva, não podia ser chamada de pública, pois não estava organizada para receber aqueles que não tivessem acesso a bens materiais, que interferem diretamente na atuação, exigindo da criança pobre o resultado da criança rica (BOMENY, 2009, p.115). Para esse educador o horário integral da escola, que países desenvolvidos

oferecem às suas crianças, poderia tirar do abandono das ruas e dos lares de pais ausentes, as crianças oriundas das famílias de baixa renda.

Conforme registrado em Ribeiro (1995, p. 21), os CIEP objetivam assegurar ao aluno o domínio da leitura e da aritmética, para que possam atuar na sociedade letrada. Assim, a criança tem oportunidade de aprender não somente na escola como também por si mesma.

Na década de 1990, o governo de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto, construiu como projeto de escola pública em tempo integral os chamados Centros Integrados de Apoio à Criança (CIAC).

É lançado o projeto de construção de Centros Integrados de Apoio à Criança (CIAC), em todo o Brasil, inspirados no modelo dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), do Rio de Janeiro.

Conforme registra Di Giovanni e Souza (1999), os CIACs foram um programa federal implantado em vários estados brasileiros a partir de 1991, que fazia parte do Projeto Minha Gente, inspirados nos CIEP, do Rio de Janeiro, implantados na gestão de Leonel Brizola, com o fim precípua de dar atenção à criança e ao adolescente, envolvendo a educação fundamental em tempo integral, programas de assistência à saúde, lazer e iniciação.

Em 1991, foi inaugurado o primeiro prédio, em Paranoá, os Centros Integrados de Apoio à Criança (CIAC), no ano seguinte passam a se chamar Centros de Atenção Integral à Criança e aos Adolescentes (CAIC). O que era para ser uma rede de 5 mil estabelecimentos de ensino e assistência se limitou a 444 escolas que, em tese, pouco diferiram de uma escola regular.

Experiências de escolarização em tempo integral ocorrem tanto em nível federal, quanto estadual, e municipal passando por experiências regionais.

Experiências de escolarização em tempo integral ocorrem tanto em nível federal, quanto estadual, e municipal passando por experiências regionais.

O processo de democratização do acesso, denominada por Barroso Filho (2008, p. 221) de “invasão das multidões” não corresponde ao investimento na qualidade de ensino, esse contraste marca a fase de transição na educação do Brasil, além de contribuir para a decadência qualitativa da escola pública.

Em 2004, surge em Pernambuco o Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano¹⁰ (CEEGP), projeto piloto, ampliado para conceito de um programa a ser progressivamente desenvolvido em escolas de Ensino Médio da rede pública estadual, conforme registrado por Henry (2011).

As Escolas de tempo integral em Pernambuco foram implantadas, durante o Governo de Jarbas Vasconcelos trabalhando na parceria do público com o privado, na Rede Estadual de Ensino. Com base no modelo de *charter school*¹¹ (escolas públicas com gestão privada), foi criado o Programa de Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO). Segundo Magalhães (2008), esses Centros tinham administração sob a responsabilidade do Instituto de Corresponsabilidade Educacional pela Educação (ICE-Brasil), consequência da mobilização de um grupo de empresários da iniciativa privada em torno da educação.

Na gestão do governador Eduardo Campos ocorreram algumas mudanças nas escolas de tempo integral. A partir de 2008, o Governo do Estado de Pernambuco, através da Assembléia Legislativa, sancionou a Lei Complementar nº.125, de 10 de julho de 2008 (Anexo A), criando o programa de Educação Integral.

Art. 1º- Fica criado, no Âmbito do Poder Executivo, o Programa de Educação integral, vinculado à Secretaria de Educação, que tem por objetivo o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do ensino médio e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco. Parágrafo Único. O Programa de Educação Integral será implantado e desenvolvido, em regime integral ou semi-integral, nas Escolas de Referência em Ensino Médio, unidades escolares da Rede pública Estadual de Ensino, conforme estabelecido em Regulamento.

O poder público estadual deu continuidade ao projeto como Política Pública Educacional, criando, legalmente as Escolas de Referência em Ensino Médio

¹⁰ Com a democratização do acesso e o declínio do GP, uma proposta de restauração física do edifício histórico, custeada pela iniciativa privada, foi levada ao Governo do Estado após visita ao local por um ex-aluno, então presidente da Philips do Brasil, para restaurar aquela escola que outrora já fora símbolo de qualidade de ensino (MAGALHÃES, 2008).

¹¹ O modelo charter – escola pública com maior autonomia, cuja gestão é compartilhada entre os setores público e privado (DIAS, 210, p. 10).

(EREM). Daí, amplia-se o programa adaptando-se novos estabelecimentos de ensino. A Educação Integral é assim, um programa instituído em 2008 pela Secretaria de Educação do Governo do Estado de Pernambuco. O objetivo primeiro fora reestruturar o Ensino Médio Pernambucano, aumentando a jornada de ensino. O Programa de Educação Integral inspira-se numa perspectiva da educação interdimensional como espaço privilegiado do exercício da cidadania e, segundo Magalhães (2008), empenha-se como parte estratégica de sua pedagogia.

Um programa que prevê a progressão da educação em tempo integral nas escolas públicas é o Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial de 2007, e Decreto Presidencial 7083/2010 integrando as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que foi desenvolvido a partir de 2006, com a participação da comunidade, através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que viabilizou o investimento financeiro da Educação Integral na escola sob os cuidados da comunidade escolar (BRASIL, 2008).

O Mais Educação é o programa educacional do Governo Federal que visa à ampliação do currículo escolar, envolvendo a participação da comunidade nesse processo. Sua proposta alicerça-se nos mesmos fundamentos do programa Escola Aberta que também promove integração entre família e estudantes no ambiente escolar durante os fins de semana.

O Programa, ao estabelecer contato direto entre escola e comunidade, amplia as atividades curriculares dos alunos. Entende-se que ele se formula como uma instância de constantes discussões sobre os desafios da instituição de ensino em particular.

O Mais Educação tem como aliado os Comitês de Educação Integral, os quais congregam os coordenadores das redes estaduais e municipais do Programa Mais Educação e monitoram programas educacionais.

Cabe registrar algumas instituições que fazem parte do Comitê de Educação Integral de Pernambuco, como a Fundação Joaquim Nabuco que participa desde 2011, funcionando como a sede oficial do Comitê. Ademais, a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco também fazem parte do Comitê e apoiam principalmente no

desenvolvimento de ações de formação e de extensão. Integra o Comitê coordenadores das redes estadual e municipal do Programa Mais Educação em Pernambuco. Há reuniões para interação sobre experiências, formação continuada e demais informações técnicas.

Além disso, com apoio das instituições parceiras, o Comitê realizou, o II Fórum de Educação Integral de Pernambuco, em 2013, onde foram discutidos temas como currículo, infraestrutura, gestão, e foram formuladas propostas de uma forma ampla para a política de Educação Integral.

3 A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA EDUCAÇÃO

A partir dos anos 1990, com a reforma do Estado, e as novas implementações na Administração Pública, inclusive o setor da educação, novas propostas, segundo Costa e Cunha (2012), encontram-se sob a influência da Nova Gestão Pública, pressionando a mudança em termos de adotar técnicas de gestão do setor privado que destacam o desempenho das organizações públicas e o controle da gestão.

Como afirmam Holanda e Rosa (2004), atualmente os cidadãos estão cada vez mais atuantes na vida sociopolítica em razão da acessibilidade às informações sobre os orçamentos públicos (os gastos, déficits, etc.). Com isso, a cobrança pela eficiência dos gestores públicos torna-se evidente, e exige-se deles disciplina e otimização na aplicação dos recursos. Assim, a postura do Governo Empreendedor é assumida obrigatoriamente por esses gestores e governantes, fazendo com que o cidadão seja visto como um cliente. Exige-se, portanto, um maior diálogo com a sociedade, uma maior transparência dos procedimentos legais. O resultado dessa nova postura faz com que o poder público seja mais claro na adoção de critérios para a alocação de recursos, bem como a sua publicização. A gestão pública encontra-se então em sob os olhos da sociedade e tal circunstância faz com que o governo seja mais receptivo às demandas sociais.

Nesse novo cenário sociopolítico, outro agente se mostra também bastante participante na relação entre a sociedade e serviço público: a mídia, que garante o acesso à informação e o compartilhamento das ações do serviço público. Conseqüentemente, as medidas adotadas pelo governo prescindem então de um trabalho vertical, no qual são oferecidos produtos que serão recebidos pela sociedade com a implantação de trabalhos mais horizontais. Assim, o governo adota uma GPR a fim de atender as exigências desse novo “cliente”.

A gestão pública está intrinsecamente relacionada à eficiência no uso dos recursos públicos. Para tratar do que se veio a chamar Nova Gestão Pública:

Constituem idéias centrais da Nova Gestão pública um Estado administrativo ao estilo da iniciativa privada; contratos de gestão entre unidades; avaliação de desempenho; ênfase em resultados; redução do poder da burocracia; focalização na eficiência; busca de mecanismos regulatórios; introdução sistemática de conceitos de produtividade; flexibilidade; competitividade administrada; participação dos agentes sociais e controle dos resultados; foco no cidadão, orçamento e avaliação por resultados e performance; fortalecimento e aumento da autonomia da burocracia; descentralização na formulação e execução de políticas e por fim maior autonomia às unidades executoras (ARAÚJO, 2010, p. 145).

Sob a nova orientação, entende-se que a gestão por resultados otimiza o poder público e os resultados que se obtém com as ações do governo. Essa gestão contribui significativamente para potencializar o acesso às instâncias públicas, com o aperfeiçoamento e criação de novas formas de gerir para a autonomia.

Esse novo modelo de Gestão Pública é considerado, pelo autor a seguir, como uma maneira essencial de trazer eficiência e efetividade à máquina estatal. No mesmo sentido do que foi dito, veja-se:

A gestão por resultados é, hoje, a principal estratégia para fortalecer a efetividade das políticas públicas. Para tanto, é preciso orientar a administração pública por metas e indicadores, o que requer não apenas alterações institucionais como também mudanças na cultura política (CABRAL NETO, 2009, p. 37).

Entendemos a pertinência da participação efetiva da sociedade, contudo compreendemos sua limitação. O desafio que ora se enfrenta é, segundo Cabral Neto (2009), assegurar os direitos dos cidadãos quando ainda impera no país o tradicional clientelismo político.

A reforma na Educação se apoia nos princípios de descentralização que por sua vez toma por base a qualidade do ensino e da escola. Conforme o supracitado autor, a gestão passa a funcionar estrategicamente, buscando planejamento e avaliação como instrumento de grande relevância para regular e medir o desempenho das escolas e dos alunos, sob princípios de eficiência, produtividade, competitividade e racionalidade.

A partir dessa política, surgem várias propostas de avaliação na gestão da educação básica brasileira. O Ministério da Educação cria exames nacionais padronizados do primeiro ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, quais sejam: a Provinha Brasil, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – subdivide-se em Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (Anresc) –, do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), do exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA); além do indicador Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Saeb e em taxas de aprovação – e outros mecanismos de avaliação de Organizações Internacionais, como o Selo do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF/Município Aprovado e o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Essas políticas públicas justificam-se pela necessidade de responder aos apelos da sociedade civil e pelas demandas econômicas impostas pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Na sequência desse resgate histórico, o presente capítulo tratará de explorar a proposta de gestão por resultados, como um dos pilares da estratégia de ação pública que tem norteado, mais recentemente, as políticas públicas do estado de Pernambuco.

3.1 GESTÃO POR RESULTADO - BUSCANDO UM CONCEITO

A Gestão por Resultado (GPR) é um modelo empreendedor que o Setor Público adota para garantir padrões eficientes e efetivos à sociedade, que nesse modelo é vista como cliente. O Governo concebe-se como um meio para a plenitude social e não um fim em si mesmo. A satisfação do cidadão e a redução de custos são também os principais fundamentos desse modelo, que se efetiva pelo contínuo diálogo com a sociedade, fazendo com que exista um devido monitoramento e avaliação feita pelos cidadãos.

Segundo Holanda e Rosa (2004), são adotadas práticas competitivas entre programas educacionais a fim de se obter bons resultados para a melhora do atendimento ao público, a redução de custos e tempo dos processos e para a criação de mecanismos eficientes de informação gerencial. A pró-atividade da GPR dá suporte eficiente ao cidadão-cliente e tem sua própria autonomia gerencial de qualidade, no qual se tem um rígido controle de suas atividades tendo em vista o alcance de seus objetivos para a satisfação da sociedade.

A formação da GPR dá-se em três ciclos: planejamento, implementação e monitoramento e avaliação. No primeiro deles, cria-se uma interligação, em que a etapa inicial é o planejamento, no qual se analisa a situação, faz-se o diagnóstico, verificam-se as causas do problema e as possibilidades de solução e, por fim, os caminhos para a implementação do programa são traçados, com as devidas previsões das transformações a serem realizadas.

Na implementação, tem-se o início das atividades projetadas, em que se põe em questão a consistência e a adequação de recursos destinados à sociedade. Nessa etapa, há espaço para destrinchar os componentes do programa, avaliando a qualidade e quantidade dos recursos, bem como sua estrutura gerencial. Com isso, é assegurada a possibilidade de correções no produto final que será “consumido” pela sociedade, que conseqüentemente dá início à etapa final de monitoramento e avaliação, no qual são redefinidos os projetos e programas do sistema conferindo-lhe uma característica de retroalimentação.

[...] o ciclo que começa com o estabelecimento dos resultados desejados, a partir da tradução dos objetivos de governo; prescreve o monitoramento e a avaliação do desempenho da organização ou da política pública a partir do alcance desses resultados; e retro-alimenta o sistema de gestão, propiciando ações corretivas decorrentes dessa avaliação (GOMES, 2009, p. 69).

Assim, destaca-se a modernização e o fortalecimento da gestão mediante a otimização dos recursos com o fim precípua de alcançar suas metas. Nesse entendimento, o foco são os resultados da ação, seja de

planejar, executar ou avaliar. Para tanto, é importante estrutura, recursos como, por exemplo, contratos de desempenho, que significa “forma de pactuação dos objetivos e metas a serem alcançados, alinhados com os objetivos estratégicos”; autonomia gerencial e financeira para os dirigentes e servidores. O que impõe barreiras à circulação do gasto público é esse controle orçamentário, dificultando a adaptação da “alteração da ação estatal, impedindo assim, o redirecionamento do gasto público” (CABRAL NETO 2009, p. 179).

Segundo Holanda e Rosa (2004), o desejável de um governo é que ele em seu modelo de gestão, no desenvolvimento de políticas públicas seja voltado para o empreendedorismo:

Um modelo em que o setor público passa a adotar uma postura empreendedora, voltada para o cidadão como cliente e buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência (HOLANDA E ROSA, 2004, p.6).

A Gestão Pública por Resultados (GPR) reúne planejamento, transparência equilíbrio e controle, com o fim precípua de busca de indicadores quantitativos capazes de justificar, com resultados mensuráveis, a atuação dos órgãos públicos.

Este modelo da gestão pressupõe organizações enxutas, inovadoras, em permanente evolução, voltadas às necessidades do cliente, atuando com agilidade, dinamismo, flexibilidade, transparência, com controle social e em parcerias (MEDEIROS, 2009, p.5).

A gestão por resultados é uma inovação no sistema de gestão que não é a gestão apenas pela administração, mas focaliza suas ações gerenciais na gestão pela qualidade com foco em resultados, ou seja, o resultado é o produto do processo.

Para Silva, (1995), por traz dos resultados há que se considerar o mecanismo de controle social, uma vez que a sociedade requer a

transparência na gestão pública na otimização do orçamento público. De certa forma, segundo Silva (1995), há como “controlar” as ações governamentais fora dos períodos eleitorais, em que se precisa cobrar ao poder público os referidos resultados de sua gestão.

De acordo com Silva (1995), a educação escolar tem se estruturado como forma adequada ao sistema globalizado, em que se articulam diretamente o sistema educativo e o sistema produtivo, como também tem se fundamentado num princípio de competitividade. Assim, observa-se que o sistema avaliativo tem seu alicerce num índice de desempenho, que segundo o autor, vê-se possível o aumento da produtividade e da eficiência, ainda que seja necessário saber a quem está submetida a subserviência dessa produtividade e eficiência. O produto então passa a ser o foco, não o processo, esboçando, desse modo, um cenário em que a competitividade e visão mercadológica são a base da educação escolar.

Corroborando o que foi postulado por Silva (1995), este outro autor considera a pertinência do processo: “na escola, a garantia de um bom produto só pode acontecer garantindo-se um bom processo” (CASTRO, 2009). Não se pode olvidar que algumas questões são ainda motivo de debate. O acesso à educação e a democratização da gestão. São reconhecidos os avanços, diz o autor, em termos de gestão escolar, a saber, descentralização, autonomia da escola e participação da comunidade entre outros temas observados nas distintas ações democráticas. Essas temáticas não estão devidamente discutidas, ainda estão em aberto para a reflexão.

3.2 GESTÃO POR RESULTADO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO

Na esfera do modelo administrativo gerencial do Estado, com o apoio do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), que é consultor da Gestão Empresarial no Brasil, insere-se o Programa de Modernização da Gestão: Metas para Educação (PMGE/ME), que tem seu foco voltado para os resultados e no qual são definidas as políticas públicas educacionais em

Pernambuco. Segundo Cavalcanti (2010), o objetivo do programa é o de garantir bons índices de avanços na área educacional brasileira e respeitar o que foi postulado no Termo de Compromisso assinado pelo gestor escolar e grupo gestor da Secretaria da Educação. Sua regulamentação é feita pelo Decreto nº 29.289, de 7 de junho de 2006, que também institui o Projeto de Modernização da Gestão e do Planejamento do Estado de Pernambuco - (PNAGE-PE).

Todos esses programas buscam incluir os cidadãos carentes concedendo-lhes uma educação pública de qualidade e apresentando-lhes a cultura da democracia plena, fomentando a participação popular. Além dos programas referidos, o Governo também criou o Programa de Modernização da Gestão Pública em Pernambuco – Metas para Educação (PMGE/ME), que tem o mesmo objetivo desses programas, em dos índices negativos da educação pública do Estado de Pernambuco.

Diante dessa busca por uma educação de qualidade, há que se considerar a discussão atual por políticas educacionais, cujo foco de interesse seja uma escola pública de qualidade. Nessa perspectiva, segundo Cavalcanti (2010), o governo de Pernambuco, baseou-se em um tema recursivo na história: a escola em tempo integral, em Pernambuco, Escola de Referência.

Considerando que o modelo de gestão democrática está contribuindo para a melhoria escolar, destacam-se as escolas integrais. É preciso salientar, contudo, que o processo de inclusão vai mais além da abertura do espaço, é preciso garantir a qualidade da educação, assim as metas são os resultados a serem alcançados pelas escolas.

O Programa de Modernização da Gestão¹² tem como política, a melhoria dos indicadores educacionais do Estado, com foco na gestão por resultados. Seu objetivo é de consolidar as unidades de ensino, a cultura da democracia e da participação popular, baseada em diagnóstico, planejamento e gestão. A ideia principal do programa é firmar a democracia nas escolas, a partir da seguinte triangulação: diagnóstico, planejamento e gestão.

¹² Disponível em:

www.educacao.pe.gov.br/upload/galerias/644/programa_de_modernizacao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2013.

Esse Programa tem por meta a otimização de indicadores para avaliar a Educação, como Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e do Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (Saepe), em que o Governo firmou os compromissos a serem cumpridos, ano após ano, pelos gestores dos estabelecimentos de ensino e das Gerências Regionais de Educação (GRE), trabalhando a gestão. Seu propósito é consolidar a cultura da democracia e da participação popular, nas unidades de ensino, tomando como base o diagnóstico, o planejamento e a gestão.

Um dos objetivos estabelecido pela Secretaria de Educação é a meta por escola, é um indicador, que representa o desafio proposto para cada escola na busca da melhoria dos resultados.

As metas foram estabelecidas a partir da realidade vivida por cada escola, tendo como desafio melhorar em relação a elas mesmas.

A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco criou um índice, para avaliar o desempenho dos alunos da rede, o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (Idepe), que faz o diagnóstico e avalia a qualidade do ensino em escolas públicas anualmente e que tem metas estabelecidas no termo de compromisso garantido entre as escolas e a Secretaria de Educação de Pernambuco.

Para dar procedimento às avaliações, o Idepe utiliza cálculos, baseado nos índices investigados, como faz o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que utiliza dois critérios: o fluxo escolar e o desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio em provas de Língua Portuguesa e Matemática nos exames do Saepe. Esse cálculo baseia-se na multiplicação da média do Saepe na escola a partir dos índices de aprovação no período de avaliação e o mesmo deve respeitar o que foi estabelecido pelo Ministério da Educação para o Ideb, que é de ter em 2022 (nos 200 anos de independência) a nota 6,0, equivalente a dos países desenvolvidos hoje. O cálculo é composto, portanto, segundo Dantas (2012), pela combinação de resultados do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (Saepe) e do fluxo escolar.

O governo do Estado de Pernambuco criou como motivador o Bônus de Desempenho Educacional (BDE), para motivar financeiramente os servidores

do ambiente escolar a atingirem suas metas. Um dos incentivos é este: “A unidade que alcançar 50% da meta, receberá a metade do bônus, e a partir daí será considerado o intervalo de 10% até atingir 100% da meta”. O projeto foi criado para ser um motivador a levar os profissionais das escolas cumprirem suas metas.

3.3 O PACTO PELA EDUCAÇÃO

O Pacto pela Educação, criado em 2011, para atender às necessidades da população, e das necessidades identificadas pelo Governo do Estado na área de educação configura-se como uma política que prioriza a melhoria da qualidade da educação para todos e com equidade, fundamentado na Constituição Federal de 1988, na LDB de 1996, no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), nas Diretrizes do MEC e na Conferência Nacional de Educação. A melhoria do processo ensino-aprendizagem é o foco do Pacto Pela Educação, bem como dos ambientes pedagógicos, aumentando o acesso à educação e contribuindo para a evolução da Educação no Estado. Para boa execução do referido Pacto, faz-se necessária a participação de toda a sociedade. A política adotada no Pacto Pela Educação (PPE) é “Garantir educação pública de qualidade e formação profissional”, adota a linha da transparência das informações, valorização e capacitação profissional, inicial e continuada, meritocracia, desempenho, metas pré-definidas, monitoramento e avaliação dos processos e acompanhamento de resultados Governo do Estado de Pernambuco (2013). Para tanto, definiram-se indicadores de processo, quais sejam: frequência do estudante, e do docente, cumprimento do currículo, para os alunos com desempenho inferior à média, participação da família em reuniões, dos alunos nas avaliações, participação no reforço e percentual de notas críticas, e, principalmente, as notas internas (das avaliações bimestrais elaboradas pelo docente da turma) e as externas (das avaliações do Pacto pela Educação, do Saeb e Saepe). Estipularam-se metas para todos os indicadores de processo e notas dos alunos.

O Estado de Pernambuco desenvolveu programas, mediante os trabalhos de monitoramento e avaliação, que assegurassem a melhoria da qualidade do ensino e de seu acesso a todos. Nessa perspectiva, o programa Professor Conectado, em que os professores da rede estadual eram munidos de computadores portáteis, os alunos do 2º. e 3º anos do Ensino Médio de tablets.

Por meio do monitoramento periódico dos resultados e indicadores de processo de todas as escolas públicas estaduais de Ensino Médio em que o Pacto pela Educação busca a qualidade dos processos e o atendimento das metas previstas. A partir do monitoramento é observado os dados que levam a planejar as ações para corrigir possíveis desvios encontrados e novas metas são traçadas.

Tais metas são pactuadas visando à melhoria de dois índices principais da educação no Estado e no Brasil: o índice de desempenho educacional de Pernambuco (Idepe), que é aferido todo ano nas escolas públicas do Estado de Pernambuco e o Índice de Desenvolvimento Educacional do Brasil (Ideb), que é aferido de dois em dois anos nas escolas de Ensino Médio e Fundamental dos estados brasileiros.

É mérito do Pacto pela Educação a interação entre os atores do processo (alunos, pais, professores, comunidade de um modo geral) até o Governo do Estado, viabilizando um diálogo sobre as necessidades educacionais da sociedade. Dessa maneira, é pertinente e até mesmo necessário o acompanhamento dos serviços prestados e os efeitos desse Pacto a fim de avaliar se realmente trata-se de uma política de gestão pública eficiente e eficaz na melhoria do ensino no Estado.

O Estado não avaliou ainda a influência do acompanhamento das metas nas notas dos alunos. As ações do Pacto ainda não foram refletidas pelo Ideb de 2011, dada a sua recente implantação, porém o cumprimento das metas é esperado e que haja um bom desempenho no Ideb 2013.

Diante dessa busca por uma educação de qualidade, há que se considerar a discussão atual por políticas educacionais, cujo foco de interesse seja uma escola pública de qualidade. Nessa perspectiva, faz-se necessário que a escola conforme-se ao novo paradigma. Educar para cidadania, numa

sociedade competitiva requer o domínio das novas tecnologias de informação e comunicação. É papel da gestão atuar em prol de facilitar, regular, administrar e manter o *status* de gestão eficiente e eficaz. Conforme Mello (1995), a gestão é a “mola propulsora” da qualidade da educação básica e das políticas públicas.

Na concepção de Russo (2005), a gestão escolar deve oferecer condições para a melhoria processo ensino-aprendizagem, ou seja, suas ações devem ser organizadas em conformidade ao processo de produção pedagógico.

Em atenção ao papel transformador da educação de transformar para o exercício à cidadania, o Projeto Político-Pedagógico da escola é fundamental nessa promoção de qualidade:

[...] ações que podem contribuir para que, com os recursos existentes e disponíveis, se ‘produza’ o máximo de educação possível, ou seja, que a escola atenda o maior número de alunos com a melhor (qualidade) (RUSSO, 2005, p.33).

A promoção de um ensino de qualidade pela gestão escolar requer que os objetivos da educação estejam afinados à prática pedagógica libertadora, conforme os postulados freireanos (1996; 2009). Há, entretanto, muito caminho a trilhar em termos de se alcançar um ensino de qualidade.

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Em face das discussões levantadas sobre a política educacional no mundo contemporâneo, em que a política pública voltada para uma educação de qualidade relaciona o Estado à sociedade, destaca-se o debate em torno desse tema que permeia a Educação.

A proposta de análise das políticas educacionais a partir do “ciclo de políticas” envolve os seguintes contextos: da influência, da produção de texto e da prática. Segundo Ball (1998), esses contextos dispõem de espaços

discursivos e grupos de interesses para a interação dialógica sobre os processos educacionais.

Para o supracitado autor, é no contexto das práticas que a política submete-se a todo um procedimento de interpretação, podendo provocar mudanças em sua origem:

Os profissionais que atuam no contexto da [escolas, por exemplo] não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos (...). Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas (...) interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes (BOWE et al. 1992, p. 22 apud MAINARDES, 2006, p.53).

Há que se considerar, o papel ativo dos professores no olhar interpretativo das políticas educacionais, uma vez que podem intervir no processo de formulação e interpretação dessas políticas.

A educação no Brasil historicamente sempre foi um privilégio das classes favorecidas. A história educacional mostra uma política distante, isenta dos resultados dos registros que demonstram desigualdade, fracasso, exclusão do social, conforme registra Santos (2010).

Baseando-se na Constituição Federal de 1988, quando estabelece a Educação como um dever do Estado e um direito de todos, há que se considerar que a educação para todos, sempre fez parte da responsabilidade social do país, portanto a garantia de educação para todos é dever do Estado. Conhecida como “Constituição Cidadã”, pois marca um novo conceito de participação na formulação das políticas públicas, que passou a representar a pluralidade das vozes por meio das entidades da sociedade civil organizada. Nesse novo desenho ganha destaque a formulação das políticas públicas como políticas de Estado.

A participação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) exerceu forte influência no capítulo da educação da Constituição de

1988. Instituído em 1986, agregava inicialmente quinze entidades engajadas no processo de redemocratização do País. A Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FNDEP) foi lançado oficialmente em Brasília em 9 de abril de 1987 com o "Manifesto em Defesa da Escola Pública e Gratuita" (PNE, 2011).

Desse modo, foram implantadas em várias regiões do País, ações de responsabilidade das escolas públicas e ações que motivassem a participação integrada da família e da comunidade. A abertura democrática do Brasil em início da década de 1982, com o poder nas mãos da oposição (PMDB, PDT e PT) desencadeou um processo de mudanças, em que os aliados políticos progressistas exerciam influência na administração pública. Os governos passaram a buscar melhorias no âmbito da educação em seus estados (PNE, 2011).

A partir da Constituição Federal de 1988, vêm se tecendo possibilidades para o progresso da educação integral, fortalecendo a visão da educação como direito social básico, introduzindo ampla rede de proteção à Criança e ao Adolescente, regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990). A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também designou a ampliação da jornada escolar para 7 horas diárias como cenário da política pública educacional; e o Plano Nacional da educação (PNE) apontou a ampliação da jornada escolar como um avanço para diminuir as desigualdades e ampliar de forma democrática oportunidades de aprendizagem. A Meta 6 - PNE, 2011-2020 propõe que haja pelo menos 50% de escolas públicas atuando em tempo integral.

Numa perspectiva mais aplicada, o Programa Mais Educação do Ministério da Educação, desde 2008, leva a coordenação do tempo e do currículo, ao ponto de vista de uma educação a qual amplie expressivamente as dimensões, os tempos, os espaços e as oportunidades formativas. Também se encaminha para este empenho o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) que estabelece um percentual diferenciado de financiamento para estudantes que permaneçam na escola pelo menos sete horas diárias, nos cinco dias da semana, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que

prevê, desde 2008, financiamento diferenciado para os estudantes do Programa Mais Educação, conforme Moll (2011).

Segundo Esquinsani (2008), cabe ressaltar que a ideia de educação de qualidade em tempo integral já estava no cerne das preocupações de Anísio Teixeira, nos anos 1950, quando criou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, Escola Parque. Anísio foi um grande Inspirador de instituições de ensino de educação integral, como os Ginásios Vocacionais em São Paulo e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Rio de Janeiro, tendo como protagonista do programa Darcy Ribeiro. Os CIEPs tornaram-se referência para discussão sobre escolas de tempo integral.

Nessa perspectiva de qualidade na educação, o país retoma a ideia de escola integral, contudo é importante esclarecer que não é a questão tempo que definirá uma educação de qualidade, é preciso um projeto inovador em termos de proposta pedagógica escolar (CAVALIERE, 2002). A questão maior está centrada em uma escola de qualidade para todos em todas as esferas públicas, em que um novo projeto pedagógico suplante o antigo modelo de escola e de ensino. Que seja atraente o suficiente para radicar a evasão escolar.

4 EDUCAÇÃO INTEGRAL EM PERNAMBUCO

Para abordar o tema da Educação Integral em Pernambuco, há que se dirigir o olhar ao Projeto Piloto originário da ideia – o Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP) –, que posteriormente serviu de subsídios ao Programa de Desenvolvimento de Centros de Ensino Experimental do Estado.

4.1 GINÁSIO PERNAMBUCANO – O PROJETO PILOTO

Durante o surgimento da política de expansão da oferta de vagas nas escolas públicas com a democratização do acesso, sem o respectivo investimento na qualidade do ensino, o Ginásio Pernambucano, uma das escolas públicas mais tradicionais do Recife, com mais de um século de existência, passou a não se distinguir das demais escolas da rede pública.

A nova etapa da história do Ginásio Pernambucano teve início no ano 2000, com a universalização da oferta já consumada. Uma proposta de restauração física do edifício histórico, custeada pela iniciativa privada, foi levada ao Governo do Estado por um ex-aluno do Ginásio, de sua época de escola-padrão. Aceita a parceria, o engenheiro Marcos Magalhães, naquela circunstância presidente da Philips para a América Latina, reuniu outros representantes do setor privado e iniciou a tarefa da restauração física do edifício (HENRY, 2011, p. 77).

Conforme o supracitado autor, a iniciativa de construção de um “novo Ginásio Pernambucano” surgiu, de um de seus ex-alunos, juntamente com outros representantes empresariais, elaboraram um programa de restauração física do edifício com custos oriundos da iniciativa privada e o Governo do Estado o qual tratou da parte legal do acordo e logo deu início ao processo de construção.

Nessa perspectiva, foi criado o projeto piloto do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), uma instituição educativa de

caráter experimental, baseado no modelo de *charter school* (escolas públicas com gestão privada), para estudantes do Ensino Médio da Rede Pública, com a proposta de uma escola de qualidade em tempo integral, com aparato tecnológico, quais sejam: laboratórios de ciências, línguas e informática; bibliotecas; e salas de aula temáticas, de acordo com a disciplina estudada.

Uma escola pública e gratuita, mantida pelo poder público estadual, com o apoio de parceiros privados, representados através do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE)¹³, que tornou-se o principal parceiro da Secretaria de Educação do Estado.

Esse projeto piloto segundo (HENRY, 2011) buscava recuperar a qualidade do ensino mediante novo modelo de gestão e prática pedagógica, cuja inovação incluía, além de um currículo regido pelas Diretrizes do MEC e aplicado pela Secretaria de Educação do Estado, atividades que extrapolavam os muros da escola em que os alunos eram conduzidos ao conhecimento de sua realidade social, contribuindo assim, para o projeto de vida pessoal e para o exercício de sua cidadania.

O CEEGP assume o pioneirismo de escola de excelência, passando a funcionar em regime de tempo integral, das 7h30min às 17h (Regimento Interno, art. 6º).

O Decreto nº 25.5967 de 1º de julho de 2003, publicado no Diário Oficial do Estado em 2 de julho de 2003, oficializou a criação do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), com base no Artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que permite a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas às disposições desta Lei.

Na Portaria SEDUC Nº. 4593, de 3 de setembro de 2004, registra-se o objetivo principal do CEEGP: “resgatar a excelência do ensino médio no âmbito do Estado, contribuindo para a causa do Ensino Médio de Qualidade, Público e Gratuito”. Nela, também, podem-se verificar os objetivos específicos, no qual uma das premissas é o protagonismo juvenil, ou seja, o jovem como

¹³ O ICE é uma entidade sem fins lucrativos, com objetivo de promover a qualidade da educação pública de nível médio no Brasil, foi criado em 2000 e reúne um conjunto de empresas que assumiram como primeiro objetivo o projeto de reerguer o tradicional Ginásio Pernambucano (ICEa, s.d.)

ator principal em todas as ações da escola, em que se busca a formação do jovem autônomo, solidário e produtivo.

Conforme Henry (2011), o CEEGP tinha como meta ser conhecido e reconhecido regional e nacionalmente como um centro de referência na formação da juventude e na geração de processos e materiais de suporte pedagógicos e gerenciais, todos voltados primordialmente para a melhoria do ensino médio das redes públicas.

O desempenho do novo Ginásio Pernambucano serviu de modelo para as demais Escolas de Referências, em que sua estratégia de atuação foi o incentivo à construção de uma rede regionalizada de outros Centros de Ensino Experimentais, como pólos irradiadores. Tratava-se de um modelo para a Rede Pública de Ensino, em que cada unidade se desenvolveria com características próprias de acordo com a região e a cultura de cada comunidade.

O Modelo Pedagógico do CEEGP está apoiado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Constituição Federal e nos Parâmetros Nacionais Curriculares, além de se orientar pelas Resoluções da Conferência de Jontien e no Relatório de Jacques Delors, sobre os quatro pilares da educação (aprender a ser, aprender a conviver, aprender a conhecer e aprender a fazer).

A educação acadêmica de qualidade, a orientação profissional e a preparação do jovem para a vida, são as três tendências desse novo modelo pedagógico.

O CEEGP tem como eixo norteador formar jovens autônomos, solidários e produtivos, de acordo com o art. 2º da Lei 9394/96. Isso quer dizer que o jovem deverá ter capacidade de desenvolver uma visão do seu futuro e transformá-lo em realidade; determinar sua vida profissional e sua vida acadêmica, realizar seu “projeto de vida”.

O currículo contempla conteúdos e métodos de aprendizagem que condicionam o aluno a realização de atividade nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração dos jovens nas relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva. Orientada pela LDB, Artigo 26, a proposta curricular foi

implementada pelo Espaço Aberto, tempo pedagógico de 2h/a semanais. Além das disciplinas que constam na Matriz Curricular.

A estrutura das salas da Escola são equipadas com aparato moldados às especificidades exigidas de cada área do conhecimento. Assim, elas se dispõem na Escola por disciplinas e não por turmas específicas para que cada sala tenha os elementos pertinentes às práticas que nelas serão desenvolvidas.

Encontra-se também, na escola, um grande acervo bibliográfico disponível na biblioteca Olívio Montenegro, além da disponibilidade de ferramentas digitais e acesso à Internet.

Para alcançar resultados positivos, são desenvolvidos Conselhos de Classes cinco vezes durante o ano para que se possa identificar o processo de aprendizagem dos estudantes. Nessas cinco etapas, são feitos diagnósticos; o acompanhamento do primeiro semestre; a avaliação deste e encaminhamento para o segundo; acompanhamento do segundo semestre; e, por fim, avaliação final. De acordo com Silva; Lima; Barroso Filho (2008), ao fim de cada semestre, são emitidos pareceres que demonstram o processo de aprendizagem relacionado ao conteúdo trabalhado e à frequência dos alunos.

Isso se torna possível em razão do apoio pedagógico, psicológico e social oferecido pela coordenação pedagógica que comunica os resultados dos alunos às famílias e para que haja assim acompanhamento das mesmas, bem como intervenções necessárias.

O Modelo de Gestão do CEEGP concebe-se na ideia de que é preciso ter entendimento da concepção que a escola não é apenas um lugar de aprendizagem escolar, mas também um espaço de preparação para o trabalho e para a vida. Assim, todos os agentes da escola são responsáveis pela Educação. Os professores atuam como coadjuvantes no processo de aprendizagem dos alunos, que atuam como protagonistas em autodesenvolvimento. Cabe aos professores fazerem com que os alunos tenham conhecimento de suas próprias competências.

O Conselho Gestor, segundo Silva; Lima e Barroso Filho (2008), é responsável pela gerência dos recursos oferecidos pelo governo estadual, pela iniciativa privada e pela comunidade. Tal conselho estabelece princípios e

diretrizes determinados na parceria entre o regime da própria escola com o setor público e entidades da sociedade civil. Assim, é composto: por um coordenador do Centro de Ensino Experimental; um representante da Secretaria da Educação e Cultura do Estado (Seduc); e representantes da sociedade civil (órgãos convenientes). Nessa iniciativa administrativa, cada membro deve alcançar metas estabelecidas, sendo remunerados de acordo com o desempenho de cada um.

O gestor coordena e integra o trabalho na escola e executa as decisões do Conselho, apresentando relatório das atividades, além de agir eficientemente quanto à utilização dos recursos públicos a fim de atender os interesses comuns e à prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade.

Em busca de garantir o nível da escola, mantendo a motivação de sua equipe, o papel do gestor é integrar as ações de vários campos; responsabilizando-se pelos resultados; coordenar o planejamento através do Plano de Ação Anual, Regimento Interno e Projeto Pedagógico; elaborar seu Programa de Ação Gerencial; e administrar a escola, seus recursos materiais e financeiros, promovendo as atividades com o fim precípua de assegurar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

A seleção do gestor resguarda-se sob o Decreto nº 26.307, de 15 de janeiro de 2004, e pela Portaria Seduc nº 4.593, de 3 de setembro de 2004. A própria escola se encarregava de lançar o edital, em atenção a suas necessidades de compor a equipe ou substituir professores que não se conformaram às normas do Procentro. Os candidatos a gestor deverão ter nível superior; experiência em Gestão ou Administração Escolar; e experiência como gestor docente de no mínimo cinco anos. Havia duas etapas no processo seletivo: eliminatória e classificatória. A primeira constituía-se da análise do currículo e a prova de conhecimentos (gerais e pedagógicos e conhecimento de gestão educacional). A segunda etapa, classificatória, analisava o perfil do candidato, com o teste psicológico que analisaria a capacidade de domínio, influência e estabilidade do candidato, além de aferir se há enquadramento do seu perfil com o cargo de gestor que assumiria. Fazia parte também dessa etapa a entrevista com o candidato na qual se conferia destaque à aquisição

cultural do candidato, ao seu conhecimento sobre gestão e também sobre o novo modelo de escola. Após o resultado, o candidato selecionado ainda participava do Programa de Capacitação em Gestão, do Procento. É exigido disponibilidade de 40 horas-aulas semanais, em dedicação exclusiva, no qual seria adquirido o direito a uma bolsa complementar, de responsabilidade das instituições que integram esse regimento de parcerias administrativas, no valor proporcional aos seus vencimentos.

Ainda como parte do processo seletivo, os professores são também submetidos anualmente a uma avaliação qualitativa de atuação e produção docente, recebendo incentivos por seu desempenho (aqueles que atingem 100% de satisfação). Os indicadores para avaliação são: Evolução do índice geral de aproveitamento dos alunos no Sistema de Avaliação do Estado de Pernambuco (Saepe); Índice de aprovação dos alunos em relação ao desempenho da instituição; Avaliação externa aplicada aos estudantes, baseadas em vestibulares anteriores; Índice de aprovação dos alunos em relação o desempenho do professor; e Participação em atividades com os alunos (como Feiras de Ciências).

Por tais exigências, há uma grande diferenciação quanto ao quadro docente do CEEGP, no que se refere à mínima formação acadêmica para regência, com 85% do corpo docente formado por especialistas e 15% por mestres.

Como forma de efetivação do compromisso com os princípios estabelecidos pelo modelo do CEEGP, os professores comprometem-se com a política de capacitação continuada, que contribuirá com a concretização dos princípios pedagógicos da escola. Segundo a portaria Seduc nº 4593/2004, o trabalho dos professores deve ser efetivado juntamente com os alunos, não só nas práticas didáticas, mas também na vivência cotidiana, deve sistematizar as experiências vividas e também produzir material didático-pedagógico.

Os professores capacitados anualmente, com o intuito de aprofundar os conhecimentos sobre o conteúdo das disciplinas, sobre os métodos de trabalho, o manuseio dos laboratórios, sobre as atividades interdisciplinares e o exercício do protagonismo juvenil.

Após ter sido oficializada a criação do CEEGP, em 2004, o Governo do Estado, com o fim de padronizar esse modelo de escola integral, deu início ao Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (Procentro).

4.1.2 O Programa de Desenvolvimento de Centros de Ensino Experimental Procentro

O programa que deu origem à Escola de Referência teve como objetivo fomentar a democratização, a partir da criação e desenvolvimento de uma escola pública nos moldes de Escola de Ensino Médio de qualidade em tempo integral, com todo aparato tecnológico para essas escolas da rede pública. O referido Programa buscou disponibilizar para esse aluno um currículo escolar ampliado, oportunizando assim ao discente o aprendizado e desenvolvimento de práticas que servirão para a sua vida e seu futuro. Dessa forma, o currículo, a metodologia bem como todo o acompanhamento, conforme Magalhães (2008), se distinguiram dos tradicionais, em termos de conceitos diferenciados de pedagogia, gestão e conteúdo.

O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), se propôs a angariar verba com o empresariado para as escolas do Procentro, ao tempo em que, segundo Magalhães (2008), o Governo do Estado assumiria a função de promover as alterações legais que regulamentariam essa nova iniciativa.

Com o intuito de um pleno desempenho dessa estrutura educacional, foi preciso introduzir na legislação estadual outros mecanismos legais e normativo:

- O Decreto N. 26.307 de 15 de janeiro de 2004 criou o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (PERNAMBUCOa, 2004 *apud* HENRY, 2011).
- A Portaria Seduc N. 4593, de 03 de setembro de 2004, que estabelece as características e especificidades dos Centros de Ensino Experimentais (PERNAMBUCOb, 2004, *apud* HENRY, 2011).

- A Lei N. 12.965, de 26 de dezembro de 2005, que dispôs sobre a implantação e funcionamento dos Centros de Ensino Experimentais CEE (PERNAMBUCOa, 2005, *apud* HENRY, 2011).

O Procentro criou seus próprios critérios e estabeleceu seus parâmetros para selecionar sua equipe de diretores e docentes, e também a bonificação por desempenho, segundo Magalhães (2008), valia-se do resultado dos exames dos alunos como forma de avaliar as escolas.

As metas, compromissos, monitoramento, resultados, avaliação, incentivos, e responsabilidade são padrões gerenciais trazidos do mundo empresarial para serem adotados por essas escolas.

Nesse entendimento, há uma relação direta da descentralização e autonomia com o aumento das responsabilidades dessa equipe que compõe a escola e é a responsável pelo seu andamento, equipe, cuja eficiência e eficácia são medidas por indicadores quantitativos. A autonomia é elemento característico da gestão dessas escolas. Seu Projeto Pedagógico é construído com a participação de docentes e gestores, os quais seguem às diretrizes curriculares e as orientações pedagógicas do Programa em relação a grades, horários, materiais didáticos, critérios de avaliação, fichas pedagógicas etc. Para visualizar o desenvolvimento do Ensino Experimental, segue o Quadro 4 com o quantitativo de escolas nos respectivos anos de funcionamento como Centro de Ensino Experimental (CEE).

Quadro 1 – Evolução do Número de Escolas do Centro de Ensino Experimental

CENTRO DE ENSINO EXPERIMENTAL	
Ano	Quantidade de Escolas
2006	11
2007	07
2008	13
TOTAL	33

Fonte: Henry, 2011

Em 2007, o Procentro tornou-se Política Pública para o Ensino Médio em Pernambuco. Seu propósito era levar os métodos do Procentro para toda a Rede Estadual de Nível Médio. Daí a importância do resgate histórico aqui apresentado.

4.2 ESCOLA DE REFERÊNCIA EM PERNAMBUCO

O Governo do Estado de Pernambuco, em 2008, com o propósito de ofertar educação de qualidade para todos, decidiu formular e implementar uma política pública específica para o Ensino Médio.

Com isso, foi instituída A Lei complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial de 17 de junho de 2008, que cria o Programa de Educação Integral e renomeia os Centro de Ensino Experimental para Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM). Apesar do reconhecimento da pertinência de se angariar a parceria das instituições privadas, o governo assumia a responsabilidade da condução das políticas públicas, diferentemente nas Parcerias Público-Privadas firmadas no processo de criação dos Centros de Ensino Experimental, vinculado ao Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (Procentro). Segundo Dutra (2012, p.2), “no programa atual, as parcerias foram firmadas na perspectiva da colaboração com a expansão do Programa de Educação Integral no âmbito estadual e as diretrizes pedagógicas e o modelo de gestão de responsabilidade dos atores que compõem o poder público”.

As Escolas de Referência oferecem, além da jornada em tempo integral para toda a comunidade escolar, atividades pedagógicas desenvolvidas¹⁴ com ênfase nos seguintes pontos: empregabilidade; associativismo; empreendedorismo; qualificação profissional; bem como material escolar; fardamento e refeições; além de laboratórios especializados; biblioteca; e professores em tempo integral. Assim, compreende-se que seu propósito era

¹⁴ MAGALHÃES, 2008. Op. Cit.

atender à necessidade dos jovens cuja finalidade maior é a formação superior, a inserção no mercado e as práticas sociais.

Os instrumentos de planejamento e gerenciamento e do processo avaliativo das práticas escolares têm sido a Tecnologia Empresarial Socioeducacional¹⁵. Afinal, o foco das Escolas de Referências de tempo integral é o jovem, por meio da formação desse jovem preparado, engajado e responsável, cujas escolhas tomam por base o respeito à vida, agindo sempre com dignidade e ética. Assim, o Modelo Pedagógico de alcance vai além do espaço interior da escola, ou seja, apresenta oportunidades educativas que levam o jovem a desenvolver competências individuais e coletivas. Ademais, inserir esse jovem no mercado de trabalho é uma de suas metas. Nesse entendimento, os recursos avaliativos subsidiarão à aprendizagem.¹⁶ O mundo acadêmico situa o jovem estudante nas concepções teóricas e práticas, qualificando-o para o Ensino Superior.

Conforme registra Dutra (2012), o Governo de Pernambuco, com seu Programa de Modernização da Gestão Pública em Educação, prioriza a qualidade do ensino e a ampliação de matrículas no Ensino Médio implementando para tanto as Escolas de Referência.

Essas escolas foram implantadas, segundo Dutra (2012), em sua maioria, em escolas estaduais já existentes, em condição de atender à demanda de Ensino Fundamental, mediante remanejamento progressivo.

Nas Escolas de Referência, estruturou-se o currículo para receber alunos em tempo integral.

Para ingressar nas Escolas de Referência, foram estabelecidos critérios que contemplassem os alunos que residiam nos arredores da escola desejada, sendo conferida prioridade aos alunos oriundos de escola pública, de acordo com as normas de matrículas da Secretaria de Educação do Estado.

Em relação às condições de infraestrutura, foram fixados modelos tanto para a estrutura física, como para laboratórios, entre outros, conforme o padrão do Ginásio Pernambucano.

¹⁵ Baseada na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO). A Tese é mais uma questão de consciência e postura do que um modelo de gestão. Silva e Lima(2008)

¹⁶ Magalhães (2008).

A seleção para formar o corpo docente e administrativo objetivou alcançar as metas referentes ao modelo de qualidade idealizado para as referidas escolas. Com o propósito de suprir as demandas sociais, planejou-se ampliar as Escolas de Referência do Ensino Médio, sem acepção de pessoas, nem mesmo privilegiando os alunos que se destacaram em suas escolas de origem por terem alcançado as melhores notas.

As escolas de Ensino Médio após serem reordenadas, passam a ter sua própria identidade (prédios próprios e adequados), com funcionamento do Ensino Fundamental em escolas específicas. Dutra (2012) afirma que, segundo o Governo do Estado de Pernambuco a reforma do Ensino Médio em Pernambuco se coaduna com a proposta pedagógica inovadora de uma escola de tempo integral.

O Governo do Estado ampliou no número de escolas em 2013, alcançando 260 Escolas de Referência em Ensino Médio¹⁷. Encontram-se 122 escolas em funcionamento em tempo integral e 138 em tempo semi-integral. São 185 municípios, incluindo Fernando de Noronha, que comportam tais escolas. A meta é alcançar 300 escolas até o final de 2014. O Quadro 5 apresenta a situação de implantação das escolas a partir de 2008.

Com isso, o Programa de Educação Integral atende a 150 mil estudantes com direito a uma formação especial, pois o Governo inseriu a educação profissional na sua matriz curricular, oportunizando o aluno a ingressar no mercado de trabalho¹⁸.

Quadro 2 - Situação de Implantação das Escolas de Referência a partir de 2008

ESCOLA DE REFERÊNCIA			
Ano	Esc. Integral	Esc. Semi-Integral	Total
2008	33	18	51
2009	43	49	92
2010	60	100	160

¹⁷ Cf. site da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

¹⁸ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (2014).

2011	-	-	172
2012	-	-	217
2013	122	138	260

Fonte: Site da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco/2014

Entre os critérios para a escola se tornar de Referência, Dutra (2012) destaca que ela deve ser estadual, ter condição de atender à demanda para o Ensino Médio, mediante remanejamento progressivo. Segundo a entrevista feita no pré-teste realizado na EREM 1 (Apêndice A), outro critério é "quando a escola apresenta alto índice de evasão no Ensino Médio e péssimos índices externos".

5 METODOLOGIA

Para a concretização deste estudo, foi realizada uma pesquisa cujo modelo analítico configura-se como empírico do tipo descritivo-exploratório. A pesquisa descritiva porque descreve “percepções, expectativas e sugestões” da pesquisadora e dos sujeitos por ocasião da entrevista, conforme orientação em Vergara (2010, p. 49); exploratória, por inicialmente trilhar caminhos desconhecidos do universo das Escolas de Referências (EREM), com oportunidade de mudar de foco, em determinados pontos da pesquisa, a exemplo das mudanças durante o processo de escolha do universo a pesquisar. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, uma vez que o método utilizado foi a observação direta nas EREM, com a utilização de instrumentos que exigem do pesquisador interpretações dos fenômenos observáveis, a exemplo das entrevistas, cujos depoimentos são dados qualitativos, e, como registrado por Denzin e Lincoln (apud Flick, 2009, p. 16), “os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem”. Corroborando esses autores, Vergara (2010) entende que, numa pesquisa de abordagem qualitativa, considera-se o olhar acurado do pesquisador sobre o fenômeno pesquisado, em que se lhe é conferida pertinência na análise dos resultados, cuja experiência lhe autoriza interpretar os dados conforme a familiaridade adquirida durante a pesquisa exploratória. Afinal, esse tipo de abordagem, nas interlocuções “se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2004, p. 21).

Para a elaboração dessa pesquisa recorreremos tanto a fontes primárias quanto a fontes secundárias. Inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental e, posteriormente, uma pesquisa de campo, seguindo os procedimentos de seleção de sujeitos a serem entrevistados e da elaboração de um roteiro de entrevistas com questões semiabertas.

Para fundamentar essa análise, tomamos por base os pressupostos teóricos de Anísio Teixeira (1962, 1994, 1997); Darcy Ribeiro (1995, 1986, 2009); Paulo Freire (1996, 2001, 2006, 2009). O levantamento e a análise bibliográfica também incluíram alguns artigos que analisam o Programa de

Modernização da Gestão Pública do Governo do Estado de Pernambuco, quanto à educação de qualidade, como: Dourado; Oliveira e Santos (2007, 2009); Pedro Demo (1994, 2001); Ana Cavaliere (2002, 2007); Ball (1998, 2001, 2004); Ball e Bowe (2001), quanto às políticas educacionais.

A pesquisa de campo se estendeu de agosto de 2013 a janeiro de 2014, completando seis meses de pesquisa empírica. Os critérios de seleção das escolas estudadas foram por acessibilidade e tipicidade, conforme postula Vergara (2010), pois tais estão localizadas em duas cidades representativas do Estado de Pernambuco, o Recife como capital e Olinda como parte da Região Metropolitana do Recife. Foram selecionadas cinco Escolas de Referências, localizadas nos arredores do Recife e Olinda, nominadas neste estudo como: EREM1, EREM2, EREM3 e EREM4, além da EREM Ginásio Pernambucano que foi usada como “tipo ideal” e serviu de base na análise comparativa com outras Escolas de Referência. Essa escola foi assim escolhida, por ser uma escola emblemática e por ter se constituído no projeto piloto de escola com horário integral em Pernambuco. Foram feitas várias tentativas para realizar a visita a essa escola, porém sem nenhum êxito. Diante dessa dificuldade em adentrar no ambiente físico dessa unidade escolar, consideramos para este estudo a pesquisa analítica que integra a Dissertação de Mestrado de Henry Júnior (2011) sobre o Ginásio Pernambucano como material bibliográfico para caracterização dessa escola.

Quanto ao objeto de estudo, foram escolhidas cinco Escolas de Referência: a primeira, o GP, cuja pesquisa foi feita em fonte secundária, e as quatro EREM (EREM1, EREM2, EREM3, EREM4) objetos da pesquisa de campo, como fontes primárias, todas localizadas na RMR. O universo total é atualmente composto por 122 escolas integrais em Pernambuco (Ver Quadro 2, Capítulo 4)

Considerando o caráter exploratório da pesquisa não se partiu de nenhuma hipótese que estabelecesse correlações entre indicadores de desempenho escolar e a inserção na categoria de EREM.

A título de contextualização, apresentamos o Quadro 3, no qual disponibilizamos o resultado do Idepe das escolas de referências estudadas.

Quadro 3 – Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (Idepe)

EREM	IDEPE				
	2008	2009	2010	2011	2012
Ginásio Pernambucano	-	-	-	4,75	5,24
EREM1	-	-	-	-	4,87
EREM2	-	4,91	4,69	4,70	5,0
EREM3	2,0	2,29	2,44	-	4,42
EREM4	1,85	2,45	2,87	4,05	4,33

Fonte: SIEPE – Sistema de Informações da Educação de Pernambuco

Nota: Elaboração da autora.

5.1 SUJEITOS DA PESQUISA, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTO PARA A COLETA DE DADOS.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, foram professores e gestores, assim distribuídos: 4 gestores (EREM1; EREM2; EREM3; EREM4) e 8 professores (3 professores da EREM1; 2 professores da EREM2; 1 professor da EREM3 e 2 professores da EREM4).

Conforme o plano de ação, idealizado no projeto, seguiram-se os procedimentos utilizados para a coleta de dados em quatro etapas: pesquisa bibliográfica; análise dos PPP de cada unidade; visitas sistemáticas às escolas com observação direta e a realização das entrevistas. Essas etapas serviram para *analisar aspectos de contribuição para a qualidade da Educação, advindos do Programa de Educação Integral em Escolas de Referência do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Pernambuco.*

Os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa de campo foram de fonte primária e secundária. Como fonte secundária, tivemos os seguintes documentos: O Programa de Educação Integral das Escolas de

Referências, Lei Complementar 125 de 2008, objeto de análise, a dissertação de mestrado de Raul Henry, 2011 “O Ginásio Pernambucano e o Procentro: os desafios para transformar um projeto piloto em política pública de rede”. e os Projetos Político Pedagógicos das Escolas de Referência.

O primeiro momento dessa pesquisa começou com o GP, em que foram feitas várias tentativas para realizar a observação nessa escola, porém sem nenhum êxito. Diante da dificuldade em adentrar no GP, considerou-se o estudo analítico em Henry Júnior (2011).

Em outro momento, foi realizada uma leitura de forma detalhada da Lei Complementar N. 125, de 10 de Julho de 2008 que cria o Programa de Educação Integral, para apontar aspectos de qualidade desse Programa, em que se destacaram 16 categorias de qualidade da educação, das quais foram elencadas duas para serem observadas neste estudo: *Inovações Pedagógicas; e Mudanças no Modelo de Gestão*, uma vez que essas duas possibilitam identificar a educação de qualidade. No entendimento de Inovação pedagógica nos moldes propostos por Fino (2008),¹⁹ em que significa mudanças qualitativas nas práticas pedagógicas e também compreendendo-se que se está tratando de um novo modelo de gestão, que é a Gestão por Resultados, optou-se por essas duas categorias, como poderá ser conferido no Capítulo 6 desta dissertação.

Dessas categorias elencaram-se os indicadores como se pode visualizar no Quadro 4 a seguir.

¹⁹ FINO, 2008, cf. Cap. X Seção y)

Quadro 4 - Quadro Analítico de Categorias, Indicadores e Instrumentos de Coleta

Categorias	Indicadores	Instrumentos de coleta
<p>Inovações Pedagógicas</p> <p>Formação Docente</p>	<p>Capacitação de professores</p> <p>Utilização de TIC (recursos tecnológicos)</p> <p>Abordagens curriculares diversificadas com utilização recursos didáticos e tecnologias educacionais:</p> <p>Planejamento das Aulas/ Projetos</p> <p>Monitoramento e Avaliação</p>	<p>Entrevista com gestores, docentes e alunos</p> <p>Observação direta</p> <p>Análise do PPP</p>
<p>Mudanças no Modelo de Gestão</p> <p>Monitoramento das Ações</p> <p>Inovação Gerencial</p> <p>Parcerias com instituições de ensino e pesquisa (entidades públicas ou privadas)</p>	<p>Metas de melhoria do desempenho escolar</p> <p>Uso dos resultados de desempenho escolar</p> <p>Visão compartilhada projeto pedagógico: Secretarias, rede, escola, MEC</p> <p>Construção de redes</p> <p>Avaliação participativa: colegiados, conselhos</p> <p>Capacitação dos diretores das escolas</p> <p>Parcerias institucionais</p> <p>Projeto de extensão</p> <p>Participação em feiras de ciências (SBPC, etc.)</p>	<p>Entrevista com gestores, docentes e alunos</p> <p>Observação direta</p> <p>Análise de documentos</p>

Fonte: Lei 125/2008

Nota: Elaboração própria

Como fonte primária, optamos por entrevista semiestruturada e diário de campo elaborado pela pesquisadora. A entrevista revelou-se um excelente instrumento, para aferirmos as impressões e posicionamento dos sujeitos entrevistados, pois como observado em Silveira (2007), fornecem elementos para procedermos a uma observação direta por ocasião do contexto situacional proporcionado na interação entre entrevistador e entrevistado.

As perguntas permitiram que os entrevistados pudessem narrar fatos na espontaneidade da fala, devidamente gravadas em áudio, com duração de mais ou menos 1h.

O Diário de campo foi um instrumento utilizado em todo o processo de coleta, desde a primeira visita às escolas, até a realização das entrevistas.

Quanto ao procedimento de escolha dos professores nas escolas foi aleatório, pois quaisquer professores poderiam representar a classe docente.

Por fim, fez-se a descrição e interpretação dos resultados da pesquisa, em que se buscou apresentar as inovações pedagógicas contidas nos PPP das Escolas de Referência e sua prática, com vistas a propostas de melhoria na qualidade da educação. Para uma melhor visualização, foram criados os Quadros 7 e 8 (Cap.6) Inovação Pedagógica e Mudança no Modelo de Gestão.

6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo foi elaborado a partir das informações coletadas pela autora em três situações: 1. Análise dos projetos pedagógicos de cada unidade escolar pesquisada; 2. Observação do ambiente das escolas pesquisadas realizada em visitas de campo; e 3. Entrevistas realizadas junto aos gestores e professores.

Durante as visitas sistemáticas realizadas às Escolas de Referência, a fim de melhor explorar o ambiente pela técnica da observação direta, com devidas anotações no diário de campo, obteve-se uma panorâmica tanto da estrutura física e da infraestrutura das escolas, objeto de estudo, bem como do relacionamento professor-aluno, aluno-aluno, gestor-professor. A partir de então, tecemos inferências quanto às práticas pedagógicas inovadoras e a mudança no modelo de gestão das escolas de Referência.

Essas observações, devidamente registradas no diário de campo, instrumento de coleta de dados utilizado durante o processo de coleta de dados, forneceram subsídios para fazer nossas inferências.

Conforme o modelo do emblemático Ginásio Pernambucano (ver Seção 3.2), com as observações sobre a jornada integral das Escolas de Referências, as EREM analisadas apresentaram práticas pedagógicas similares, a exemplo dos trabalhos interdisciplinares e multidisciplinares, do uso orientado da internet, da robótica entre outras. Verificamos uma reprodução do modelo oferecido pelo GP, com todo o aparato tecnológico, práticas pedagógicas e o propósito de atender aos jovens para a formação superior e ingresso no mercado de trabalho e para a vida.

Disponibilizamos no Quadro 5 a seguir, registros obtidos na observação do ambiente das escolas.

QUADRO 5 - CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Tópicos EREM	Estrutura Física e Infraestrutura	Observação
GINÁSIO PERNAMBUCANO	<p>Com reforma física em 2004: salas amplas e arejadas, equipamentos de última geração, mobiliário anatômico.</p> <p>(Ver Subseção 3.1.1). A escola é equipada com aparatos moldados às especificidades exigidas de cada área do conhecimento, cada sala tem os elementos pertinentes às práticas que nelas serão desenvolvidas. Assim, elas se dispõem na Escola por disciplinas. Laboratórios especializados e ativos, Internet <i>WI-FI</i>. Grande acervo bibliográfico disponível na biblioteca da escola, além da disponibilidade de ferramentas digitais e acesso à Internet. Alimentação terceirizada, cardápio variado, dois lanches e um almoço.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foi o Projeto Piloto de Educação Integral em Pernambuco, representação de modelo de Ensino Médio de qualidade, para ser adotado pelas demais escolas públicas estaduais pernambucanas. • O PPP construído com a participação de toda comunidade escolar, seguindo as Diretrizes Curriculares e orientações do programa como horários, grade, critério de avaliação, etc. • Eixo norteador: Formar jovens autônomos, solidários e produtivos, para determinar a sua vida profissional, acadêmica e realizar seu “projeto de vida”. • Recebe alunos do bairro próximo e vindos de outros bairros. • Novo modelo pedagógico: educação acadêmica de qualidade, orientação profissional e preparação do jovem para a vida. • O currículo contempla conteúdos e métodos de aprendizagem para a realização de aprendizagem da vida em sociedade da atividade produtiva e da experiência subjetiva. • O Conselho de Classe, é desenvolvido cinco vezes por ano. • Existe Associação de Pais, para acompanhamento dos alunos • São adotados padrões gerenciais: metas, compromissos, monitoramento, resultado, avaliação, incentivos, responsabilidade
EREM1	<p>Tornou-se de referência em 2010, Não mudou a infraestrutura; houve uma pequena reforma. Escola possui uma estrutura física boa, ampla, limpa; 10 salas de aula, com ventiladores; 1 laboratório de informática, falta sala apropriada esse laboratório está funcionando com adaptação; 1 biblioteca com bom acervo bibliográfico; 1 sala de professores, 1 sala da gestão, 1 sala da coordenação e educadora de apoio, 1 secretaria; 1 refeitório, 1 cozinha, 1 dispensa, 1 arquivo, 1 almoxarifado, sanitário e banheiros. Possui equipamentos de última geração. Laboratórios. INTERNET/<i>WI-FI</i> – problemas por conta da velocidade baixa. Auditório adaptado. Alimentação terceirizada, cozinha ampla. Sem quadra de esportes, espaços adaptados. São sete turmas, três 1º. Ano; dois 2º. Ano e dois 3º. Ano.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A escola trabalha com projetos disciplinares e interdisciplinares. Existe participação da família, os pais participam do Conselho da Escola, também existe associação de Pais. A escola trabalha com projetos culturais. • Não tem comunidade em seu entorno, recebe alunos de vários bairros e cidades: Camaragibe, Paulista, São Lourenço, Paudalho, tem aluno de toda parte. Tem parceria com a UFRPE (apoio pedagógico da UFRPE). • Recebe recursos do PROEMI –Programa Ensino Médio Inovador e PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola e as verbas estaduais.
EREM2	<p>Estrutura vertical, ampla, porém com muitas escadas (3 andares); não foi reformada, é uma escola adaptada na sua estrutura física; móveis e equipamentos modernos e anatômicos. Laboratórios ativos. Salas climatizadas. Rede congestionada, só funciona INTERNET/<i>WI-FI</i> no térreo. Paredes fracas de gesso. 2 Auditório amplo, 2 salas professor, 1 sala de apoio ao professor, 1 sala para o gestor, 1 sala para secretaria 1 sala educadora de apoio, banheiros em todos os andares. A estrutura física não é adequada para recreação, práticas desportivas, geralmente usamos emprestada a quadra da marinha. Alimentação terceirizada, farta, de cardápio variado, refeitório, cozinha ampla. Quadra pequena dentro do prédio, não</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criada já de Referência em 2007, com o objetivo de dar suporte as empresas de <i>software</i> do seu entorno. • Não existe comunidade no seu entorno. • Recebe alunos de toda Região Metropolitana e algumas cidades próximas. • Escola é muito procurada por alunos oriundos de escolas particulares das classes C. • A escola atende a 484 alunos, 12 turmas do Ensino Médio, distribuídas em 4 turmas de 1º.s Anos, 4 turmas de 2º.s Anos e 4 turmas de 3º.s Anos. • A classe social dos alunos é C e D, média e baixa renda. • A faixa etária dos alunos é de 13 a 20 anos de idade.

	podendo utilizar a quadra pois incomoda os prédios vizinhos.	
EREM3	Ampla, parcialmente reformada. 15 salas de aulas, quentes, sem ventiladores. 2 banheiros masculino e feminino; 1 biblioteca, que não funciona por falta de bibliotecária; 1 sala de apoio ao professor, 2 banheiros para professores; 1 secretária, 1 sala de arquivo, 1 sala para o gestor, 1 banheiro para gestão e secretária; Laboratórios ativos, 2 informática, 1 de ciência; INTERNET /WI FI, lenta. 1 almoxarifado, 1 auditório, 1 cozinha, 1 depósito da cozinha, alimentação terceirizada, cardápio variado, refeitório adaptado. Quadra de esportes, falta cobertura, sala de esportes, 7 banheiros da sala de esportes; 2 áreas cobertas; 1 estacionamento.	<ul style="list-style-type: none"> • A escola tem em seu entorno uma vila, e uma comunidade carente. • Falta segurança na área externa da escola. • A escola não se limita a atender alunos do bairro onde está localizada, atende também alunos de outros bairros. • Comunidade participa ativamente dos trabalhos da escola. • São atendidos na escola 235 alunos do Ensino Médio, na faixa etária de 13 a 18 anos, de renda familiar entre um a dois salários mínimos.
EREM4	Com reforma. Ampla (3 pisos), 16 salas arejadas, amplas; 1 laboratório de robótica, 1 sala de ciências humanas, 1 quadra poliesportiva coberta, 1 área de lazer, 1 auditório, 1 biblioteca sem funcionar, falta bibliotecária; 1 sala de direção com almoxarifado, 1 sala de coordenação, 1 sala de secretaria contendo sala de arquivo, 1 sala de professores com 2 banheiros e armários, 1 refeitório, 1 cozinha, 1 sala de educação física, 2 salas de apoio ao professor, 1 sala da banda musical, 1 almoxarifado, 1 laboratório de informática, 1 laboratório de línguas, 1 laboratório de matemática e física, 1 laboratório de química, 1 laboratório de biologia; 4 banheiros (com 5 acentos e 2 chuveiros cada), 4 banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais, assim como todo espaço físico da escola. INTERNET /WI-FI, lenta.	<ul style="list-style-type: none"> • Em 2009, transformou-se em Escola de Referência em regime semi-integral. Em 2012 passou para regime integral. • Escola tem em seu entorno uma comunidade carente e residente em área de vulnerabilidade social. • A escola é mantida pela secretaria Estadual de educação de Pernambuco e pelo Governo Federal, através do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação) • Atualmente conta com 16 turmas, 640 alunos, de 1º. A 3º. Ano do Ensino Médio. • À noite a escola oferece para uma turma de 30 alunos o Projeto Travessia. • Apesar de a escola ter sido reformada, não dirimiu os problemas físicos, já que falta ainda os laboratórios serem equipados como deveriam e a melhoria da climatização das salas de aula, assim como o acesso à internet WI-FI.

Fonte: Observação das EREM 1,2,3 e 4²⁰

Nota: Elaboração própria

As reclamações giraram em torno das instalações físicas das EREM 1, EREM 2 e EREM 3, por ainda não ter ocorrido a reforma na estrutura física dessas escolas, causando alguns transtornos. A EREM 2 especificamente se queixa da acessibilidade, pois é uma escola vertical, sem rampa e sem elevadores.

No que se refere à alimentação, foi observado em todas as escolas que esse item atende aos requisitos exigidos de qualidade.

Quanto ao aparato tecnológico, todas as escolas são equipadas com tecnologia moderna em perfeito funcionamento em seus laboratórios temáticos, contudo a EREM1 ainda não tem uma sala própria para o laboratório de informática, usa uma sala adaptada que só cabem 16 alunos. Foram

disponibilizados aos alunos e professores *tablets* e *notebooks* respectivamente. Verificamos que a internet é utilizada pelas EREM, como ferramenta pedagógica, pois é limitado o uso de redes sociais para que o aluno não perca o foco, conforme informação de um dos professores da EREM1, por ocasião do pré-teste. Outro aspecto negativo observado nas EREM1, EREM2, EREM3 e EREM4 foi a lentidão da rede e a dificuldade de conexão do *Wi-Fi*.

Há que se considerar, também, que os tópicos elencados nesse quadro são de caráter elementar, isto é, esboçam os requisitos mínimos para refletir sobre o ideal de uma Escola de Referência.

6.1 ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

Para analisarmos os Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas de Referência em estudo, cabe registrar que a concepção de escola integral que norteia este estudo é de uma educação voltada para a formação cidadã e não somente uma formação conteudística (ANEXOS B, C, D, E). Compreendemos que a educação integral deve atrelar o ensino à pesquisa, pois assim se confere autonomia ao aluno, tornando-o mais responsável pelo próprio crescimento. A escola integral utiliza não somente o tempo em que os alunos são oportunizados a uma convivência mais intensa com os professores, como também a desenvolver competências dentro e fora das salas de aula. Nesse entendimento, a missão da escola integral é preparar o aluno para a universidade, para o mercado de trabalho e para a vida (ANEXOS B,C,D,E).

A Escola Integral é considerada uma excelente oportunidade para o desenvolvimento pleno do aluno, proporcionando um fortalecimento da identidade, uma consciência crítica, disposição para trabalhos interdisciplinares, autonomia, entre outros aspectos inerentes a uma formação para a cidadania. Durante a sua permanência na escola o educando está propício a desenvolver ainda o espírito solidário nas ações de interação e

²⁰ As informações sobre o Ginásio Pernambucano foram extraídas analiticamente de autores como Magalhães (2008) e Henry (2011) os quais discorreram em seus estudos sobre essa EREM, destacando

consequentemente a confiança a partir dos vínculos saudáveis entre professor/aluno, aluno/aluno, gestor/professor/aluno. Assim, o educando tem maior acesso às orientações tanto para a carreira acadêmica, quanto para o relacionamento com sua família e comunidade.

Assim, é possível que a Educação Integral seja a melhor forma de se colocar em prática as inovações pedagógicas pretendidas. É de grande relevância, por conseguinte, um olhar acurado nos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas de Referência em estudo.

Contudo, há que se considerar, segundo informação de um dos entrevistado, que os PPP seguem os parâmetros da Secretaria de Educação e reproduz o modelo do Ginásio Pernambucano. Nesse entendimento, é compreensível as semelhanças entre os PPP estudados, no que diz respeito à missão, objetivos, ações e metas.

Segundo informações dos gestores e docentes, os PPP são construídos por meio de reuniões sistemáticas, com a participação conjunta dos atores que integram a escola.

Ao observar a filosofia das Escolas de Referências, entendemos que a preocupação com a qualidade da educação é bem presente nos projetos, pelo incentivo à pesquisa, que está intrinsecamente relacionada ao estímulo ao desenvolvimento da consciência crítica no aluno, à autonomia e à cidadania, que são palavras-chave de significado amplo.

A tendência do novo modelo pedagógico é a preparação para a universidade, a orientação profissional e a preparação do jovem para a vida.

As informações resumidas dos PPP estão disponibilizadas no quadro 6 a seguir:

Quadro 6 - Projeto Político Pedagógico das Escolas de Referência Estudadas

DESTAQUE↓

TOPICOS	EREM1 PPP 2011	EREM2 PPP 2011	EREM3 PPP 2012	EREM4* PPP 2013
MISSÃO	Promover o Ensino Médio de forma qualitativa, preparando o jovem para atuar como cidadão ético, autônomo, solidário e produtivo, através da pedagogia da presença e do exemplo, com o propósito de formar jovens solidários, autônomos e produtivos.	Promover educação de qualidade através do Ensino e Pesquisa, visando à formação do cidadão crítico, autônomo, solidário e empreendedor.	Oferecer uma educação de qualidade baseada em valores éticos, morais, políticos e sociais, sendo esta capaz de formar jovens autônomos, solidários e produtivos.	Garantir um Ensino Médio de qualidade que proporcione ao aluno conhecimentos, habilidades e formação de valores, através de propostas inovadoras aos padrões de formação de cidadãos críticos e conscientes para exercerem a cidadania. Preparar esse aluno para a vida profissional, para o vestibular e para a vida, através da pedagogia da presença em que os pais, mestres e responsáveis se comprometam com o aluno em toda sua formação, tendo como objetivo a formação do jovem protagonista.
OBJETIVOS	Desenvolver nos alunos as habilidades, as potencialidades, a criatividade e a cidadania, tornando-os autônomos, solidários e produtivo, visando inseri-los nas Universidade e no Mercado de Trabalho	Propiciar uma educação de qualidade para a formação de jovens competentes, autônomos e cidadãos solidários, através de projetos pedagógicos pautados no desenvolvimento e aprofundamento do conhecimento, de habilidades e atitudes autônomas, bem como da convivência harmoniosa e no respeito às diferenças.	Construir elementos de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, visando à melhoria da qualidade do ensino e oferecer meios efetivos para que a comunidade escolar possam trabalhar as práticas que levam à cidadania.	Reestruturar e reparar as ações que estão em dissonância com o papel dessa EREM na comunidade que a cerca, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem, contribuindo para a formação do caráter cidadão, a construção de jovens atuantes política e socialmente, assim como para a inserção do mesmo no mercado de trabalho
METAS	Um percentual de no mínimo, 97% dos alunos com Frequência Escolar superior a 75% nos 200 dias letivos; 100% de Frequência de professores e funcionários da escola; Assegurar 100% de cumprimento dos Guias de Ação e do Planejamento Pedagógico e Escolar; 90% dos alunos em progressão plena ao término do ano letivo.	Buscar parcerias; Capacitar o corpo técnico-pedagógico e docente para melhor desempenho de suas atividades; Estimular o desenvolvimento de estratégias educacionais voltadas para o protagonismo juvenil; Oportunizar a formação dos jovens autônomos, solidários e competentes, conscientes do seu potencial e os mantendo parceiros egressos. Propiciar aos estudantes o desenvolvimento de suas potencialidades artísticas, voltadas à valorização da diversidade cultural;	Preparar o educando, moral e intelectualmente, para a vida	Reunir o Conselho Escolar três vezes ao ano para discutir as diretrizes da escola e outros problemas que surgirem; Gerenciamento dos recursos financeiros de maneira mais participativa; Realizar reuniões de pais e mestres ao final de cada bimestre, atrelada a um plantão pedagógico, com foco no rendimento dos alunos e na disciplina escolar; Garantir aos educandos formação para o exercício da cidadania através de projetos, como a GISA, IDOLS, MUSICARTE e a EXPOCIÊNCIA , que sirvam de suporte e/ou meio de progredirem no trabalho e estudos posteriores; Despertar nos educandos uma postura crítica pautada no respeito, para compartilhar das idéias e ações da construção participativa do PPP, buscando a qualidade do ensino; Proporcionar a todos os professores momentos de estudos e formação continuada com o intuito de garantir a qualidade de ensino , possibilitando ao aluno e ao professor perceber a importância da pesquisa na construção do conhecimento; Assegurar uma avaliação diagnóstica processual que leve em consideração todo o tempo de permanência e atuação do aluno em sala de aula; Consolidar as propostas da Educação Integral; Elevar a média nas avaliações externas , bem como o IDEB e Saepe; Garantir a participação em olimpíadas escolares; Promover encontros pedagógicos mensalmente

AVALIAÇÃO	Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno pelos aspectos qualitativos e também por frequência (75%)	Formas de expressão plástica, teatral, gestual, musical, falada e escrita; Elaboração e desenvolvimentos de projetos; O estudante é também avaliado no processo, de forma contextualizada e interdisciplinar, sendo-lhe conferidas as seguintes menções: O aproveitamento do aluno nas classes do ensino médio é expresso em notas de 0 (zero) a 10 (dez), por disciplina; O estudante é aprovado se obtiver no final de cada série do ensino médio nota igual ou superior a 6 (seis); Tem direito a progressão parcial, conforme a instrução Nº. 02/98; Caso o estudante não atinja a aprendizagem suficiente para prosseguir a série, ao receber seu certificado terá uma nova oportunidade de ensino nas disciplinas onde se faz necessário.	Participação dos educandos em sala de aula; Atividades realizadas em laboratórios; Provas objetivas; Apresentação de seminários; Atividades em grupo bem como individuais. Processos de Avaliação Interna: Se dá de forma processual formativa, cumulativa e participativa, conforme expresso no item avaliações; Processo de Avaliações Externa : Se dá através de provas estaduais (Saepe, LONGITUDINAL) e nacionais (ENEM, PROVA BRASIL, OBMEP, UFPE, UFRPE, UPE , UNICAP).	entre professores e gestão. O fazer pedagógico é avaliado, contínuo e sistematicamente, em reuniões periódicas por professores, equipe gestora e conselho escolar, permitindo intervenções ao longo do processo educacional.
TRABALHO PEDAGOGICO	Metodologia voltada à fruição como elemento motivador; Conteúdos relacionados à prática; Relação didática entre educador e educando, em que o educador é mediador; Trabalho voltado para a realidade do aluno.	I. A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental , possibilitando o prosseguimento de estudos; II. O aprimoramento do educando como pessoa humana , incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico ; III. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando; IV. A compreensão dos fundamentos científico – tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática , no ensino de cada disciplina;	Ações educativas interdisciplinar, contextualizado, privilegia a construção de conceitos e criação do sentido. Encorajar e aceitar a autonomia do aluno Apresentação de conteúdo fazendo uso de multimídias; Seminários com pesquisas e socializações; Aulas extraclasse (visitas a museus, cidades históricas, polo econômico industrial, espaço ciência, feira de profissões , etc.).	A escola desenvolve uma prática pedagógica caracterizada pela construção crítica e criativa, com a responsabilidade social do conhecimento, estimulando o desenvolvimento integral da pessoa e de suas relações , visando o convívio social, baseado no respeito mútuo, na diversidade e no reconhecimento do valor do outro.

Fonte: Projeto Político Pedagógico das Escolas

Nota: Elaboração

Verificou-se quanto aos objetivos que os PPP das EREM 1 e 2 estariam desatualizados, uma vez que foram construídos em 2011, sem terem sofrido alteração até o momento da pesquisa.

Quanto ao papel do gestor, observamos que ele é o maestro da orquestra, tomando sobre si a responsabilidade do bom funcionamento da escola, como observado pelo entrevistado a seguir:

Eu nunca fui gestora de ficar no birô. Eu fico todo o tempo andando pela escola, observando o que precisa. Eu acho que gestor é isso. Escola tem que ter movimento. Escola é vida e o aluno tem que gostar da escola (...) veja os meninos! Eles tiveram prova, mas estão aqui dentro, não querem sair da escola. Eles querem ver a escola limpa, ver a escola pintada, ver a escola organizada. O gestor tem que estar presente, pois se ele não tiver presente a coisa desanda (G4).

Pelo depoimento acima, percebe-se que a gestora é comprometida com a filosofia da qualidade da educação, conforme os postulados de Mello (1995), para o qual o gestor é peça importante em termos de manter a dinâmica dos processos educativos,²¹ a qual com sua presença busca garantir resultados, satisfazendo com isso a demanda externa, e coadunando-se aos níveis de validade institucional, conforme explícito no aporte teórico deste estudo que trata da nova gestão pública (Cap. 3). Esse procedimento afina-se ao ideal de qualidade de educação proposto por Anísio Teixeira. É pertinente destacar que essa “orquestra” precisa dos músicos e dos instrumentos para atuar com harmonia, ou seja, o gestor trabalha em coletividade com todos os integrantes da escola afinando-se ao esperado em educação de qualidade. Assim, na nova gestão democrática todos têm a corresponsabilidade pelo bom funcionamento da instituição que integra.

As escolas, cujo PPP apresentam como uma de suas metas a formação continuada são EREM 2 e EREM 3. A EREM 1 trabalha com o incentivo à formação, conforme depoimento dos entrevistados. A escola incentiva os professores a participarem de eventos em outras instituições. Além disso, segundo um dos entrevistados (P3), “a escola funciona como formadora de

²¹ Ver mais sobre o assunto no Capítulo 2 de Qualidade da Educação. (checar o tipo de letra)

professores, pois os alunos da UFRPE vêm fazer estágio supervisionados aqui na escola”.

A EREM1 apresenta um ponto que a distingue das demais que é a parceria firmada com a Universidade Federal Rural de Pernambuco por meio de um projeto-piloto, cujo objetivo é ser uma escola integradora que oferece uma educação de qualidade, formando cidadãos críticos e conscientes de sua responsabilidade. Com isso, a EREM se afina aos postulados freireanos em que essa deve ser a preocupação da educação (Ver Cap. 2), que incentiva a prática cotidiana dos atores internos da escola e os que vivem em seu entorno.

Para tanto, a UFRPE oferece um curso para os professores da escola, quando da seleção em que os futuros docentes, primeiros professores selecionados pela Universidade, realizaram um curso de uma semana em que estudaram os seguintes tópicos: a base curricular comum, a proposta curricular do integral, a matriz curricular do Enem, com a presença de psicólogos e professores das diversas áreas.

Foi observado na comparação entre os PPP das EREM que as metas da EREM 4 são qualitativas e reforçam o alinhamento com a missão, conforme podemos observar no Quadro 6. Há que se destacar algumas diferenças qualitativas entre a EREM 4 e às demais.

Os objetivos da EREM 1 não parecem ser contemplados por suas metas, uma vez que tais metas enfatizam o aspecto quantitativo para o cumprimento dos objetivos, o que não parece suficiente para o alcance dos objetivos. Seria preciso que pontuasse as ações e os projetos motivadores os quais despertassem nos alunos o espírito de pesquisa e senso crítico para transformação, como os objetivos da EREM 4.

A EREM 2, por sua vez, para atender aos seus objetivos, apontam ações pertinentes voltadas para a capacitação do corpo-técnico-pedagógico; conferem destaque ao protagonismo juvenil, conscientizando jovens a agir com autonomia, consciência do seu papel social. A EREM 3 não deixa explícito seus objetivos e metas.

Conforme apresentado no Quadro 6, em que se buscou enxugar as descrições dos PPP (ANEXOS B,C,D,E), pode-se verificar que as metas não garantem os objetivos por serem ideias vagas, a exemplo de preparar os alunos para a vida.

Verificou-se no geral que os trabalhos pedagógicos realizados nas EREM coadunam-se com a proposta pedagógica inovadora (ver Quadro 7), uma vez que fazem uso de multimídia (EREM 3) e incentivam à pesquisa conferindo autonomia ao educando para o desenvolvimento do livre-pensar (EREM 2, EREM 4) sempre relacionando a teoria à prática e a relação de troca entre o educador com o aluno (EREM 1, EREM 2).

A pesquisa empírica nas EREM corrobora esse resultado em que utilizando a estratégia metodológica da observação direta, bem como as próprias entrevistas semiestruturada, um dos principais instrumentos de coleta de dados, verificou-se práticas pedagógicas inovadoras.

Quanto ao processo de avaliação dos alunos, os PPP das EREM registram que se dá de forma contínua e cumulativa. A EREM 1 não apresenta consistência em termos de informação, somente afirmando que é um processo contínuo e cumulativo onde se avalia qualitativamente os rendimentos dos alunos, não esclarecendo, pois, como se afere tal rendimento.²² Um entrevistado, porém, fornece mais explicações:

A avaliação do aluno... eu na minha disciplina, avalio de forma contínua, eles estão sempre participando esses debates a gente vai sempre pontuando. Ao final dessa construção gera-se uma nota que vai ser somada a nota de uma prova que é obrigação que essa nota seja gerada a cada bimestre, Daí vai gerar uma nota que se ele atingir a média (6,0) ele vai ser aprovado. (EREM1- P1).

O depoimento do professor (P1) esclarece o processo contínuo de avaliação, levando à inferência de que várias ações de fato são consideradas na avaliação e não somente uma prova escrita.

A EREM 3, ao contrário das demais, apresenta em seu PPP de forma detalhada como se dá o seu processo avaliativo, inserindo, além das provas objetivas e apresentação de seminários, avalia-se o aluno por sua participação em sala de aula e suas atividades no laboratório.

Observou-se que de fato a escola trabalha em parceria com a própria comunidade, muitas vezes sendo o seu orgulho, a exemplo da EREM 4. Em

²² O que justifica essa dissimetria de registro sobre o processo de avaliação é a desatualização dos PPP. Os PPP de algumas EREM estão desatualizados, como o da EREM1 que foi construído em 2011 não sofrendo desde então alterações.

entrevista com a gestora, pode-se compreender esse trabalho de parceria como uma inovação dessa EREM.

Se você visse a escola como era antes para o que a escola é agora... Era uma escola desacreditada pela comunidade. Foi muito trabalho para conseguir essa escola que temos hoje. Os pais não acreditavam, eles achavam que os alunos iam para escola por ir, pelo programa bolsa-escola, pela merenda...Fui conversando... Começando democraticamente a explicar que eles se conscientizarem que isso tudo é nosso, somos corresponsáveis por cada coisa que tem na escola... Eu digo para o meu aluno: vocês são meus parceiros, os professores são meus parceiros, os funcionários são meus parceiros, os pais, a comunidade são meus parceiros...Porque se eu não tiver a parceria de todos eu não faço escola... A escola é feita com parceria. (EREM 4- G4)

Os alunos enxergam a escola como deles (...). O aluno quer entrar nessa escola porque a comunidade conhece a escola e tem orgulho da escola... Uma escola que é dentro de uma comunidade carente e é uma escola que é referência... Ela teve uma excelente avaliação externa... Acho que é um reconhecimento... A comunidade quer fazer parte desse processo... (EREM 4- G4)

A gente trabalha com aquilo que é mais importante, a gente trabalha diretamente com a família e, de forma pontual, a gente trabalha com o aluno. A gente tem um respeito muito grande com o aluno e com a família do aluno...Tentando responder às necessidades dos alunos de forma prática. (EREM 2- G2)

Conforme os depoimentos, o trabalho da escola em conjunto com a comunidade do entorno pode ser percebido como uma prática inovadora, cujos resultados são positivos em termos de satisfação dos educandos em fazer parte dessa escola, bem como dos pais e da comunidade por se sentirem prestigiados.

Um aspecto inovador também observado na Escola de Referência foi o incentivo ao uso das TIC, das multimídias.

O aluno não se contenta com uma aula que não seja interdimensional, que não tenha dinâmica diferente, que tenha várias mídias....então a gente tem que acompanhar esse ritmo. (EREM4- P7)

Eu utilizo recursos midiáticos... uma das competências é trabalhar com linguagem digital...não é curso de informática, é

o uso social disso. Qual é o uso social de uma rede social? Trabalhar a linguagem. Tudo a gente trabalha, é uma competência. Então a gente trabalha tudo. Usamos o Projetor Multimídia (EREM4- P8).

Trabalhamos com utilização da robótica como ferramenta para o desenvolvimento motor e intelectual do aluno (EREM2- P5)

Além da interdisciplinaridade, através das Oficinas Pedagógicas existe uma preocupação com novas tecnologias, na área de ciência, a utilização da robótica, como ferramenta não só motor, mas no desenvolvimento intelectual do aluno. A robótica tem ajudado muito nos conhecimentos de Física e Matemática. (EREM1- P1)

Os depoimentos enfatizam o uso das TIC como elemento inovador, apontando a robótica (P1 e P5) como aspecto positivo do desenvolvimento de competência dos alunos. Infere-se então que as EREM trabalham com as TIC e mídias diversificadas como elemento motivador do processo de construção de conhecimento pelo aluno (P7 e P8).

Outro aspecto de inovação pedagógica observado foi o incentivo ao trabalho com a interdisciplinaridade e o saber-fazendo:

(...) então a gente tem os projetos em parceria com a UFRPE onde eles trazem a interdisciplinaridade pra dentro da escola. Os próprios alunos são protagonista. Os professores participam da construção do conhecimento. São vários professores por sala...são professores de disciplinas diferentes trabalhando em um único projeto. Depois de construir esse conhecimento, os alunos pegam essas informações e vão articular com outras turmas. (...) então o aluno passa ser autor, coautor, construtor e, ao mesmo tempo, mediador desse conhecimento...ele está sempre articulando. (EREM1-P1)

Conforme o depoimento do Entrevistado (P1), verificamos que há um trabalho interdisciplinar e uma atuação intensa do aluno que é parte ativa do processo de ensino-aprendizado. O aluno como protagonista desse processo, consciente de que é um agente transformador faz parte de um projeto pedagógico inovador.

Pela estratégia da observação direta quando se intentou aferir se as EREM alcançaram os objetivos propostos em seus PPP, constatou-se que de fato as inovações propostas nos PPP estão sendo realizadas pelas escolas estudadas. Tais resultados serão descritos mais adiante (Seção 6.2).

No entendimento de que o PPP não é um documento estático, uma vez que o processo educativo é dinâmico, vale salientar que a elaboração de um PPP exequível consiste na gestão colaborativa, cujos integrantes monitoram as práticas pedagógicas e estão envolvidos em um mesmo objetivo: a qualidade da educação.

6.2 A OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA E NOVO MODELO DE GESTÃO

Nesta seção, apresentamos a descrição e a análise dos resultados aferidos das entrevistas semiestruturadas com quatro gestores e oito professores das Escolas de Referência de Ensino Médio, EREM 1, EREM 2, EREM 3 e EREM 4.

Resumimos os trechos das entrevistas nos quadros que se seguem: Quadro 7, Análise da Categoria Inovações Pedagógicas e Quadro 8, Análise da Categoria Mudanças do Modelo de Gestão. No primeiro, (Quadro 7), são levantados os indicadores de inovação pedagógica, quais sejam: *seleção e formação docente, abordagem curricular, práticas pedagógicas, infraestrutura, TIC, monitoramento e avaliação e, por fim, valorização profissional*. No segundo momento, (Quadro 8), são analisados as Mudanças no Modelo de Gestão das Escolas de Referência, cujos indicadores são: *metas de melhorias do desempenho escolar, colegiados, uso dos resultados, capacitação, visão compartilhada, parcerias institucionais e projetos*.

Quadro 7- Resumo da Análise da Categoria Inovação Pedagógica

INDICADORES	RESULTADOS
SELEÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE	<ul style="list-style-type: none"> • Somente p/professores da rede pública de ensino do estado • Análise de currículo, realização de uma prova e entrevista. • Todo o processo é realizado pelo Programa de Educação Integral
ABORDAGENS CURRICULARES DIVERSIFICADAS	<ul style="list-style-type: none"> • Matriz curricular comum e diversificada (empreendedorismo, direitos humanos e língua espanhola)

	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento para o ENEM e vestibular
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS	<ul style="list-style-type: none"> • Oficinas pedagógicas interdisciplinares • Presença pedagógica • Aulas multidisciplinares • Criatividade nas aulas • Utilização de livros didáticos atualizados • Utilização das tecnologias • Utilização dos laboratórios: física/matemática/química/biologia • Aulas de robótica • Trabalhar linguagem digital
INCREMENTO DE INFRAESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none"> • Não atende o padrão básico, com exceção da EREM 4 que foi totalmente reformada
UTILIZAÇÃO DE TIC	<ul style="list-style-type: none"> • Alunos e professores utilizam recursos tecnológicos em sala de aula
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento e a avaliação do desempenho bimestralmente • Gestores, professores e alunos são avaliados • Todo o desempenho escolar é avaliado pelo PACTO PELA EDUCAÇÃO • Toda a avaliação é controlada pelo SIAPE
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Por participarem de horário integral, recebem gratificação, e ao atingir a meta uma bonificação • Ponto negativo: não há incorporação dos ganhos aos salários

Fonte: Entrevistas EREM1, EREM2, EREM3, EREM4
Elaboração Própria

Sobre as inovações pedagógicas, observamos, através das entrevistas com os professores das escolas selecionadas, que muito se preza pela questão da qualidade não só infraestrutural, como também profissional, incluindo, neste quesito, o respaldo curricular e a capacitação. Tal fundamento tem incidência plena em resultados educacionais positivos.

A presença pedagógica é uma das inovações mais perceptíveis na categoria Inovação Pedagógica (Quadro 7), como se pode compreender nas falas dos entrevistados a seguir.

Pelo fato da escola ter o horário ampliado, o professor convive mais com o aluno, conhece a vida dele, cognitiva em questões sociais e familiares. E isso favorece, cria um laço afetivo maior. (EREM2- P4)

A equipe de professores tem a preocupação de estar perto do aluno. A escola quer estar perto do aluno. A escola quer sentir como o aluno está sentindo. A escola quer acompanhar o aluno de perto. (EREM2- G2)

Como bem observado na fala do professor (P4) e do gestor (G2), o horário integral favorece a presença pedagógica, oportunizando uma maior proximidade entre professor e aluno que beneficiando durante a convivência na escola um estreitamento de laços entre eles, essa maior interação beneficia o aprendizado, pois a convivência diária gera uma maior confiança elevando o grau de afetividade entre eles.

Apesar de observarmos inovações no currículo como a inserção do empreendedorismo, nas falas dos entrevistados (G1, G2, G3, G4, P6), ensino de línguas, direitos humanos, robótica etc., (P1 e P4) verificamos ainda a preocupação com a preparação do aluno para o vestibular e para o mercado de trabalho.

Essa escola é de qualidade porque ela tem um compromisso social. Um compromisso com a educação do aluno, a preocupação de inserir o aluno na sociedade enquanto cidadão. Inserir esse aluno no mercado de trabalho e possibilitar antes de tudo a continuidade nos estudos no Ensino Superior. (EREM2- G2)

Nós temos o planejamento da base curricular comum e tem a base curricular do programa integral que é de Escolas de Referência, os programas da UPE, do ENEM, etc... então o nível tem que ser alto, porque espera-se que os alunos também tenham essa visão de conhecimento.(EREM3-P6)

Existe uma preocupação dos professores de não ser só uma preparação do Enem especificamente, mas uma preparação para a universidade e para a vida, em que o Enem é uma das ferramentas... (EREM3-P6)

Essa escola é de qualidade porque ela tem um compromisso social, com a educação do aluno, a preocupação de inserir esse aluno na sociedade enquanto cidadão, inserir esse aluno no mercado de trabalho e possibilitar notas de tudo, a continuidade dos estudos no Ensino Superior (EREM2-G2)

Como percebido nos supracitados depoimentos é notória a preocupação de gestores e professores no preparo para o mercado de trabalho e para o Ensino Superior, e não somente isso, a qualidade da educação está intrinsecamente ligada ao preparo para a cidadania e para a vida.

Um dos grandes diferenciais das Escolas de Referências é o sistema de avaliação, em que cada processo que os sujeitos da escola estão envolvidos, é

avaliado. Não se espera para uma futura mudança, faz-se a mudança continuamente. As dissonâncias vão sendo assimiladas cotidianamente.

A avaliação dos alunos é dividida em três atividades: A N1, N2 e N3. Nota 1, fica a critério do professor, se vai fazer seminário, trabalho escrito, exercício pra nota...a N2 é a prova propriamente dita, que vai conter os conteúdos dados naquele bimestre, que simula as provas do Enem e do Vestibular. A N3 é o ano todo, que entra a interdisciplinaridade, que entra teatro e várias atividades, que o aluno participando tem uma nota e vai fazer parte da N1. Esse projeto mexe com todas as disciplinas (teatro, dança, produção textual). O aprendizado é bem maior do que em sala de aula. É um projeto interdisciplinar. (EREM4-P7)

Esse sistema de avaliação faz parte de um processo pedagógico inovador, em que o aluno é avaliado de forma contínua e não somente em uma prova escrita. Em entrevista com os gestores das EREM, eles confirmaram que a avaliação do aluno é feita de várias formas: 1ª. Nota por atividades (3 a 5 atividades: trabalho em grupo, trabalho individual, pesquisa, prova oral). 2ª. nota seria uma prova, conforme orientação Secretaria de Educação do Estado (G1, G2, G3 e G4).

Se estabelecem metas pedagógicas a serem alcançadas, inclusive pelos professores, tem-se então incentivo à participação em programas de capacitação viabilizados pela instituição escolar. Esse incremento curricular para o professor não se limita a sua habilitação profissional, mas o prepara também para lidar com as exigências da atualidade, que se fundamentam essencialmente na interdisciplinaridade. Os professores se preparam para formarem alunos capazes de construir conhecimentos interligados e aplicáveis ao mundo atual. Dessa forma, inserem em sua prática pedagógica ações que levam o aluno a participar ativamente do processo de construção do saber, instigando sua motivação e conseqüente rendimento, no entendimento de que o aluno motivado produz mais.

As tecnologias na escola permitem, em primeiro momento, acessibilidade à informação e nova dinamicidade às aulas. São, por conseguinte, uma das ferramentas responsáveis pela possibilidade de inovação pedagógica, dando aos professores e aos alunos a liberdade para serem criativos e lograrem da infinitude de mecanismos que tornam a aula uma

prática motivadora. Outro benefício trazido pela tecnologia é a oportunidade de pesquisa, prática tão negligenciada pelas escolas regulares. “O aluno não se contenta com uma aula que não seja interdimensional, que não seja dinâmica, diferente, que tenha várias mídias, então a gente tem que acompanhar esse ritmo” (P7).

Projetos de pesquisas, atividades lúdicas que envolvam apresentações de trabalhos, oficinas pedagógicas interdisciplinares, trabalhos com artes visuais, música, dança teatro, entre outras ações, são práticas reavivadas por essa nova perspectiva de ensino. Por outro lado, há que se refletir sobre a questão da motivação do docente. Vale salientar que não é só esse aspecto que é prejudicado pela má estruturação do ambiente, mas também as próprias aulas, como afirma um professor da EREM 1 ao se queixar do tamanho do laboratório de informática, que impossibilita uma quantidade superior a 15 alunos na sala. Esse contexto situacional se justifica pelo fato de algumas escolas ainda não terem passado pela reforma, dentro dos moldes projetados para a Escola de Referência, como podemos inferir das palavras da entrevistada a seguir.

A infraestrutura existe. Não atende ao padrão básico das escolas integrais... não tem quadra, laboratórios e auditório (...). Os equipamentos do laboratório chegaram, mas não estão em espaço apropriado (...). Existe uma organização dos espaços da escola (...) a gente tem esperança na mudança de infraestrutura da escola (EREM1 - G1)

Entendemos que há uma dissonância entre o projeto de reestruturação da escola e sua infraestrutura. Inferimos daí a condição de superação em que a escola funciona para que as faltas não interfiram na qualidade do ensino.

Ao questionarmos sobre a valorização profissional, alguns depoimentos revelaram certa insatisfação, a exemplo do depoimento do professor a seguir:

Eu não acredito nessa valorização do professor não, porque a valorização tinha que vim como um todo. O professor para entrar na Escola de Referência, passa por um processo de seleção muito rígido. Ele tem que demonstrar uma qualidade acima da média do professor da rede e ainda assim recebe uma gratificação em que essa gratificação é cortada dele em qualquer situação. (...) Imagine o professor passar vinte anos numa Escola de Referência com essa gratificação e depois ao

aposentar ele perde a gratificação! Nós vamos morrer em sala de aula, em função de nós não podermos nos aposentar em função da condição financeira que será reduzida à metade (EREM1- P1).

Como bem expressa o professor nesse depoimento, as exigências não se coadunam com o incentivo percebido pelos professores, uma vez que o bônus não é incorporado ao salário por ocasião da aposentadoria, o que leva à resistência por essa aposentadoria. A posição negativa do professor quanto à valorização da categoria é marcante quando desabafa: “nós vamos morrer em sala de aula”.

Em termos de contribuições para a qualidade da educação a análise se concentrou nas duas categorias anunciadas: Inovação Pedagógica (Quadro 7) e Mudanças no Modelo de Gestão (Quadro 8). Vale salientar algumas considerações relevantes. Quanto aos projetos e programas em parceria fora da escola, eles se devem à articulação entre gestor e professores, a exemplo da EREM 1 e a parceria com UFRPE.

A seguir o resumo do Quadro 8 - apresenta a categoria: Mudança no Modelo de Gestão, com as subcategorias (Monitoramento das ações, relação interinstitucional, inovação gerencial).

QUADRO 8 – Resumo da Análise da Categoria Mudança no Modelo de Gestão

INDICADORES	RESULTADOS
METAS DE MELHORIAS DO DESEMPENHO ESCOLAR	<ul style="list-style-type: none"> • As escolas possuem metas • Recebimento de bônus no cumprimento das metas • Incremento de 12% a 20% nas metas
COLEGIADOS, CONSELHOS	<ul style="list-style-type: none"> • Participação efetiva dos pais • Existência de um conselho escolar
USO DOS RESULTADOS	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliações geram o IDEPE •
CAPACITAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Candidatos a gestor participam de um processo seletivo • Capacitações voltadas para tecnologia • Especialização na área de gestão escolar • Ênfase em especialização para professores de português e matemática
VISÃO COMPARTILHADA DO PROJETO PEDAGÓGICO	<ul style="list-style-type: none"> • Participação efetiva de alunos, gestores, professores e pais • Gestão democrática

	<ul style="list-style-type: none"> • Constante mudança • O PPP funciona como norteador da escola
PARCERIAS INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias com instituições de ensino superior • Convênios com empresas
PROJETOS/PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Ganhe o Mundo, Aluno Conectado, PROEMI e o PDDE • Projetos científicos: Astronomia, matemática

Fonte: Entrevistas EREM1, EREM2, EREM3, EREM4
Elaboração Própria

Segundo o gestor da EREM 3 (G3), para atingir o Idepe, a meta deve ser sempre maior do que a do resultado anterior (mais ou menos em 20%). Os gestores assinam um acordo que estipula a meta a ser alcançada, conforme proposta da Gestão por Resultado.

As metas são designadas às escolas, em que se estabelece logo um “monitoramento”. Para garantir o sucesso dessas finalidades esse acompanhamento permite também que as atividades e os programas sejam bem sucedidos e bem aproveitados. Assim, reuniões e outros encontros pedagógicos são realizados entre os pais dos alunos e professores, permitindo que a escola transcenda a ideia de que seu papel é exclusivamente intelectual, mas também e principalmente, social.

Tal método tem se mostrado bastante eficiente, pois segundo os entrevistados, um dos resultados alcançados foi que os índices de aprovação em vestibulares de universidades públicas têm aumentado consideravelmente. E isso ocorre não só em razão da proximidade que a escola estabelece com a vida do aluno, mas também pelos planos de capacitação concedidos aos professores. Além do mais, há um grande incentivo e motivação proporcionados pelo novo modelo pedagógico, justificando assim esse resultado positivo, uma vez que reflete o trabalho coletivo de uma gestão democrática.

Com relação aos Conselhos, uma conquista da sociedade, todos os gestores confirmam que eles têm participação efetiva. Isso significa que há um apoio geral ao novo modelo de gestão exigida pelos novos parâmetros educacionais, em que se criam também novas formas de relação da instituição educacional com seus alunos e respectivos pais. A principal função dos Conselhos é contribuir para o bom funcionamento da escola, em prol da qualidade do ensino, servindo de elo entre a comunidade e a instituição

escolar. Tem pois uma função eminentemente política, pois fixa as metas para as transformações pretendidas na prática pedagógica da escola.

Na EREM 2, verificou-se que existem mais alunos oriundos de escola particular, que nas outras escolas pesquisadas, enfrentando para integrar o corpo discente uma lista de espera. Uma vez que a educação é para todos, não se pode excluir esse alunado. Conforme a entrevista com um dos professores (P5) e a conversa informal com grupos de alunos e também com o pessoal da secretaria da escola, quando intentávamos aferir a motivação para tal situação, apontou-se como um dos motivos para essa migração o sistema de cotas para alunos de escolas públicas para o ingresso na universidade pública o qual é um condicionante a se considerar. Essa migração dos alunos de escolas particulares para as EREM significa, entre outros condicionantes, que as EREM estão sendo percebidas pela sociedade em geral como escolas que oferecem um ensino de qualidade. Além disso, há o incentivo pelo projeto Ganha o Mundo em que o aluno estuda a língua para fazer intercâmbio em outros países. Há que considerar também a possibilidade de notoriedade alcançada pelas Escolas de Referência quanto ao ensino de qualidade e gratuito, em que se infere ter sido um dos fatores condicionantes pela preferência desse público oriundo de escolas particulares.

Diante de tudo isso, entende-se a gestão democrática instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, como um avanço necessário à proposta de educação de qualidade. Essa dinâmica da nova cultura organizacional é pautada nas decisões coletivas e participativas, condição assumida pelos sujeitos que compõe a escola.

Os resultados da pesquisa empírica demonstraram a relevância da prática pedagógica voltada para o diálogo, em que os alunos e a própria comunidade têm acesso livre à figura do gestor. Nessa forma de gestão, há o envolvimento de professores e alunos com o processo educativo. O que se observou durante as visitas itinerantes às escolas foi a demonstração de respeito ao ritmo de aprendizado e de desenvolvimento do educando, em que se releva o sistema de trocas significativas dos conhecimentos vivenciados.

O destaque que se pode conferir às EREM é o protagonismo juvenil, a democracia e a cidadania, em que o aluno é o agente transformador e autor de sua própria história.

Quanto Conselho Escolar, é pertinente dizer que há uma forte ligação entre a comunidade e a escola, em que aquela trabalha auxiliando e participando nas decisões dessa última. Essa atitude torna a escola mais democrática, voltada para a prática do exercício à cidadania, corroborando assim os ideais de Paulo Freire e Anísio Teixeira para um ensino de qualidade.

Por fim, as análises dos dados demonstraram que de fato o foco das Escolas de Referência é o desenvolvimento do educando a partir de um processo educativo desafiador e prazeroso, conferindo ao jovem uma autonomia que vem despertando seu espírito criativo. Essa atitude é própria do novo modelo de aprendizagem, conforme registram seus Projetos Políticos Pedagógicos. Assim, sinaliza-se a complexidade do processo educativo do ensino integral, cuja proposta coaduna-se ao pensamento de Educação Integral de Anísio Teixeira, com vistas a atender aos princípios da qualidade da educação. Pelas observações realizadas, verificou-se o efeito positivo dessa proposta das Escolas de Referência do Ensino Médio, em que a carga horária ampliada viabiliza a presença pedagógica possibilitando, por meio da proximidade professor/aluno, uma melhor construção do conhecimento em ambas as partes. Outro ponto favorável a esse Programa do Governo e que se constitui como um grande desafio das Escolas de Referência está relacionado à inclusão social dos alunos de estratos sociais menos favorecidos e o poder transformador da educação em prol da cidadania e afirmação de identidades.

Nessa perspectiva de transformação, as unidades de ensino pesquisadas desenvolveram seus PPP com vistas ao fortalecimento da gestão escolar em prol de reduzir os problemas inerentes ao processo de aprendizagem dos alunos. Os PPP pautaram-se em princípios educacionais como, por exemplo, a reforma estrutural da escola, para melhor atender aos educandos em tempo integral e as parcerias com a comunidade, a partir de ações desenvolvidas em conjunto voltadas para uma melhoria educacional.

As análises por meio de entrevistas e observações diretas com gestores e professores e de suas atividades rotineiras permitiram constatar que as inovações registradas nos PPP ocorriam de fato. Observou-se todo o esforço coletivo em prol de se construir uma escola pública inovadora cujo principal foco seja a qualidade da educação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo tratou do Programa de Educação Integral relativo a cinco Escolas de Referência (EREM) da Rede Pública Estadual de Pernambuco, dentre eles o Ginásio Pernambucano, como arquétipo de escola pioneira em tempo integral neste programa do governo estadual.

A pesquisa empírica, contudo, foi realizada em quatro escolas de Referência, a partir de entrevistas *in loco* com gestores e professores. Cabe informar que a pesquisa no Ginásio Pernambucano foi analítica em que se considerou o trabalho de Henry (2011) e não a pesquisa de campo devido às dificuldades iniciais por ocasião das primeiras explorações. O objetivo precípua foi identificar aspectos de contribuição do Programa de Educação Integral para a qualidade da educação e tomamos como norte os postulados de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

Diante das análises realizadas a partir dos documentos e da pesquisa empírica, podemos pontuar algumas considerações.

Em termos de qualidade, pontuamos o tempo ampliado, que viabiliza a presença pedagógica, favorecendo o aluno quanto ao convívio com o professor; o currículo, cujo conteúdo envolve empreendedorismo, ensino de espanhol e direitos humanos; práticas pedagógicas interdisciplinares; gestão democrática; avaliação como um processo contínuo; protagonismo juvenil; interação com a comunidade entre outros.

Em análise comparativa do Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola, podemos verificar propostas coerentes e também os truncamentos textuais em termos de obscuridade dos significados. Verificaram-se em alguns PPP ideias repetidas e desnecessárias à objetividade e clareza do documento e, em outros, incongruência entre as metas e os objetivos, ou mesmo relativa à missão institucional. Para assegurar uma cultura organizacional harmônica nas Escolas de Referência, idealizada nos PPP, procurou-se verificar *in loco* as práticas pedagógicas de cada EREM.

Ao considerar a similaridade entre as metas e os objetivos para alcançar um objetivo comum e atender à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e nos Parâmetros Nacionais Curriculares, além do constante

nas Resoluções da Conferência de Jontien e no Relatório de Jacques Delors, que diz respeito aos quatro pilares da educação, há que se considerar certa uniformidade quanto aos critérios de elaboração dos PPP, a fim de, com isso, evitar discrepância nos resultados.

A pesquisa nas EREM levou à verificação de que elas apresentam as práticas pedagógicas similares, quais sejam: trabalhos interdisciplinares e multidisciplinares, uso orientado da internet, uso da robótica entre outras atividades. Em todas as EREM verificou-se uma reprodução do modelo oferecido pelo GP, em relação ao aparato tecnológico, às práticas pedagógicas e o objetivo comum de atender aos jovens para a formação superior, para o ingresso no mercado de trabalho e para a vida. Todas elas com móveis e equipamentos modernos, anatômicos, quantidade razoável de computadores, laboratórios temáticos, algumas das quais dispõem instalações adequadas, ou seja, salas amplas, arejadas e climatizadas.

Verificou-se que, na EREM1, as metas não garantem os objetivos por falta de consistência, portanto o PPP não destaca as potencialidades de uma cultura organizacional ajustada à missão institucional, ressalta apenas suas limitações.

Ainda que sua redação não atenda inteiramente aos princípios da textualidade, a EREM 2, em busca de atender a seus objetivos, aponta ações pertinentes voltadas para a capacitação do corpo-técnico-pedagógico; conferem destaque ao protagonismo juvenil, conscientizando jovens a agirem com autonomia, conscientizando-os do seu papel social. Com esses mesmos problemas de clareza e objetividade, a EREM 3 não deixa explícito seus objetivos e metas. Conforme apresentado no Quadro 6, em que se buscou enxugar as descrições dos PPP (ANEXOS B,C,D,E), pode-se verificar que as metas não garantem os objetivos por serem ideias inconsistentes, a exemplo de “preparar os alunos para a vida”. Já as metas da EREM 4 são qualitativas e reforçam o alinhamento com a missão. Essa EREM destaca-se por demonstrar maior preocupação com a participação da comunidade do entorno.

Outras considerações expressas no estudo, e que responde à indagação da pesquisa, refere-se à relação entre o proposto nos Projetos Político Pedagógicos e as práticas desenvolvidas nas escolas.

As atividades desenvolvidas nas Escolas coadunam-se com o Programa de Educação Integral, cujo propósito maior é oferecer uma educação de qualidade, em que todos os sujeitos, gestores, professores, todos que integram as escolas contribuem para um trabalho pedagógico de qualidade.

No atual contexto educacional, torna-se pertinente o desenvolvimento de um projeto político pedagógico que busque envolver os alunos, professores e comunidade a fim de que a gestão escolar possa se fortalecer e assim procurar amenizar problemas relacionados à aprendizagem dos educandos e sua permanência com sucesso na escola. Considerou-se a pertinência da participação de todos na elaboração do PPP, uma vez que tal integralidade confere-lhes responsabilidade no que diz respeito à efetivação da proposta.

Observou-se que a cultura organizacional não prescinde da participação ativa dos sujeitos que integram a escola, inclusive a comunidade que a cerca. Com isso, as EREM, em geral, ultrapassam os muros da escola, coadunando-se com os princípios que norteiam uma educação de qualidade, trabalhando assim em um processo contínuo de reflexão e discussão de problemas cuja base é a construção democrática nas tomadas de decisões a fim de superar questões que envolvam competições, corporações e autoritarismo, rotina burocrática anteriormente ocorrida no interior das instituições de ensino.

O horário ampliado trouxe a necessidade de se fazer diferente, em que se requer do professor além da competência, muito dinamismo, criatividade para que possa atrair o aluno e assegurar sua permanência na escola durante oito horas, ou seja, em tempo integral. A rigor, isso constitui um desafio.

O gestor mostrou-se como um dos grandes articuladores desse modelo de gestão, participando de cada movimento realizado pelos professores e pelos alunos. Esse Programa, pela estratégia da Gestão por Resultados, induz a que o gestor se constitua peça fundamental para o bom andamento da escola, sendo ele o principal responsável por toda a administração, uma vez que assume um compromisso prévio com a Secretaria de Educação de elevar o Índice do Desenvolvimento da Educação em Pernambuco (Idepe), tendo conseguido bons resultados. A ênfase nos resultados tem como base erguer os índices a partir das metas elencadas pela equipe que compõe a escola, buscando responder as expectativas das avaliações externas no nível local e nacional.

Após as análises dos dados, reconhecemos que, o Programa de Educação Integral do Governo do Estado de Pernambuco para as Escolas de Referências da Rede Estadual de Ensino Médio trouxe inovações que corroboram para uma educação de qualidade. Evidencia-se a democratização do ensino, inovação pedagógica, avaliação e monitoramento da escola, em suas ações internas e externas em busca de melhoria.

A partir dos estudos consideramos que para consolidar as inovações pedagógicas previstas, deveria se viabilizar maiores condições para a formação do professor. Este sujeito que é o orientador do processo ensino e aprendizagem. No entanto percebe-se nas falas dos docentes que existe uma insatisfação no que diz respeito a valorização da formação. Um ponto de destaque na nossa análise é que os docentes do EREM, apesar de terem uma situação que destoa da grande maioria dos docentes da rede estadual em termo das condições de trabalho, não se sentem valorizados na medida em que para investirem na formação sofrem redução de salário. Esta situação promove um arrefecimento da busca pela qualificação. Neste sentido percebe-se uma contradição no programa que se apresenta como um diferenciador na formação dos estudantes e que destaca neste contexto a qualificação dos docentes como um diferencial.

A pesquisa permitiu atestar que houve melhoria significativa no plano da educação da escola pública, como ficou observado nas análises dos dados da pesquisa, confirmando nossa hipótese no início do estudo, contudo, reconhecemos que há muito a se fazer em termos de melhorias de infraestrutura e da valorização real do professor, para que este tenha condição de uma aposentadoria digna.

Os resultados da pesquisa confirmaram a hipótese inicial de que as Escolas de Referência, a exemplo do emblemático Ginásio Pernambucano, trouxeram contribuições significativas para a Educação, em termos de inovação da gestão, da prática docente e desempenho do aluno, uma vez que o próprio ambiente, com infraestrutura melhorada, corrobora a motivação para a aprendizagem, entre outros condicionantes.

O ideal é que todas as escolas públicas fossem alcançadas por esse Programa de Educação Integral, conforme proposta do atual governo do Estado de Pernambuco. A partir das observações registradas neste estudo,

recomenda-se que se criem políticas públicas voltadas às escolas integrais idealizadas inicialmente por Anísio Teixeira.

Não se pode deixar de pontuar nessas considerações finais que a ideia de educação de qualidade em tempo integral já estava no cerne das preocupações de Anísio Teixeira, nos anos 1950, grande Inspirador de instituições de ensino de educação integral, como os Ginásios Vocacionais em São Paulo e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Rio de Janeiro, em que Darcy Ribeiro figurava de protagonista. Os CIEPs tornaram-se referência para discussão sobre escolas de tempo integral. Registrou-se ao longo deste estudo que o Brasil retoma a ideia de escola integral, mas o que define uma educação de qualidade é também o projeto inovador da escola. A grande questão está no ideal de uma escola de qualidade para todos em todas as esferas públicas, em que um novo projeto pedagógico suplante o antigo modelo de escola e de ensino. Que seja atraente o suficiente para garantir uma educação de qualidade.

Continua atual a discussão em torno da educação brasileira com ampliação da jornada escolar para o tempo integral. Isso se configura em quadro positivo em termos de qualidade da educação coadunando-se com a Meta 6 do PNE, 2011-2020, segundo o qual propõe a jornada ampliada para a educação básica.

Apesar das evidências encontradas que reforçam a prática pedagógica desenvolvida em todo o Estado Pernambucano, este estudo não é conclusivo, contudo sugere uma melhora no processo educativo, uma vez que são muitos os desafios que se impõe a uma educação de qualidade no Brasil. Nesse entendimento, um investimento no Ensino Médio ainda não é suficiente para se resolver o problema da educação no país. É preciso que haja um incentivo às Políticas Públicas de Educação voltadas para o todo o Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. C. *A Escola Nova em Pernambuco: educação e modernidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002. (Col. Capibaribe, 1.)

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte. *Responsabilização da Administração Pública: limites e possibilidades do gestor público*. In: Construindo uma Nova Gestão Pública– Coletânea de textos do I Ciclo de Palestra organizado pela Escola de Governo do RN –Natal, RN: SEARH/ RN 2010

BALL, S.J. *Cidadania global, consumo e política educacional*. In: Silva, L.H. *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998b.

_____. *Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem fronteiras*. Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. xxvii-xliii, 2001.

_____. *Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar*. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, Set./Dez. 2004.

BARROSO FILHO, Geraldo. *Memórias escolares do Recife: o Ginásio Pernambucano nos anos 50*. Recife: Livro Rápido, 2008

BEISIEGEL, Celso de Rui. *A qualidade no ensino na escola pública*. Brasília: Liber, 2005.

BOMENY, Helena Maria Bouquet. *Os intelectuais da educação*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

_____. *A Escola no Brasil de Darcy Ribeiro*. Em aberto. V.22, N. 80 p. 109-120, Brasília 2009

BRASIL. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*. Programa Mais Educação: passo a passo. Cartilha. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passopasso_maiseducacao.pdf. > Acesso em: 13 abr. 2012.

BRUNO, Lúcia. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: BRUNO, Lúcia (Org.). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: Leituras Selecionadas*. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

CABRAL NETO, Antônio. *gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias*. In: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (Org.). *Política Educacional: gestão e qualidade do ensino*. Brasília: Liber Livro, 2009.

_____. *Responsabilização na administração pública: notas para uma discussão no campo da educação*. In: FRANÇA, Magna (Org.). *Sistema Nacional de Educação e o PNE (2011-2020): diálogos e perspectivas*. Brasília: Liber Livro, 2009b.

CASTRO, Alda Maria Duarte de Araújo. *A qualidade da educação básica e a gestão da escola*. In: FRANÇA, Magna; COSTA, Maura (Org.). *Política educacional: gestão e qualidade do ensino*. Brasília: Liber Livro, 2009. p. 21-44.

CAVALCANTI, A Claudia. *Rumos da política educacional em Pernambuco: O Programa Moderno de Governo*. *Revista da Ciência da Administração*, Recife, v. 3, jan.-jul. 2010. Disponível em: <http://fcap.adm.br/revistas/03-2010.htm>. Acesso em: 10 fev. 2014.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. *Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira?* *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p.247-270, dez. 2002.

_____. *Tempo de escola e qualidade na educação pública*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

COELHO, Maria Inês de Matos. *Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios*. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

COSTA, Jean, Mario; CUNHA, Maria Couto. *A educação municipal no contexto da nova gestão pública: repercussões nas relações intergovernamentais do federalismo brasileiro*. ANPAE. Comunicação Eixo 19- UFBA, 2012. Disponível em<http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/1comunicacao/Eixo01_19/Jean%20Mario%20Araujo%20Costa_int_GT1.pdf>

CUNHA, L. A. *O golpe na educação*. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *Política Educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio*, Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

_____. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

_____. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. Ed. da UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000

DANTAS, Éder. *Políticas educacionais e gestão de resultados: os casos do Governo de Pernambuco e da Prefeitura de João Pessoa*. In: Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste, 7. Recife. Anais. Recife: ANPAE, 2012.

_____. *Responsabilização na Administração Pública: notas para uma discussão no campo da educação*. In: FRANÇA, Magna (Org.). Sistema Nacional de Educação e o PNE (2011-2020): diálogos e perspectivas. Brasília: Liber Livro, 2009.

DEMO, P. *Educação e Qualidade*. 7 ed. Campinas: Papyrus, 1994.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. *A qualidade da educação: conceitos e definições* Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf. Acesso em 5 jun. 2013.

_____. *Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007b.

_____. *A Qualidade da educação: Perspectivas e Desafios*. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago., 2009.

DUTRA, Paulo, Fernando, Vasconcelos. *Política Pública de Ensino Médio Integral em Pernambuco – Uma possibilidade*. Seminário. ANPAE, 2012.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. *A trajetória da escola em tempo integral no Brasil: revisão histórica*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Anais... São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008.

FINO, Carlos Nogueira. *O lugar das tecnologias na formação inicial de professores: o caso da Universidade da Madeira*. 2003. Disponível em: <http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes.htm>. Acesso em: 6 setembro 2010.

_____. *Inovação Pedagógica: significado e campo (de investigação)*, 2008. In: III Colóquio DCE-Uma. Disponível em: http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/Inovacao_Pedagogica_Significado_%20e_Campo.pdf. Acesso em: 31 janeiro 2011.

FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *A importância do Ato de ler em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortês, 2001.

_____. *Educação como prática da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GENTILI, Pablo. O discurso da qualidade como retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995

GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Educação integral no Brasil: inovações em processo*. São Paulo: Instituto Paulo, 2009.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. *Fundamentos históricos e filosóficos da educação brasileira*. Curitiba: IBPEX, 2005.

GOMES, Eduardo G. M. *Gestão por resultados e eficiência na administração pública: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais*. 2009. 187 p. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo da EAESP/FGV), São Paulo, 2009.

HENRY, Raul. *O Ginásio Pernambucano e o Procentro: os desafios para transformar um projeto piloto em política pública de rede*. 2011. v. 1. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

HOLANDA, M.C.; Rosa, Antonio Lisboa T. *Gestão pública por resultados na perspectiva do estado do Ceará. Nota Técnica*, n.11 Fortaleza.: IPECE, 2004.

KUENZER, A. Z. *O Ensino de 2º Grau: O trabalho como princípio educativo*. (3. ed.) São Paulo: Cortez, 1997.

_____. (Org.) *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.

MAGALHÃES, Marcos. *A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio: Pernambuco cria, experimenta e aprova*. – São Paulo: Albatroz: Loqui, 2008. 136p.

MAINARDES, Jefferson. *Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB* ISSN 1809– 0354 v. 1, nº 2, p. 94-105, maio/ago. 2006 UEPG

MARTINS, Alice Fátima. *Escola-Parque: Legado do Educador Anísio Teixeira, Patrimônio da Educação*. In: ARAÚJO, J. M. de; BRZEZIVSK, I. *Anísio Teixeira na Direção do Inep: Programa para reconstrução da Nação Brasileira*.2006. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BC52BF3D8-AB2C-66D997B8DF2111A5D31%7D_MIOLOAnisio%20Teixeira%20na%20dire%C3%A7%C3%A3o%20do%20Inep.pdf. Acesso em: 24 jan. 2014.

MEDEIROS, Ana Cristina Cavalcante; ROSA, Antonio Lisboa.; NOGUEIRA, Claudio André Gondim; *Gestão Pública Por Resultados: A Experiência do Estado do Ceará Comparada ao Modelo Canadense. Texto Para Discussão N° 36*. IPECE, Fortaleza-CE 2009

MELLO, Guiomar Namó. *Cidadania e Competitividade: desafios educacionais para o terceiro milênio*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MOLL, Jaqueline. In: *Tendências para a educação integral*. -- .ISBN 978-85-85786-95-3-Vários autores- São Paulo: Fundação Itaú Social- UNICEF--

CENPEC, 2011. Disponível em: <http://www.fundacaoitausocial.com.br/arquivosstaticos/FIS/pdf/ed-integral.pdf>
Acesso em: 2 de junho de 2013.

NASCIMENTO, Manoel Nelito. *Ensino Médio no Brasil: Determinações Históricas*. Ciências Sociais Aplicadas, Vol. 15, N.1 (2007).

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *A Qualidade Total na Educação: os Critérios da Economia Privada na Gestão da Escola Pública*. In: BRUNO, Lúcia (org). *Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo – Leituras Seleccionadas*. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

_____. *O ensino médio diante da obrigatoriedade ampliada: que lições podemos tirar de experiências observadas?* *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 91, n. 228, p. 269-290, maio/ago. 2010

OLIVEIRA, João Batista Alves. *Desigualdades e políticas compensatórias*. In: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin. (org). *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 53-89.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *PARECER CNE/CEB N. 5/2011*. 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Casa Civil: *Emenda Constitucional 59, de 11 de Novembro De 2009*. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm
Acesso em: 6 fev 2014.

PERNAMBUCO. *DECRETO Nº 25.596, DE 01 DE JULHO DE 2003*. Cria o Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano.

_____. *DECRETO Nº 26.307, 15 DE JANEIRO DE 2004*. Cria o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental, e dá outras providências

PINTO, Fátima Cunha Ferreira. *Filosofia da escola nova: do ato político ao ato pedagógico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: Eduff, 1986.

PINTO, José Marcelino de Resende. *O Ensino Médio*. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa. (Org.). *Organização do Ensino no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. *O financiamento do ensino médio no Brasil: de uma escola boa para poucos à massificação barata da rede pública.* Educação & Sociedade, Campinas, v. 32, n. 116, p. 639-665, 2011.

RIBEIRO, Darcy. *O livro dos CIEPs.* Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1986.

_____. *Balanço Crítico de uma Experiência Educacional. Carta: Falas, reflexões, memórias, informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro,* Brasília, v. 5, n.15, 1995.

_____. *Testemunho.* Rio de Janeiro: Apicuri. Brasília: UnB, 2009.

RIOS, Terezinha Azeredo Rios. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade.* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001

ROMANELLI, O. de O. *História da educação no Brasil.* 15.ed. Petrópolis, Vozes, 1993.

ROVAI, Esméria (org.). *Ensino Vocacional – uma pedagogia atual.* São Paulo: Cortez Editora, 2005.

RUSSO, Miguel Henrique. *Escola e Paradigmas de gestão.* Ecos, São Paulo, v. 6, n.1, p. 25-42, 2005.

SANDER, Benno. *Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento.* Campinas, SP : Autores Associados, 1995.

_____. *Operação SWAP.* In: HOLANDA, Marcos C. (Org.) Ceará a Prática de uma Gestão Pública por Resultados Fortaleza: IPECE, Cap. 7, p. 117-123, 2006.

SANTOS, R.R. *Breve Histórico Do Ensino Médio No Brasil: Seminário Cultura E Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia,* UESC 2010.

SELLARO, Lêda Rejane Accioly. *Educação e Modernidade em Pernambuco.* Editora:UFPE, 1a. Edição: 2009.

SHIROMA, O. E., MORAES, M. C. M. e EVANGELISTA, O. *Política*

educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, M.R.F.; LIMA, R.C.M. BARROSO FILHO, G. *O modelo educacional do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano*. 2008. Disponível em: http://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2008.2/o%20modelo%20educacional%20do%20centro%20de%20ensino%20experimental%20ginsi.pdf. Acesso em: 6 fev 2014.

SILVA, Tomaz T. da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas*. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1995

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A Entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados. In: Carta, Marisa Vorraber (org). *Caminhos investigativos II. Outros modos de pensar a fazer pesquisa em educação*. São Paulo: Lamparna Editora, 2007.

SOUZA, Sandra Maria Zákia Lian de. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 264-283.

TEIXEIRA, Anísio. *Uma experiência de educação primária integral no Brasil*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.38, n.87, jul./set. 1962. p.21-33.

_____. *Educação não é privilégio*. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

_____. *Educação para a democracia: introdução à administração educacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, 263 p.

VALENTE, Waldemar. *Ulisses Pernambucano, renovador do ensino em Pernambuco*. Recife. Secretaria de Educação e Cultura, 1959.

VALLE, Ione Ribeiro, Dallabrida, Norberto. *Ensino Médio em Santa Catarina: Histórias, políticas, tendências*. Florianópolis: Cidade Futura, 2006

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 12ª Ed. 2010

UNESCO, OREALC. *Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos*. 2. ed. – Brasília, 2008.

APÊNDICES

APENDICE A

PRÉ-TESTE

Em visita à EREM1, no dia, 17 de setembro, fizemos um pré-teste com a secretária da escola e uma professora em disfunção, as quais tinham conhecimento aprofundado sobre o funcionamento da escola. Essa última, por estar há vinte anos trabalhando na escola, conhecia bem a escola antes e depois de tornar-se de referência.

Questionando sobre o índice do Ideb, fui informada de que a escola tinha alcançado o terceiro lugar no *ranking*.

São 14 professores. O planejamento é feito pelo sistema Siepe. O professor trabalha com a internet, porém bloqueado para o facebook, (por questão de controle, proibiu-se o acesso ao facebook em toda a escola)

Perguntado sobre o processo de seleção do Gestores? professor?

A secretária respondeu que era feito em parceria com a UFRPE, por concurso, prova de título, seguido de entrevista, com a Coordenadora Geral da UFRPE.

Há uma prova de seleção, títulos, entrevista dos educadores seguida de uma capacitação.

Os secretários administrativos também passam por uma prova de seleção e entrevista.

Os alunos são indicados pela escola de origem.

A escola tem como parceiro com a Universidade Federal Rural de Pernambuco

A escola faz parte do PIBIC em parceria com UFRPE.

Como foi o processo histórico para a escola se tornar de referência?

Na Escola anteriormente havia o ensino Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio. Várias escolas públicas tinham um alto índice de evasão no ensino médio e Fundamental II, pois muitos alunos só se matriculavam para receber a carteira de estudante.

A evasão foi aumentando pois os alunos que assistiam as aulas foram vendo que os faltosos não eram punidos, assim tanto fazia faltar ou estar

presente. O número de alunos que frequentavam a escola diminuía a cada dia, pois além de tudo não havia motivação por parte dos alunos, dos professores e da escola.

Quando o processo começou a escola ficou com o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, o Ensino Fundamental I passou para o Município, a prefeitura ficou com os meninos, pois era mais viável a escola ficar apenas com o Fundamental II e o Ensino Médio. O Fundamental II, passaria para o Município assim que terminasse a última turma. E assim ficamos só com o Ensino Médio.

A partir de 2010, houve mudanças na infraestrutura, a escola recebeu uma reforma, salas novas com mesas e cadeiras novas, tablet para os alunos, laboratórios de informática, Matemática, Física e Química, biblioteca com computadores, etc..... Como também o Governo do Estado dá os livros e material didático, fardamento. A escola é sempre muito limpa, o pessoal da limpeza e também a empresa contratada para o lanche (três lanches ao dia por aluno)., é terceirizada.

No primeiro turno são as aulas regulares, no segundo as atividades, como jogos, banca de estudos, dança, teatro etc.

Em minha opinião falta ainda um espaço para descanso antes das atividades da tarde, e também deveria ter banheiros para tomar banho, e a quadra deveria ser coberta.

Quanto ao funcionamento à noite, o pessoal da noite faz parte do projeto Ganha Mundo (aulas de línguas), para fazer intercâmbio com outros países. Forma-se um banco de estudos à noite. Há Três lanches na escola às 10h, às 12h e às 15h, à noite não é disponibilizado o lanche, mas por estratégia da gestão da escola, há uma negociação com o fornecedor, que separa uma parte para o lanche da noite, do lanche da tarde.

O salário dobrou em 2010, toda escola integral recebe 200%, ou seja, R\$4.000,00, mas não pode levar para aposentadoria. Se tirar licença é no valor do salário normal (R\$2.000,00);

No início há uma dificuldade do professor trabalhar com o aluno, o professor é preparado para trabalhar com horário ampliado, mas o aluno não. Vem de um histórico de ficarem só um turno, não estão acostumados a passar dois turnos na escola, a Escola de Referencia deveria ser do ensino

fundamental ou até a 8ª série e não o contrário. A mãe e o pai saem para trabalhar, os meninos ficam mal acostumados, ficam na rua... quando chegam no ensino médio não estão acostumados a passar duas jornadas, chegam cheios de vícios da rua.

A Escola deveria iniciar a partir do ensino básico, até o médio, pois além de dar base para o ingresso no ensino médio, seria muito bom para a maior parte das mães que não tem onde deixar os filhos na outra jornada da escola. Essas crianças quando entram no ensino médio na escola de referência enfrentam muitas dificuldades, pela falta de uma base de ensino... em três anos não pode ter um resultado produtivo como se espera, fica muito difícil. (Técnica).

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA – (GESTOR)

Caracterização

Data: __/__/2013 Município: _____

Estado: _____ Nome _____

Idade: __ anos Sexo: F () M () Período mandato: ____

Profissão: _____

Nível de escolaridade: _____

Graduado em _____

Pós-graduação em _____

Tempo de atuação como Diretor(a) _____

Processo histórico

1. Quando vc ingressou nessa escola?
2. Desde quando a escola se tornou de referência?
3. Existe algum critério específico para essa denominação?
4. Você participou do processo de transformação da escola para escola de referência? E como se deu essa mudança? O que mudou? (gestão, prática docente, inovação pedagógica etc).- (processo histórico)
5. O que faz o jovem escolher estudar numa escola de referência?

Gestão e trabalho escolar

1. Como é o processo de seleção dos gestores, docentes e estudantes para ingressarem na escola?
2. No processo de seleção de gestores, é exigido experiência em gestão?
3. Você é do quadro efetivo?
4. Como é feito o monitoramento das ações e avaliação dos resultados do desempenho escolar?
5. Existe metas para melhoria do desempenho escolar?
6. Existe uma avaliação para os gestores, professores e pessoal administrativo?
7. Qual a concepção de avaliação da escola?
8. E a avaliação do aluno?
9. Qual o Ideb da escola?
10. A escola alcançou a meta estabelecida pela secretaria de Educação?
11. A escola recebeu o bônus (por resultado)? como é esse bônus?
12. A escola prepara para o ENEM?
13. Como se dá a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola?
14. Quais os atores envolvidos nesse processo de elaboração?
15. A escola recebe recursos do governo federal e/ou governo do estado?
16. Quais recursos são repassados para a escola?
17. A escola tem autonomia para gerir seus recursos?
18. O ambiente escolar é adequado à realização de atividades de ensino, lazer e recreação, práticas desportivas e culturais, reuniões com a comunidade etc?
19. Existe participação dos pais de alunos na escola? Em que aspecto? Como

- seria essa participação?
20. O espaço físico da biblioteca é apropriado para leitura, consulta ao acervo, estudo individual e/ou em grupo, pesquisa *on line*, dentre outros, incluindo, acervo com quantidade e qualidade para atender ao trabalho pedagógico e ao número de alunos existentes na escola?
 21. Existe na escola laboratórios de física e matemática, línguas, informática, brinquedoteca, entre outros?
 22. Existe orientação pedagógica, apoio psicológico, e social aos estudantes (com monitoramento das famílias)?
 23. Funcionam na escola: conselhos escolares, conselhos ou associação de pais e mestres, conselho de classe etc?
 24. Na escola existe a promoção de reuniões periódicas, como festas, competições esportivas, eventos culturais etc,?.
 25. Na resolução de problemas, de planejamento e os processos de tomada de decisão, como funciona as relações da gestão com os alunos e entre os profissionais?

Gestão de projetos e programas:(Gestor/ Docentes/ Estudantes)

(Programa Ensino Médio Inovador- Gov.Fed, Mais Educação – Gov. Fed., Projeto Travessia – Gov.Est)

1. A escola trabalha com projetos e/ou programas?
2. Quais projetos e/ou existem na escola?
3. Como os projetos foram elaborados?
4. A escola trabalha com parcerias?
5. Quem são os parceiros?
6. Como as parcerias são realizadas?
7. Quais os objetivos das parcerias?

Desempenho escolar

1. Qual percentual de evasão escolar no período de 2007 a 2012?
2. Como está a frequência dos alunos em sala de aula nesse período?
3. Percentual de alunos reprovados no período 2007 a 2012?
4. Percentual de evasão no período 2007 a 2012?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA – (Professores)

Caracterização

Data: __/__/2013 Município: _____
 Estado: _____ Nome _____
 Idade: __ anos Sexo: F () M ()
 Nível de escolaridade: _____
 Graduado em _____
 Pós-graduação em _____
 Tempo de atuação _____

1. Quando e como você ingressou nessa escola?
2. O que você ensina?
3. Qual o seu vínculo de trabalho? É dedicação exclusiva?
4. Quanto tempo de experiência docente?
5. Você participou do processo de transformação da escola para escola de referência? E como se deu essa mudança? O que mudou? (processo histórico)
6. O que faz o jovem escolher estudar numa escola de referência?
7. Como se dá a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola?
8. Você participou da elaboração desse projeto?
9. Existe uma avaliação para os docentes?
10. Qual a concepção de avaliação da escola e como é feita a avaliação do aluno?-
11. Como é feito o monitoramento e avaliação dos resultados da escola?
12. A escola prepara para o ENEM?

Inovação pedagógica: formação docente e ação pedagógica

1. O que mudou em relação à prática docente?
2. Quais inovações pedagógicas foram feitas?
3. Quais as tecnologias utilizadas em sala de aula?
4. O professor estimula a pesquisa em sala de aula?
5. Existe uma política de capacitação, formação e valorização do professor?
6. Você investe em sua formação?
7. Você está engajado em algum projeto ou programa existente nessa escola?
8. O professor tem garantia de carga horária para a realização de atividades de planejamento, estudo, reuniões pedagógicas, atendimento a pais etc.?
9. Sente-se motivado e engajado no projeto pedagógico da escola e no seu próprio processo de desenvolvimento profissional?
10. Você utiliza recursos didáticos e tecnológicos em suas aulas? Quais?
11. Como é feita a avaliação do aluno?
12. Os métodos pedagógicos utilizados são apropriados ao desenvolvimento dos conteúdos?
13. Os processos avaliativos são voltados para a identificação, monitoramento e solução dos problemas de Aprendizagem?
14. Existe um planejamento e gestão coletiva do trabalho pedagógico?
15. Quais os mecanismos de participação do aluno na escola?
16. Como está a frequência dos alunos nas aulas?
17. Os alunos tem apresentado um bom rendimento nas aulas?
18. Como se encontra o nível das turmas?
19. É estimulada a participação dos alunos nas aulas?

APENDICE D

Quadro de Análise da Categoria Inovações Pedagógicas (*seleção e formação docente, abordagem curricular, práticas pedagógicas, infraestrutura, TIC, monitoramento e avaliação e, valorização profissional*)

Indicadores	Trechos da entrevista
Seleção Formação Docente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os primeiros professores daqui da escola foram selecionados pela UFRPE... Onde eles passaram uma semana estudando a base curricular comum, a proposta curricular do integral e a matriz curricular do ENEM (G1). ▪ Os docentes entregam o currículo para análise no Programa de Educação Integral, depois da análise do currículo são chamados para uma prova e depois passam por uma entrevista(G3) ▪ Existe um processo de seleção para gestores: curso, prova entrevista; seleção docente inscreve-se no programa Integral, entrevista e pesquisa do perfil (P4) ▪ Para ser gestor tem que participar de uma seleção fazer o curso do Programa de Gestão Educacional de Pernambuco – PROGEPE, passar pelo Programa de Modernização da Gestão e Gestão por Resultado. O Progepe é um programa para Gestores, é um curso que os gestores fazem presencial e virtual por três meses, no final do curso é feita uma prova e a nota mínima é 7,0, essa é a 1ª. Etapa do concurso para gestor. Na 2ª.etapa, apresentamos um Plano de Ação. Na 3ª.uma entrevista e 4ª. E ultima etapa, análise do currículo(G1) ▪ Os professores para entrarem no programa integral, são de escolas regulares, solicitam ao programa e o programa faz a seleção. (G1) ▪ Ano passado, em 2012, o Governo promoveu um curso, <i>online</i> e presencial, chamado PROGEPE, um curso de formação de gestores, ao final todos que participaram do curso e tinham interesse em ingressar na carreira de gestor, submeteram-se a uma prova com 80 questões, e nessa prova a nota mínima era 7,0. Quem se classificou foi habilitado para a outra etapa, apresentaram plano de ação e depois o processo de seleção através de currículo e entrevista. (G2) ▪ Os docentes para ingressar nas EREM, passam por um processo seletivo que é currículo e entrevista, depois passa por uma capacitação de três dias para se familiarizar com o programa integral. (G2)
Abordagens curriculares diversificadas com utilização recursos didáticos e tecnologias educacionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Matriz curricular comum e uma matriz curricular diversificada (Empreendedorismo, Língua Espanhola e Direitos Humanos) (G1,G3,G4 e P6). ▪ Têm componentes a mais: empreendedorismo, direitos humanos e espanhol (G2). ▪ Currículo diferenciado...Não posso dizer que não existe inovação pedagógica (G3) ▪ Nós temos o planejamento da base curricular comum e tem o programa do programa integral que é de escolas de referência, os programa da UPE, do ENEM, etc ... então o nível tem que ser alto, porque espera-se que os alunos também tenham essa visão de conhecimento.(P8) ▪ Na escola tem aula de inglês com professores de escolas (como CCAA, YÁZIGI, Cultura Inglesa, Escola Americana etc) (P8)
Práticas pedagógicas inovadoras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficinas pedagógicas interdisciplinares, com tema geral trabalhado com disciplinas diferenciadas (G1) ▪ Clube do Ensino Médio Inovador: teatro, percussão, artes visuais (G1) ▪ Clube de Humanas (G1) ▪ Política diferenciada, tanto em relação ao tempo pedagógico (integral), como pela mudança de conteúdo, a forma de abordar os conteúdos. (G1) ▪ Focar no ensino médio e se especializar no ensino médio. É um trabalho voltado para o vestibular, para o mercado de trabalho e para a vida social (G2). ▪ Seguir o avanço tecnológico (G2) ▪ Maior tempo de dedicação do professor ao aluno. O professor tem que estar preparado para dar sua aula com um

- planejamento, usar tecnologia, instigar o aluno... Tem que estar preparado para dar uma boa aula (G2).
- Há uma inovação maior na didática do dia a dia... por conta do professor passar um tempo a mais na escola tem que ser diferente, acolhedor, dinâmico, criativo, pra que o aluno consiga ficar 8h dentro da escola (G4)
 - A inovação é em cima da criatividade, fazer uma aula diferente que atraia o aluno (G4)
 - Trabalhamos com o PROJETO – que funciona o ano todo, entra teatro, dança, produção textual ... são muitas atividades, esse projeto tem muitas atividades que mexe com todas as disciplinas, é um projeto interdisciplinar.... Outro projeto é a Gincana, também é interdisciplinar. (G4)
 - Acima de 80% de nossas aulas tem a utilização de projetor de mídias, aulas extraclasse, projetos que a gente não vê em escolas regulares. (G3)
 - A gente tem a preocupação de incentivar a pesquisa, desde o primeiro ano eles vão aprendendo a desenvolver trabalhos científicos (G3)
 - Existe uma preocupação em não só preparar para o ENEM e para Universidade, mas para a vida... (P1)
 - Trabalhamos com a interdisciplinaridade através das oficinas pedagógicas... existe uma preocupação com novas tecnologias.... nossos laboratórios na área de ciências são plenamente utilizados (P1)
 - Utilização da robótica como ferramenta para o desenvolvimento motor e intelectual do aluno (P1)
 - O clube do Ensino Médio Inovador, onde trabalhamos com teatro, percussão, artes visuais; Clube de Humanas... trabalhamos de diversas formas em função de cada tipo de aluno, e cada tipo de conteúdo a ser trabalhado, então a gente procura adaptar o conteúdo ao aluno e a necessidade do nosso aluno, nós não importamos materiais prontos, materiais que se encontram em livros, nas desenvolvemos nosso próprio material para trabalhar com o aluno (P1)
 - Minhas aulas de física tem o enfoque maior na prática de laboratório... Nós estamos no mesmo patamar, acho que até melhor que a escola particulares... (P2)
 - O que considero inovação foi a utilização de multimídia, livros didáticos bons, ponta de linha, iguais ou melhores que os adotados em escolas particulares.... aulas de laboratórios.... tudo isso busca no aluno uma atenção maior, uma curiosidade maior (P2)
 - A questão das aulas de robótica.... também, vai trabalhar na prática os conteúdos que o aluno vivencia em sala de aula, ele vai montando e aprendendo brincando e isso se torna bem mais interessante (P2)
 - Na escola de Referência muda tudo, a gente tem muito apoio pedagógico, vc tem seu material pronto pra dar sua aula, vc se sente muito amparado. A gestão é bem melhor e a gente tem estímulo de dar as aulas, criando e inovando nosso trabalho. Os alunos são motivados para ficar na escola. Existe uma interação muito maior de professor aluno, parece uma família (P4)
 - O aluno não se contenta com uma aula que não seja interdimensional, que não seja dinâmica, diferente, que tenha várias mídias, então a gente tem que acompanhar esse ritmo (P8)
 - No programa integral a gente se baseia por competência e habilidades que vai fazer com que o aluno seja uma pessoa mais sociável, que ele aprenda a fazer, quer dizer, são os 4 pilares que vão servir para o aluno a vida toda. (P6)
 - Trabalhar com projeto e pesquisas (P8)
 - Gincana Interdisciplinar, são seminários, toda escola trabalha com vários temas... é uma competência que não é de disciplina, mas que vai formar um cidadão, mais crítico, que vai dar uma percepção maior.... Então a interdimensional é isso, é uma competência de fazer, de conviver, de ser (P8)
 - Eu utilizo recursos midiáticos, uma das competências é trabalhar com linguagem digital, não é curso de informática, é o uso social disso. Qual é o uso social de uma rede social? Trabalhar a linguagem, tudo a gente trabalha, é uma competência... Trabalho no laboratório de línguas, então a gente trabalha tudo, som, imagem, usamos o projetor multimídia (P8)
 - A pesquisa é incentivada e os trabalhos são entregues com norma da ABN, com metodologia e referência. Ter uma autoridade falando. O aluno sai daqui com uma visão de pesquisa (P8)
 - Trabalhamos com métodos pedagógicos apropriados ao desenvolvimento dos conteúdos (P8)

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pelo fato da Escola ter o horário ampliado, o professor convive mais com o aluno, conhece a vida deles cognitiva, em questões sociais e familiares, e isso favorece. Cria um laço Afetivo maior. (P4)
Incremento da infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A infraestrutura existente não atende o padrão básico para as escolas integrais (não tem quadra, laboratórios, biblioteca e o auditório)...Os equipamentos do laboratórios chegaram , más não estão em espaço apropriado.... Existe uma organização dos espaços da escola... A gente tem esperança na mudança de infraestrutura da escola. (G1) ▪ Conta com equipamentos para um laboratório de informática, mas sem o espaço próprio. Limitado a 15 alunos por vez (G1). ▪ Ambiente escolar adaptado, foge do padrão da rede, é horizontal, devido ao foco da criação da escola que é funcionar nesse ambiente do Recife Antigo (G2). ▪ Prédio com três andares, difícil acessibilidade, sem quadra, dificulta o fluxo de adolescentes. Biblioteca é um espaço relativamente bom, climatizado, mas com acervo limitado. Conta com laboratórios de física, química e matemática e etc (G1) ▪ Boa estrutura física, o prédio é novo (G4) ▪ A gente tem uma construção de uma quadra coberta, que está para ser feita e construção de quatro laboratórios e um refeitório... O espaço físico não é bom, ainda está faltando melhorar a infraestrutura, pois não temos espaço... só temos um laboratório para tudo ... Dentro de informática, tem robótica, as salas são quentes, faltam ventiladores (G3) ▪ Adaptamos as salas (P1) ▪ A estrutura física é muito frágil, não tem acessibilidade, pois é uma construção vertical, antiga, adaptada com paredes fracas de gesso, as paredes estão cheia de buraco de uma sala para outra. Tem muita escada, e não temos elevador... Os alunos podem acessar a internet, tem uma rede pra eles, não tão boa, mas tem... Na sala dos professores tem internet, porém a partir do 2º. Andar não pega o wi-fi (P4) ▪ A escola tem uma boa estrutura física. Sempre chega material didático, de informática, material para os laboratórios... (P7). ▪ Os livros didáticos top de linha, os melhores do mercado. O livro de Português custa R\$ 120,00 no mercado, é o mesmo da escola particular. (P8)
Utilização de TIC (recursos tecnológicos)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Todos os professores usam recursos tecnológicos para atrair os alunos e para melhorar a qualidade da aula... (G1, G2, G3 e G4) ▪ Se utiliza muito as tecnologias em sala de aula projetor multimídia, filmes ligados à área, Power Point ...(P1 e G4) ▪ Eu utilizo em minhas aulas o projetor multimídia, o power point, simuladores computadorizados... a gente consegue ver na prática o que a gente vê na teoria... (P2) ▪ Pra mim mudou muita coisa, pois quando o Governo mandou essas mídias para a escola, possibilitou uma melhora muito significativa do desempenho dos alunos (P4) ▪ Nas minhas aulas eu utilizo Projetor multimídia, laboratório, Robótica Educacional, Jogos Educativos... Tudo isso é bem dinâmico nas aulas (P6) ▪ A gente trabalha tudo... Som, imagem... Usamos o projetor multimídia. (P8)
Monitoramento e Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O monitoramento e a avaliação do desempenho escolar são feitos bimestralmente (G1, G2, G3 e G4). ▪ Existe uma avaliação do Saepe que também é um ponto de avaliação do Governo do Estado, Avaliação Estadual, para saber como está aquela escola. Tudo é monitorado e avaliado, internamente e na Secretaria de Educação. Precisa alcançar metas, a escola precisa influenciar positivamente (G2) ▪ Todas as escolas da rede são avaliadas pelo IDEPE – resultado do Saepe – Sistema de Avaliação de Pernambuco(G2) ▪ A gente debate com os professores e repassa os resultados para os alunos.... Conta com planilha preenchida antes e depois da recuperação: quantos alunos estão abaixo da média antes de fazer a recuperação?E quantos estão abaixo depois de fazer a recuperação? O professor se auto avalia, a gestão o avalia, o aluno também avalia o professor . Esse monitoramento é feito dessa forma a cada término de bimestre(G1). ▪ A Secretaria Executiva (Programa integral) realiza avaliação institucional contendo avaliação da prática da gestão da

coordenação da biblioteca, da secretaria, da prática de educação física e a prática dos professores que é avaliado pela família, pelos estudantes e pela escola (G1, G2 e G3).

- A avaliação do aluno é feita de várias formas: 1ª. Nota por atividades – 3 a 5 atividades (trabalho em grupo, trabalho individual, pesquisa, prova oral). 2ª. Nota - prova – orientação Secretaria de Educação do Estado (G1, G2, G3 e G4).
- Planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados para atingir as metas. A escola precisa influenciar positivamente G2)
- Avaliação do Sistema de Avaliação de Pernambuco (Saepe) Tudo é avaliado e monitorado internamente e na secretaria de educação (G2).
- A gerência pedagógica promove pelo sistema *online* para avaliação global da escola, de acordo com os itens que constam no sistema (G2).
- Secretaria de Educação do Estado cobra das escolas: Como está o processo? Quantos alunos passaram? Quantos estão abaixo da média? O que está sendo feito por esses alunos? Isso é cobrado bimestralmente (G2, G3 e G4)
- Os alunos fazem a avaliação dos professores e gestão da escola *online* pelo site; e os pais também avaliam a gestão e professores, como também os professores avaliam a gestão da escola (G2, G3 e P6).
- As escolas de referência fazem também outra avaliação: a avaliação interdimensional para saber se o aluno aprendeu alguns itens, desde comportamental, cognitivo, a questão da socialização, com itens como: aprender a fazer, aprender a conviver, se chegar ao domínio completo ao final do 3o. Ano (G2).
- O Pacto pela educação é um sistema que monitora e acompanha todo desempenho escolar: frequência de alunos, professores, notas, prova externa, avaliação para todas as turmas do Ensino Médio.... Tudo eles acompanham, tudo eles perguntam e cruzam as informações (G2, G3 e G4)
- O gestor é avaliado de acordo com os resultados que a escola apresenta (G4).
- A avaliação é em cima da presença do aluno, quantos ficaram abaixo da média, evasão, tudo... Falta de professor, presença dos pais em reunião da escola... (G3 e G4)
- O professor é avaliado para saber se ele deu o conteúdo em sala, se domina o conteúdo todo da unidade (G3 e G4)
- Fazemos também aqui na escola, avaliações longitudinais, são avaliações que vêm de fora, são exercício de vestibulares e do ENEM, é um vestibular (G3)
- O monitoramento e a avaliação são feitos, através das gerências regionais. Os resultados da escola são enviados a cada final de bimestre para as gerências, e aí eles avaliam os resultados internos e externos, o resultado externo é através de prova do Saepe, Saeb, mede o desempenho do aluno e a escola é ampliada... (P1)
- Avaliamos os nossos alunos através do dia a dia em sala de aula, nós procuramos avaliar quais os alunos conseguiram desenvolvimento pleno dos conteúdos, e vamos aprofundando para eles, e os demais procuramos fazer o resgate através da retomada de conteúdos e através de atividades paralelas... (P1)
- A gente utiliza diversas ferramentas para avaliar o aluno, não é só a prova... Tudo que o aluno constrói é uma avaliação para ele... Conta participação, comportamento do aluno, capacidade de interagir com os colegas... A gente trabalha dentro dos quatro pilares da educação: aprender a ser, apreender a conviver, aprender a fazer, aprender a conhecer (P2)
- Acho muito válido, porque você sabe, existe a velha prática do docente, e agora passamos a trabalhar com muita cobrança dos resultados e um monitoramento constante.... É importante a cobrança. (P8)
- É feito um monitoramento das ações dos alunos e trabalhamos para corrigir os pontos fracos daqueles alunos. A gente cria estratégias em cima das fraquezas. Toda semana a gente se reúne para planejar(P8).
- Maior valorização do aluno. O professor recebe um valor maior (G1).
- O professor trabalha mais, porém tem um incentivo e o professor tem a oportunidade de se concentrar numa escola só. Ele fica com mais tempo para planejar sua aula e o contato com o aluno é mais intenso (G2).
- Quando a gente fala de valorização do professor enquanto Escola de Referência, seria a gratificação? Nem sei se posso dizer que isso seria uma valorização... A bonificação é para toda rede... A Escola de Referência tem obrigação de alcançar a meta... (P7)

Valorização profissional

- Eu não acredito nessa valorização do professor não... Porque a valorização tinha que vim como um todo... O professor para entrar na Escola de referência tem que demonstrar uma qualidade acima da média do professor da rede, e ainda assim, ele recebe uma gratificação, que é cortada em qualquer situação... As professoras grávidas, quando saem para a licença maternidade, perdem o direito à gratificação... Imagine o professor passar 20 anos numa Escola de Referência com essa gratificação e depois ao aposentar ele perde a gratificação... Nós vamos morrer em sala de aula, nós não podemos pedir aposentadoria em função da condição financeira que será reduzida à metade (P1)
- O Estado não valoriza o professor como deveria... Acredito que é uma auto-valorização do Estado, ele quer se valorizar através do resultado das escolas... Se o professor fica doente, perde a gratificação... Se o professor quiser fazer um mestrado tem que pedir exoneração da escola integral, voltando para regular... Isso não é valorização... O Governo faz a maior propaganda, que na escola integral é 199% de gratificação em cima do salário... Na verdade a gente recebe uma gratificação de R\$ 2.0448,00, quando deveria ser de R\$ 3.200,00... Isso está congelado desde sempre, ou seja, não valoriza mesmo. (P4)
- No Integral é assim, a gente ganha o salário e ganha a gratificação, se ficar doente perde, se entrar no mestrado perde... Isso chega a ser burrice... (P8)

Fonte: Gestores e Professores das Escolas de Referência: EREM1 (G1) (P1, P2,P3); EREM2 (G2) (P4, P5); EREM3 (G3) (P3); EREM4 (G4) (P7 e P8)

APENDECE E

Quadro de Análise da Categoria Mudanças no Modelo de Gestão (Monitoramento das ações, relação interinstitucional, inovação gerencial)

Indicadores	Trechos da entrevista
Metas de melhoria do desempenho escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Todo o Estado de Pernambuco, especialmente as escolas do pacto pela educação, tem metas a cumprir, metas estabelecidas (G1) - E quando atinge a meta recebe um bônus (G1) - Antes dessa escola ser de referência, tinha 1,82 de IDEPE, hoje de somos Escola de Referência, atingimos o IDEPE de 4,85. Na próxima avaliação, a meta vai ser maior, temos que melhorar o desempenho pra avançar e o IDEPE ser maior que 4,85. (G1) - A Secretaria de Educação do Estado lança metas para todas as escolas... Existem metas para alcançar o IDEPE... O olhar é no foco das metas da escola. A Secretaria cobra das escolas: Como está o processo? Quantos alunos passaram? Quantos estão abaixo da média? O que está sendo feito por esses alunos? Isso é cobrado bimestralmente (G2) - Existem as metas para a melhoria dos resultados. As metas são traçadas para toda a escola (G4) - Buscamos aumentar anualmente de 12% a 20%. Como já atingimos a meta que estava sendo traçada para 2016, vamos aumentar o que a gente puder, porque a gente não quer diminuir (G3) - O rendimento dos alunos é mediano, heterogêneo, mas na média eles conseguem desenvolver bem, conseguem apresentar um resultado positivo (P1) - As metas são cobradas constantemente (P2) - A GRE manda uma tabela dizendo quais foram as competências ruins, as disciplinas que foram ruins, aí a gente analisa e propõe intervenções. A gente sempre vai em cima das fraquezas para atingir as metas.(P4) - A escola prepara para o ENEM, nós somos muito inteirados com o ENEM, porque somos de Ensino Médio. Preparamos também para o vestibular, temos aulões para o 3º. Ano... A gente vê a visão do ENEM, essa visão de leitura de mundo, a relação da disciplina com o suporte para as práticas reais, é uma visão que a gente tem do mundo, interdisciplinar, dinâmico (P4)
Colegiados, conselhos	<ul style="list-style-type: none"> - Existe a participação dos pais dos alunos em tudo, conselhos escolares, bem como associação de pais e mestres... A escola tem conselho de classe com a participação da família (G1, G2, G3 e G4) - Temos Conselho Escolar... A Unidade Executora tem participação para saber como a escola vai gerir os recursos e como vai planejar (G3)
Uso dos resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Ano passado, de 18 discentes que fizeram vestibular, 14 passaram em mais de um vestibular... 10 passaram em universidades públicas, UFPE, UFRPE, UPE, IFPE; temos um aluno que passou em mais de quatro instituições Públicas (G1) - Todos os índices vão gerar um resultado... O IDEPE dessa escola foi 5,0, atingiu a meta... O IDEPE é o resultado da prova do Saepe e todos os fluxos da escola (G2) - A gestão por resultados existe em toda rede, e a cobrança é para todos. Como a gente tem mais tempo para o aluno, a cobrança é maior, então, nossos resultados precisam ser melhores (G4) - Essa escola passou em 2008, do IDEP de 2 a 4,42. Nós dobramos em quatro anos... A gente tem os alunos fazendo o vestibular, e o que é melhor, estão sendo aprovados em universidades públicas(G4) - Três alunos da turma de 3º. Ano passaram dentre os 10 que fizeram o vestibular e entre esses alunos um passou em 3º. Lugar em Geografia, na UFPE (G3) - A gente observa alguns alunos tendo um mal resultado nas avaliações internas e um bom resultado nas avaliações externas... Demonstra que nós estamos cobrando muito dos nossos alunos, acima do que esta sendo cobrando pelos avaliadores externamente... Nesse aspecto a gente pode dizer que o nível dos nossos alunos é bom (P1)

	<ul style="list-style-type: none"> - Ano passado 2012, passaram 9 alunos no vestibular, foi a primeira turma de 3º. Ano, mais de 22 alunos fizeram o vestibular e 9 obtiveram aprovação e em mais de uma universidade, UFPE, UFRPE, UPE e algumas privadas como a Católica (P1) - A gente faz um teste pra saber qual o nível que os alunos estão... Pra gente aprofundar mais ou revisar ou iniciar de zero (P4) - Temos alunos aprovados em Odontologia, Serviço Social, Enfermagem, Educação Física. Pode perguntar aos alunos o que eles querem fazer, alguns vão dizer: Direito, Medicina etc, eles tem autoestima grande, depois pode conferir, que ele vai passar (P7)
Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> - Eu entrei no ensino integral por seleção (G1). - Para ser gestor tem que participar de uma seleção... tem que participar do curso do PROGEPE- Programa de Gestão Educacional de Pernambuco, programa para gestores, e faz parte do Programa de Modernização da Gestão (gestão por resultado). É um curso presencial e virtual de três meses, no final é feita uma prova (a nota mínima de 7,0). Apresentamos um Plano de Ação; ainda são feitas entrevista e análise do currículo. Essas são as etapas da seleção de gestor das escolas integrais (G1,G2,G3 e G4). - O Estado oferece capacitações voltadas para tecnologia (G2) - Existe capacitação dos gestores na seleção para gestores (G2) - No momento esta sendo oferecida uma especialização na área de gestão escolar, como também são oferecidos outros cursos (G4) - A maioria de nossos professores tem algum curso de especialização ou mestrado... eles estão sempre em atualização...o nosso professor de inglês passou nessa última seleção, ganhou um curso de aperfeiçoamento e vai passar alguns dias em Miami G3) - O Governo do Estado investe... A Secretaria Executiva faz no mínimo duas capacitações ao ano... a gente encaminha os profissionais que vão ter uma formação na FECAP, na UFPE, geralmente a gente encaminha por disciplina... Eles sempre estão promovendo essas ações (G3) -Existe capacitação especificamente para professor de Matemática e Português... A rede estadual tem dado muita ênfase, por conta das avaliações externas serem em cima dessas duas disciplinas (P1) - O Governo está sempre fazendo capacitação para melhorar a didática (P7)
Visão compartilhada projeto pedagógico: Secretarias, rede, escola, MEC	<ul style="list-style-type: none"> - O Projeto Político Pedagógico tem a participação dos professores, dos gestores e dos pais, através do conselho da escola (G1) - O Projeto Político Pedagógico é feito com a participação de todos e esta sempre sendo reestruturado (G2 e G4) - Feito com a participação de todos, porque dentro daquele nosso trabalho de gestão democrática, a gente procura envolver todos os segmentos... Então se reúnem professores, alunos, funcionários e administrativos para a construção desse projeto (G3) - A gente tem a preocupação de fazer com que o Projeto Político Pedagógico seja o norteador da escola (G3) - Está sempre em constante mudança, conforme as necessidades, a gente vai e modifica algumas coisas. (G3 e P1) - O Projeto Político Pedagógico basicamente é um padrão, mandado pela Secretaria de Educação.(P5) - Esse ano reformulamos o Projeto Político Pedagógico da escola, com a participação de todos (P8)
Parcerias institucionais	<ul style="list-style-type: none"> - Essa escola tem uma parceria com a UFRPE, nós temos o apoio pedagógico da Universidade... esse respaldo pedagógico onde temos reunião diária com os professores para discutir o planejamento, a questão da interdisciplinaridade... Além disso, temos uma reunião plenária onde, coordenação da UFRPE, gestão da escola e professores estão juntos (G1 e P1); - Temos como parceiros também a Casa de Eventos Rose Beltrão (apoio programa mini-empresa) e Fundação Joaquim Nabuco (nos cede a quadra de esportes) (G1) - A Accentro (que funciona dentro do Porto Digital)é nossa parceira, ela nos oferecem cursos de formação tecnológica (G2) - A ALCOA é nossa parceira, promoveu um curso na nossa escola, nos sábados pela manhã. (G4) - A gente trabalha com o PIBID... inclusive o pessoal do PIBID está se reunindo com a gente pra trabalhar o projeto de Astronomia.(P4)

Projetos/Programa	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto Ganhe o Mundo; Programa Aluno Conectado; PROEMI-Projeto de Ensino Médio Inovador e o PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola (G1) - Programa aluno conectado... Projeto Ganhe o Mundo... Os professores desenvolvem projetos de exposições, eventos culturais e científicos, promovidos durante o ano ... Programa de parcerias com empresas privadas (G2) - Gincana Interdisciplinar; Feira de conhecimento; Robótica; Mini empresa; Programa Ganhe o Mundo; Jovem Conectado... (G4) - A gente tem o EDUCAR, que é uma parceria entre o Governo do Estado e o Banco Mundial...a gente tem o PROEMI- Programa de Ensino Médio Inovador...PDE, PDL...(G3) - Temos os projetos da escola a Feira de Conhecimentos, os Jogos Internos, a feira do Espaço Ciência Jovem (G3) - Projeto de Astronomia/PIBID; Mostra dos Grandes Ícones da Física; Dia da Matemática; Dia da Física; Dia do manifesto (arte, dança, cinema, teatro); Jogos Internos e outros(P4)
Escola de Qualidade	<p>Considero essa escola de qualidade sim, pois tem um trabalho diferenciado pela convivência (tempo integral), o professor percebe a dificuldade do aluno e trabalha nelas, tem mais interação com os alunos, pois, passa o dia inteiro em contato com eles (P4)</p> <p>Para a escola ser de qualidade, precisa uma boa gestão, professores qualificados, alunos interessados e apoio da família (P4)</p>

Fonte: Gestores e Professores das Escolas de Referência: EREM1 (G1) (P1, P2,P3); EREM2 (G2) (P4, P5); EREM3 (G3) (P3); EREM4 (G4) (P7 e P8)

ANEXOS

ANEXO A

LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 10 DE JULHO DE 2008.

Cria o Programa de Educação Integral, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Poder Executivo, o Programa de Educação Integral, vinculado à Secretaria de Educação, que tem por objetivo o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do ensino médio e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. O Programa de Educação Integral será implantado e desenvolvido, em regime integral ou semi-integral, nas Escolas de Referência em Ensino Médio, unidades escolares da Rede pública Estadual de Ensino, conforme estabelecido em Regulamento.

Art. 2º O Programa ora criado tem por finalidade:

I – executar a Política Estadual de Ensino Médio, em consonância com as diretrizes das políticas educacionais fixadas pela Secretaria de Educação;

II – sistematizar e difundir inovações pedagógicas e gerenciais;

III – difundir o modelo de educação integral no Estado, com foco na interiorização das ações do governo e na adequação da capacitação de mão de obra, conforme a vocação econômica da região;

IV – integrar as ações desenvolvidas nas Escolas de Referência em Ensino Médio em todo o Estado, oferecendo atividades que influenciem no processo de aprendizagem e enriquecimento cultural;

V – promover e apoiar a expansão do ensino médio integral para todas as microrregiões do Estado;

VI – consolidar o modelo de gestão para resultados nas Escolas de Referência em Ensino Médio do Estado, com o aprimoramento dos instrumentos gerenciais de planejamento, acompanhamento e avaliação;

VII – estimular a participação coletiva da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico da Escola;

VIII – viabilizar parcerias com instituições de ensino e pesquisa, entidades públicas ou privadas que visem a colaborar com a expansão do Programa de Educação Integral no âmbito Estadual;

IX – integrar o ensino médio à educação profissional de qualidade como direito a cidadania, componente essencial de trabalho digno e do desenvolvimento sustentável.

Art. 3º Fica criada, na estrutura da Secretaria de Educação, vinculada ao gabinete de seu titular, a Unidade Técnica de Coordenação do Programa de Educação Integral, dotada de autonomia técnica e financeira, a qual compete planejar e executar as ações do Programa ora criado e, em especial:

I – estabelecer diretrizes para o desenvolvimento das ações pedagógicas e gerenciais das Escolas de Referência em Ensino Médio;

II – gerenciar o processo de organização e funcionamento das Escolas de Referência, visando à melhoria da qualidade do ensino médio, a preparação para o trabalho e a inclusão social;

III – assegurar a unidade gerencial das Escolas de Referência em Ensino Médio;

IV – planejar e executar programas de formação continuada de professores e demais profissionais vinculados ao Programa;

V – implantar o Projeto de Protagonismo Juvenil nas escolas vinculadas ao Programa de Educação Integral;

VI – disseminar as experiências exitosas para as demais Escolas da Rede Estadual de Ensino;

VII – promover o planejamento para a expansão das Escolas de Referência em Ensino Médio e definir padrões básicos de funcionamento;

VIII – assegurar a interiorização das Escolas de Referência em Ensino Médio;

IX – assegurar a implantação de educação profissional, de acordo com as demandas local e regional;

X – gerenciar o processo de definição, institucionalização e funcionamento das Escolas de Referência associando a qualidade do ensino médio e a inclusão social;

XI – articular e coordenar novas parcerias com instituições de ensino e pesquisa, empresas públicas ou privadas, organizações civis sem fins lucrativos e institutos, visando ao fortalecimento do Programa, sua ampliação e melhoria do ensino;

XII – assegurar, observada a compatibilidade de espaço físico e de horários, Educação de Jovens e Adultos no âmbito das Escolas de Referência em Ensino Médio.

Art. 4º. Os atuais Centros de Ensino Experimental ficam redenominados "Escolas de Referência em Ensino Médio".

Art. 5º O Programa de Educação Integral será executado, inicialmente, em 51

(cinquenta e uma) Escolas de Referência, das quais 33 (trinta e três) em jornada integral e 18 (dezoito) em jornada semi-integral, implementadas em pólos micro-regionais do Estado.

§ 1º Os diretores, secretários, educadores de apoio, coordenadores administrativos, coordenadores de biblioteca, chefes de núcleos de laboratório e coordenadores sócio-educacionais lotados e com exercício nas Escolas de Referência em Ensino Médio cumprirão jornada de trabalho em regime integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas em 05 (cinco) dias.

§ 2º Os professores lotados e com exercício nas Escolas de Referência em Ensino Médio cumprirão jornada de trabalho em regime integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ou semi-integral, com carga horária de 32 (trinta e duas) horas semanais, distribuídas em 05 (cinco) dias), de acordo com o funcionamento de cada Escola.

§ 3º O professor que exerça a função de Diretor nas Escolas de Referência, cumprirá jornada de trabalho em regime integral, com dedicação exclusiva.

§ 4º A gratificação de localização especial prevista no artigo 3º, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei nº 12.965 de 26 de dezembro de 2005, e alterações, será concedida, exclusivamente, para os professores participantes do Programa de Educação Integral, ora instituído.

§ 5º A seleção para o cargo de Diretor das Escolas de Referência dar-se-á conforme disposto em Regulamento.

Art. 6º Atribuir-se-á aos diretores e secretários das Escolas de Referência a gratificação de representação prevista na Lei nº 12.242, de 28 de junho de 2002, e alterações.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput deste artigo, as Escolas de Referência ficam enquadradas como escolas de grande porte.

Art. 7º Ficam criados, no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Poder Executivo, constante da Lei nº 13.205, de 19 de janeiro

de 2007, e alterações, os cargos comissionados discriminados no Anexo I desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os cargos e funções de que trata o caput deste artigo serão alocados mediante Regulamento.

Art. 8º Ficam extintos, no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Poder Executivo, constante da Lei nº 13.205, de 19 de janeiro de 2007, e alterações, os cargos comissionados discriminados no Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 9º. As despesas com a execução da presente Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, e, em especial, o Decreto nº 26.307, de 15 de janeiro de 2004, a Lei nº 12.588, de 21 de maio de 2004, e a Lei nº 12.965, de 26 de dezembro de 2005.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 10 de julho de 2008.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS

Governador do Estado

DANILO JORGE DE BARROS CABRAL

LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA

FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR

ANEXO I**CRIAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS**

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	QUANTITATIVO
CDA-3	Direção Superior-3	03
CDA-5	Direção Superior-5	02
CAA-1	Cargo Apoio e Assessoramento-1	02
CAA-4	Cargo Apoio e Assessoramento-4	178
TOTAL	-	185

ANEXO II**EXTINÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS**

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	QUANTITATIVO
CDA-4	Direção Superior-4	01
CAA-2	Cargo Apoio e Assessoramento-2	13
CAA-3	Cargo Apoio e Assessoramento-3	39
CAA-5	Cargo Apoio e Assessoramento-5	13
TOTAL	-	66

ANEXO B

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EREM 1

1 INTRODUÇÃO

A escola é um espaço socioeducativo e seu trabalho não pode ser pensando nem realizado sozinho, no vazio, no improvisado, mas das ações e iniciativas coletivas. O projeto é instrumento que possibilita à escola inovar sua prática pedagógica, na medida em que apresenta novos caminhos para situações conflitantes que precisam ser modificadas. Ao construí-lo coletivamente a escola afirma sua autonomia sem deixar de manter relações com a esfera estadual e federal.

O projeto é sempre parte do que já existe na escola e propõe outros significados a sua realidade. Em função disso ele se torna um dever, por ser institucional e um direito porque, por meio dele, a escola consolida sua autonomia e seus vários autores podem pensar, executar e avaliar o seu próprio trabalho.

2 JUSTIFICATIVA

O Projeto Político Pedagógico da Escola de Referência EREM 1 visa oferecer a formação dos seus alunos, mediante um processo educativo, dinâmico e de qualidade, em que os professores atuam como coordenadores da proposta e os pais como grandes parceiros.

Neste Projeto, a escola se propõe a desenvolver nos seus alunos as potencialidades, a criatividade, a ética, a disciplina e a cidadania, buscando o bem-estar social e o seu desenvolvimento integral. Para tanto, todas as ações são organizadas de modo a promover condições que favoreçam o desenvolvimento das disciplinas obrigatórias, acrescentando-se a elas as áreas ecológicas, desportivas, artísticas, culturais e científicas. A formação integral dos alunos é dessa forma contemplada.

Para manter esses objetivos, a construção do projeto administrativo, pedagógico e financeiro da escola se realizou com a participação de todos os segmentos envolvidos, de forma democrática, pautando-se no conhecimento científico e na pluralidade de ideias, com ações homogêneas e globais, exigindo avaliação constante e fomento de novas experiências, com prioridade para o enfoque interdisciplinar.

Por conta disso, as atividades complementares são essências vitais, mesmo que seja para tornar mais leves as disciplinas obrigatórias e tornar o processo educacional mais dinâmico, lúdico e atraente. Com isso, pretendemos diminuir a evasão e repetência escolar.

O Projeto Político Pedagógico Institucional se orienta por avaliar permanentemente todo o processo de acolhida do aluno, sua estadia e sua saída da escola, como também a participação da Instituição nesse processo e

os serviços oferecidos à comunidade escolar. Há critérios de desempenho estabelecidos e um conjunto de normas para que todas possam ir e vir com melhor respeito, dinamismo e transparência possíveis.

O Projeto utiliza-se do conjunto de diferentes linguagens, tornando o conhecimento para o aluno um processo transformador, centrado no desenvolvimento das atitudes e valores, fomentando sobremaneira a criatividade e o prazer de produzir algo para si mesmo. Assim, alunos e professores se tornaram construtores de algo novo, diferente e participativo.

É um Projeto que se renova constantemente, na teoria e na prática, investindo em novas ideias, parceiros, propostas e realizações.

3 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

A Escola de Referência foi criada pelo Decreto nº 34.607 de 12 de fevereiro de 2010. Esta Unidade de Ensino (U.E.) participa de um projeto-piloto em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) junto com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, tal projeto busca uma educação de qualidade e intregadora, formando cidadãos críticos e conscientes da sua responsabilidade. Essa parceria implantada a partir de 2010 é de suma importância para modificar o pensamento das pessoas ante aos alunos da escola pública, diante disso reitor da UFRPE enfatiza que “É um modelo novo, que vai tratar da formação de professores, interagindo com os estudantes. Queremos mostrar que temos bons alunos na escola e na universidade pública, oriundos de diversas camadas sociais”.

O funcionamento se dá das 07h30min às 17h00min em horário integral e das 18h40min às 22h00min com o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos nível Fundamental (Fase IV) e Médio.

4 MISSÃO

Esta U.E. visa promover o Ensino Médio de forma qualitativa preparando o jovem para atuar como cidadão ético, autônomo, solidário e produtivo. Além disso, faz-se necessário ressaltar que se tem como prioridade que o corpo discente tenha valores como:

- A Ética, que visa dar importância aos valores morais existentes e transmitir novos conceitos (transparência, democracia, equidade, solidariedade, entre outros).
- A Disciplina, que prioriza o desenvolvimento intelectual e pessoal, gerando respeito que conquista a confiança.
- A Cidadania, que oportuniza o direito a liberdade, despertando o interesse do educando no cumprimento dos seus deveres e exercício dos seus direitos.

Sendo assim, a Escola trabalha buscando resgatar à cidadania, na pedagogia da presença e do exemplo, priorizando a educação para valores, formando jovens solidários, autônomos e produtivos.

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL

Desenvolver nos alunos as habilidades, as potencialidades, a criatividade e a cidadania, tornando-os autônomos, solidários e produtivos visando inseri-los nas Universidades e no mercado de trabalho.

5.2 ESPECÍFICOS:

- Contribuir para a qualidade do ensino médio na escola pública.
- Fortalecer a gestão democrática e participativa.
- Favorecer o envolvimento Família x Escola através da Associação de Pais e parcerias com educadores e educadores familiares.
- Apoiar programas de Formação Continuada para educadores e funcionários.
- Assegurar a compreensão e cumprimento dos códigos de conduta: gestão, docentes e discentes.
- Garantir direitos e deveres de todos os segmentos da Escola contidos no Regimento Substitutivo da Instituição, Direito dos Estudantes, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/ 96 , — Constituição Federal, Estatuto dos Servidores do Estado 6.123/ 68 .
- Fortalecer decisões colegiadas nos Conselhos da Escola.
- Socializar as prestações de contas junto à comunidade escolar.
- Promover ações de Protagonismo Juvenil.
- Incentivar Projetos, Palestras, Oficinas, Seminários, Exposições.
- Apoiar atividades lúdicas, desportivas, teatrais, culturais etc.
- Utilizar as avaliações como instrumento de melhoria para o processo de ensino - aprendizagem.
- Garantir a frequência, a permanência e a integridade do estudante na escola em parceria com o Conselho Municipal do município de Recife e Ministério Público

6 ORGANIZAÇÃO FÍSICA E ADMINISTRATIVA

A Escola de Referência EREM 1 possui uma estrutura física boa, que engloba 10 (dez) salas de aula, 1 Laboratório de Informática (com 10 computadores), 1 Biblioteca e 1 sala de professores. Há também espaço para Gestão, Coordenação, duas salas (Coordenação (UFRPE) e Educadora de Apoio (SEE/ PE) e Secretaria.

Sua organização física também está composta por refeitório, cozinha, dispensa, arquivo, almoxarifado, sanitário e banheiro em número e condições suficientes para atender seus alunos.

Em todas as salas de aula há quadro branco e ventiladores. Há, ainda, no auxílio da prática pedagógica 1 data show, 1 DVD, 1 TV e 1 som

6.1 Quadro de profissionais

Equipe Gestora e Técnico-Pedagógica:

Gestor, Secretária, Educadora de Apoio, Coordenadoras de CTE

Equipe Pedagógica da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE):

Coordenadora Geral do Projeto de Formação de Professores

Coordenadora da Área de Matemática e Ciências da Natureza

Coordenadora da Área de Ciências Humanas

Coordenadora da Área de Linguagens e Códigos

Professores de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:

3 Língua Portuguesa 3 Língua Inglesa , 2 Artes, 2 Educação Física, Educação Física

Professores de Ciências Humanas:

2 História, 2 Geografia ,1 Sociologia 1 Filosofia

Professores de Matemática e Ciências da Natureza

3 Matemática, 3 Física , 2 Biologia, 3 Química

1 Auxiliar Administrativo e 1 Assistente Administrativo

2 Auxiliares de Serviços Gerais, 2 Merendeiras

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Organização Curricular da Escola está estruturada de acordo com a LDB nº 9.394/ 96, com a BCC/ PE Base Curricular Comum Orientações Teórico- —, com as OTM's –Metodológicas e com as Diretrizes do Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual –de Educação, oferecendo Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos.

Ensino Médio

O Ensino Médio está organizado em três séries anuais e em três áreas: Linguagem, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

O Ensino Médio é parte integrante da Educação Básica, tendo seu currículo no domínio das competências básicas e não no acúmulo de informações.

A Escola propõe ao nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica, o desenvolvimento das capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las, a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés de simples exercícios de memorização.

8 PRÁTICA EDUCATIVA

8.1 Métodos e Técnicas utilizadas em sala de aula

Os métodos e as técnicas utilizadas em sala de aula buscam tornar as aulas mais prazerosas e dinâmicas; baseiam-se na exposição verbal dos conteúdos relacionados à prática vivida pelos educandos, ou seja, a articulação entre teoria e prática.

A relação educador - educando é de troca; mediador, que domina sua tecnologia e assume uma postura pautada no exemplo e na presença educativa ao dispor de mais –conhecimento faz a análise dos conteúdos com clareza, e estudantes, que colaboram com –suas realidades sociais.

A escola tem todo um sistema burocrático para o preenchimento dos diários de classe, que é instituído pela Secretaria de Educação Estadual, onde os docentes devem trabalhar a Instrução Normativa nº 04/ 2008.

Gestor, educador, educando e pais devem compreender, aceitar e cumprir seus respectivos códigos de conduta.

9 PERFIL DE ENTRADA DOS ESTUDANTES

Os estudantes que fazem parte da EREM 2 são, em sua maioria, jovens entre 14 e 18 anos. Muitos desses jovens pertencem à classe social de baixa renda, onde os Pais são autônomos, comerciários, funcionários públicos, além disso, alguns desses pais têm como única renda o Bolsa Família estando, assim, desempregados.

Os estudantes são egressos do ensino fundamental das escolas públicas estaduais e municipais. Possuem dificuldades de aprendizagem em quase todas as áreas de conhecimento, precisando de reforço e nivelamento escolar.

9.1 Atitudes em relação aos saberes escolares

O acompanhamento dos resultados dos alunos acontece diariamente, como também de forma detalhada, bimestralmente, nos Conselhos de Classe. Após esse primeiro momento, a escola realiza os Plantões Pedagógicos para que os pais possam acompanhar os resultados dos filhos em todas as disciplinas, a frequência, adaptação e a participação nos projetos do cotidiano escolar.

Para os discentes do Ensino Integral há também, no Plantão Pedagógico, a entrega do Parecer Descritivo documento elaborado pelos professores com os Descritores trabalhados – no bimestre e o desenvolvimento

do aluno durante as aulas , isso ocorre com todas os – componentes curriculares trabalhados na série/ ano em questão.

Cerca de 70% (setenta) dos pais comparecem, os demais são contactados pela Coordenação por telefone ou comunicado.

10 PERFIL DE SAÍDA DOS ESTUDANTES

A escola procura desenvolver suas atividades para que os estudantes, ao saírem da mesma, sejam capazes de construir e reconstruir conhecimentos prosseguindo na vida acadêmica e possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

Dessa forma, futuramente, adquirirão uma base sólida que garanta aos mesmos serem cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Conforme Vieira e Penin (2002, p. 26) Apud Santos (2004), a função da escola é “ensinar bem e preparar os indivíduos para exercer a cidadania e o trabalho no contexto de uma sociedade complexa, enquanto se realizam como pessoas.”

Entretanto, para a população a escola é a porta de entrada para o conhecimento e ela deve reforçar bem a sua importância social de construir conhecimento e torná-los cidadãos críticos e conscientes

11 A VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM E A AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE

A verificação da aprendizagem escolar está em consonância com a LDB nº 9.394/ 96 e com as normas da Escola definidas no seu Regimento Escolar, observando os seguintes critérios: avaliação contínua e cumulativa do desempenho do estudante com prevalência dos aspectos qualitativos, dos resultados ao longo do período do ano letivo para casos de baixo rendimento. O estudante deverá apresentar frequência mínima de 75% do total de horas letivas para aprovação.

A escola utiliza uma avaliação que garante aos estudantes efetivamente a aprender e a evoluir no processo de ensino-aprendizagem. Sabendo-se que esse processo avaliativo só tem sentido quando provoca o desenvolvimento do educando. Deverá ser contínuo e cumulativo com ênfase nos aspectos qualitativos que buscam num paradigma crítico a melhoria da qualidade da educação e da construção do conhecimento.

11.1 Do sistema de Aprovação

A progressão plena dar-se-á quando o/ a estudante atingir, ao término do ano letivo ou após o período de recuperação final, nota igual ou superior a 6,0 (seis) em todos os componentes curriculares da série e frequência mínima de 75% (setenta e cinco) das horas letivas de cada componente.

A progressão parcial, direito do (a) estudante, dar-se-á quando o (a) mesmo (a), após período de recuperação final, não obtiver aprovação em até 2 (dois) componentes curriculares da série cursada.

A progressão parcial será admitida nas 1ª e 2ª séries do Ensino Médio.

No regime de progressão parcial as novas oportunidades de aprendizagens deverão ser planejadas pelo (a) professor (a), divulgadas em tempo hábil e oferecidas pela Escola.

Poderá cursar a 1ª série do Ensino Médio apenas o (a) estudante aprovado (a) em todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental.

O (a) estudante, em regime de progressão parcial serão oferecidas, no mínimo, 3 (três) oportunidades de reensino e avaliação da aprendizagem, no ano letivo da subsequência.

O (a) estudante reprovado (a) em até duas disciplinas no Ensino Médio 3ª série, tem –direito a exame especial de progressão parcial a realizar-se no final do ano letivo, conferindo- lhe, se aprovado (a), o prosseguimento da sua vida acadêmica.

12 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROJETO

A avaliação e o monitoramento do projeto serão realizados de modo constante através dos resultados apresentados após a implantação das ações trabalhadas, checando se as metas foram realmente alcançadas ou não, através da observação das ações, dados levantados, opiniões expressas, questionamentos, depoimentos envolvendo todos os segmentos da escola e a elaboração de um Plano Estratégico, que venha viabilizar todas as ações propostas pelo projeto com a finalidade de minimizar os problemas que interferem na conquista de um ensino de qualidade, onde todos tenham as mesmas oportunidades de aprender a aprender.

12.1 Avaliação institucional

Avaliar, no início e ao longo do processo, todas as atividades desenvolvidas nesta proposta.

Participação efetiva de toda a comunidade (representação) na elaboração execução e – avaliação deste projeto pedagógico.

Aspectos a serem analisados:

- Envolvimento dos estudantes nas atividades escolares e extra curriculares.
- Aquisição de parcerias externas para o desenvolvimento da escola e da comunidade.
- Comunicação eficiente e relações interpessoais satisfatórias.
- Elaboração dos programas de ação dos docentes e da gestão.
- Resultados satisfatórios nas avaliações externas.
- Resultados de aprendizagem discente satisfatório.
- Criatividade e inovação nos projetos e atividades.

12.2 Ações

- Elaborar , executar e avaliar a proposta pedagógica da escola em conjunto com a equipe técnico-pedagógica e todos os segmentos da comunidade escolar.
- Apoiar e incentivar a formação continuada do corpo docente.
- Promover ações que valorize o auto-crescimento, a autoestima e fortaleçam a convivência harmoniosa no ambiente escolar.
- Propiciar um ambiente, escolar e extraescolar, livre de bullying e cyberbullying, de acordo com a Lei 13.995/ 2009.
- Valorizar e incentivar as diversas manifestações culturais da região.
- Visitar espaços culturais, esportivos e científicos.
- Incentivar ações protagonistas dos nossos educandos.
- Socializar as experiências exitosas com a comunidade interna e externa da escola.
- Vivenciar projetos de incentivo à leitura.
- Sensibilizar educandos e familiares quanto ao respeito à Cultura Africana e Indígena, de forma a promover ações que respeitem a História Africana e Afrobrasileira (Lei 10.639/ 2003); como também da História da Cultura Indígena (Lei 11.645/ 2008) em consonância.
- Estimular e promover o envolvimento dos pais e responsáveis com as ações da escola, com o desempenho escolar dos seus filhos e com a proposta pedagógica da escola.
- Manter e restaurar as instalações físicas e mobiliárias da escola, desenvolvendo um ambiente de preservação e conservação do patrimônio público.
- Elaborar propostas envolvendo os temas transversais.
- Desenvolver ações que viabilizem a aquisição de parceiros para a escola.
- Promover a prestação de serviços em parceria com a comunidade.

12.3 Metas

Um percentual , de no mínimo, 97% dos alunos com frequência escolar superior a 75% nos 200 dias letivos.

100% de frequência de professores e funcionários da escola.

Assegurar 100% de cumprimento dos Guias de Ação e do Planejamento Pedagógico e Escolar.

90% dos alunos em progressão plena ao término do ano letivo

13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Disponível em: <http://www.ufrpe.br/noticia_ver.php?idConteudo=6044>
acesso em: 29-04- 2010

Disponível em: <<http://www.cyberartes.com.br/artigo/?i=1559&m=46>> acesso
em: 20-06- 2010

SANTOS, ANDRÉA OLIVEIRA DOS. A Formação em Supervisão Educacional e o Exercício do Cargo de Diretoria Escolar. Porto Alegre: Universidade da Região da campanha, 2004. 40 pp. Monografia. Especialização em Supervisão Educacional. Porto Alegre, dez. 2004. Disponível em:

<[http://urcamp.tche.br/redepp/monografias%20para%20site/A%20Forma%20E7%20E3o%20em%20Supervis%20Educacional%20e%20o%20Exerc%20do%20Cargo%20de %20Diretora%20Escolar.pdf](http://urcamp.tche.br/redepp/monografias%20para%20site/A%20Forma%20E7%20E3o%20em%20Supervis%20Educacional%20e%20o%20Exerc%20do%20Cargo%20de%20Diretora%20Escolar.pdf)> acesso em: 20-06-2010

ANEXO C

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EREM 2

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO EREM 2 (2011)

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1- PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS

A Constituição Federal do nosso país entende a Gestão Democrática como um progresso de construção coletiva, e então, participativa do Projeto Político Pedagógico – P.P.P da Escola, conforme seu Art. 206, inciso VI – “*Gestão democrática do ensino público, na forma da lei*”, reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96, Art. 12, inciso I, que prevê que “*os estabelecimento de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar seu projeto pedagógico*”, estabelecendo uma ação conjunta, de diagnose da escola, promovendo um norte a seguir. O P.P.P (Projeto Político Pedagógico) deve ser compreendido como um instrumento de participação na gestão democrática, e reflexivo em suas análises e proposta pedagógica.

Na Grécia antiga, a democracia era conhecida como um ideal de civilização. O respeito a educação pelo desenvolvimento das competências. A participação de todos os segmentos da comunidade escolar, pela co-responsabilidade na formação dos jovens educandos. O compartilhamento na construção do conhecimento e do caráter do jovem, promove a tomada de decisões coletivas a cerca da sociedade e dos valores a serem desenvolvidos.

A universalização dos direitos, o princípio da igualdade e o exercício da cidadania, conclamam a todos da Escola de Referência em Ensino Médio a participar da construção dos objetivos, metas e projeto de vida dos nossos jovens estudantes, e de todos os que dela fazem parte.

A elaboração coletiva do P.P.P tem caráter participativo, flexível e descentralizado. A escola promoverá as articulações entre os eixos: pedagógico, financeiro, político e o administrativo. Sendo o pedagógico a essência da escola, pois o foco é a qualidade e a excelência no ensino.

O exercício da construção coletiva deve buscar pela práxis, a superação das metas não alcançadas e dos índices abaixo do proposto pela comunidade escolar.

A Escola de Referência em Ensino Médio busca na prática pedagógica, propor junto a todos da escola, o desenvolvimento integral, equilibrado e harmônico na dimensão afetiva, ética, corporal, espiritual, cognitiva, estética, sociopolítica e comunicativa, inspirada nos seguintes princípios filosóficos:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas,
- IV. Respeito a liberdade e apreço a tolerância;
- V. Gratuidade do ensino, com isenção de taxas e contribuições de toda e qualquer natureza;
- VI. Gestão democrática e colegiada;
- VII. Valorização do profissional da educação;
- VII. Garantida de uma educação de qualidade.

1.2- PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A Escola de Referência toma por base legal o Art. 227, da Constituição Brasileira que define “ *é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão*”. Para nortear a proposta educacional adotaremos os seguintes princípios:

- I. A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- III. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando;
- IV. A compreensão dos fundamentos científico – tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina;

JUSTIFICATIVA

HISTÓRICO

A Escola de Referência em Ensino Médio, uma instituição de ensino e formação plena, compreende as necessidades cidadãs através da oferta do ensino de qualidade, com vistas a atender às aspirações dos jovens estudantes. Propõe oportunizar o Ensino Médio conforme determina a Lei 9394/96 nos Artigos 12 e 13 e a Lei 12965, de 26/12/2005, que dispõe sobre a implantação e funcionamento das Escolas de Referência do Estado de Pernambuco.

A Escola de Referência em Ensino Médio foi criada pelo Decreto Nº. 30070 de 22/12/1996, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 23/12/1996, nos termos da legislação estadual em vigor, com fundamento no artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº.9394/1996, cadastro escolar E-000140. O prédio previsto para funcionamento encontra-se em restauração pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por se localizar em uma área de preservação histórica, tendo a Secretaria de Educação como mantenedora, e gestora dessa demanda estrutural.

Em janeiro de 2007, a Secretaria de Educação de Pernambuco – SE, determinou o funcionamento temporário da escola no prédio do Liceu de Artes e Ofício, localizado na Praça da República, Nº. 281, Santo Antonio, CEP: 50010-140, Recife – PE, pertencente a Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Permanecendo até Junho de 2008. A partir desta data, a instituição mantenedora do referido prédio solicitou a desocupação do espaço, ofertando parte do Bloco J, da UNICAP, localizado na Rua Nunes Machado, Nº. 42, no bairro da Boa Vista. Onde permanece em funcionamento.

Atualmente, 2011 a escola atende a 12 turmas do Ensino Médio, distribuídas em 4 turmas de 1ºs anos, 4 turmas de 2ºs anos e 4 turmas de 3ºs anos, com um total de 484 alunos, oriundo da região metropolitana do Recife. Os educandos são pertencentes, em sua maioria, às classes sociais C e D – média e baixa renda, com faixa etária entre 13 e 20 anos de idade, sendo atendidos em tempo integral, das 7:30 hs às 17:00 hs, com três refeições diárias, livros didáticos e fardamento escolar. A carga horária diária está dividida em 09 aulas, de 50 minutos cada, perfazendo um total semanal de 45 h/a.

Os jovens que participam do Programa de Educação Integral, da SE, passam a preencher seu tempo diário com uma maior oferta e qualidade do Ensino Público, bem como, encontram fora das ruas, novas formas de aprender a desenvolver suas habilidades, transformando-as em competências produtivas, que posteriormente serão absorvidas por sua inserção no mercado de trabalho e no seu desenvolvimento acadêmico.

O Projeto Político Pedagógico elaborado pela comunidade escolar está baseado nos princípios da co-responsabilidade entre todos que fazem parte da formação dos jovens educandos. Propõe atuar como fonte inovadora em conteúdos, métodos e gestão, bem como estimular o desenvolvimento de estratégias educacionais voltadas para a questão do Protagonismo Juvenil.

A Escola de Referência em Ensino Médio oferece aos educandos o ensino médio gratuito, com horário integral, visando uma educação para valores.

3 – OBJETIVOS

3.1 – OBJETIVO GERAL

Propiciar uma educação de qualidade para a formação de jovens competentes e cidadãos solidários, através de projetos pedagógicos pautados no desenvolvimento e aprofundamento do conhecimento, de habilidades e atitudes autônomas, bem como da convivência harmoniosa e no respeito às diferenças.

3.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3.2.1 – Exercer uma gestão participativa de co-responsabilidade, priorizando a implantação de um colegiado que promova uma educação de referência no ensino médio;

3.2.2 – Possibilitar aos estudantes a aquisição de conhecimento científico – tecnológico para o mundo do trabalho e para a vida;

3.2.3 – Desenvolver ações que integrem Escola e Comunidade a fim de viabilizar uma gestão descentralizada e participativa;

3.2.4 – Preparar os estudantes, para enfrentar os desafios profissionais e sociais, formando cidadãos críticos participativos e reflexivos, onde o conhecimento e a cultura e as competências, darão subsídios para o Protagonismo Juvenil, de acordo com os novos paradigmas propostos pela LDB 9394/96 e a filosofia das escolas de referência;

3.2.5 – Formar jovens com capacidade de inserção crítica e transformadora de uma sociedade globalizada e excludente;

3.2.6 – Proporcionar uma formação que permita aos educandos construir a consciência de si e do mundo, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do homem, construindo seu projeto de vida;

3.2.7 – Desenvolver competências fundamentais ao exercício da cidadania que permita a formação integral do estudante (competência pessoal, relacional, produtiva e cognitiva);

3.2.8 – Proporcionar a equipe técnica pedagógica e docente, capacitações sistemáticas, formação continuada, para a melhoria do desempenho nas funções desenvolvidas;

3.2.9- Formar jovens com bons critérios para avaliar e tomar as decisões na condução de sua própria vida e para estabelecer relações significativas com as demais pessoas (educação para valores);

3.2.10 – Vivenciar com os estudantes e educadores os quatro pilares – aprender a conhecer, fazer, ser e conviver, da educação Jackes Delors da conferência mundial de educação para todos;

3.2.11 – Preparar os educadores para a compreensão, a aceitação e a prática da Educação Interdimensional com adolescentes e jovens do ensino médio;

3.2.12- Assegurar aos educadores o domínio das tecnologias de ação social e educativas necessárias à implantação e desenvolvimento da educação interdimensional.

4 – METAS

A Escola de Referência em Ensino Médio , comprometida com o sucesso e os avanços no setor educacional, definiu metas no âmbito técnico-pedagógico, ousando alcançar 80% do seu potencial, sob as responsabilidades da entidade mantenedora e parceiros, de forma a:

4.1- **Buscar** todas as parcerias possíveis para garantir o início de sua auto – sustentabilidade;

4.2- **Atingir**, com eficiência e com eficácia, as metas estabelecidas no que se refere à formação integral do estudante do ensino médio;

4.3- **Capacitar** sistematicamente o corpo técnico-pedagógico e docente da Escola para melhor desempenho nas suas respectivas áreas de atuação;

4.4- **Resgatar** a excelência do ensino médio público e gratuito no âmbito do Estado, contribuindo para a melhoria de qualidade do ensino;

4.5- **Estimular** o desenvolvimento de estratégias educacionais voltadas para a questão do protagonismo juvenil;

4.6- **Oportunizar** a formação dos jovens autônomos, solidários e competentes, conscientes do seu potencial enquanto seres humanos sociais, atuando como agentes transformadores da sua realidade e mantendo-se como parceiros egressos da Escola de Referência em Ensino Médio ;

4.7- **Propiciar** aos estudantes o desenvolvimento de suas potencialidades artísticas, voltadas à valorização da diversidade cultural;

4.8- **estimular** o desenvolvimento de estratégias educacionais voltadas para o protagonismo juvenil.

5 – VISÃO DE FUTURO

Consolidar a EREM como Escola de Referência em Ensino Médio no Estado de Pernambuco.

6 – MISSÃO

Promover a educação de qualidade através do Ensino e Pesquisa, visando a formação do cidadão crítico, autônomo, solidário e empreendedor.

7- VALORES

- 7.1- **COMPROMETIMENTO** – com a formação do jovem cidadão como parte responsável pelo presente e futuro da sociedade;
- 7.2- **ÉTICA** – necessária ao desenvolvimento da cidadania e da integração social;
- 7.3- **RESPONSABILIDADE** - assumir atribuições e compartilhá-las para o bem individual e coletivo;
- 7.4- **JUSTIÇA** – perceber-se parte comum de um todo social, de valores e atitudes com integridade;
- 7.5- **SOLIDARIEDADE** – construir-se com dignidade, desenvolvendo os pilares do saber, ser, conviver e fazer;
- 7.6 – **CO-RESPONSABILIDADE** – assumir suas atribuições pessoais, sociais e de seu projeto de vida, em prol da qualidade de vida para todos;
- 7.7- **EXCELÊNCIA** - ser exemplo de replicabilidade para a Rede Pública de Ensino, possibilitando a socialização das informações, com o aporte da filosofia da interdimensionalidade, focando no jovem o desenvolvimento dos valores pelo saber ser e conviver;
- 7.8 - **QUALIDADE** - na preparação dos jovens, que estão inseridos na sociedade formal numa concepção de formação integral e interdimensional.

8- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Escola de Referência em Ensino Médio seleciona e elabora os conhecimentos e competências curriculares, tendo como premissa básica os PCNEM, a LDB 9394/96 e Parecer 15/98 do CNE/CEB. Tem como princípio integrado o eixo da interdisciplinaridade e da contextualização nas três áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza; Matemática e suas Tecnologias; Ciências humanas e suas Tecnologias.

O estudante com horário integral, tem 40 h/a semanais nas séries que compõem o Ensino Médio, com um total de 1600 h anuais por série e 4800 h anuais nas três séries. A escola, com a proposta inovadora de implementar um modelo de conteúdo, método e gestão, elabora com educandos e educadores as práticas e vivências que promovem a educação para a vida (aprender a ser, conviver, fazer e conhecer), visando a aquisição das competências pessoais e sociais, que envolvem o conhecimento de si mesmo, a qualidade dos relacionamentos, a co-responsabilidade pelo bem comum, associativismo, o compartilhar de resultados e a capacidade de autogestão, co-gestão e hetero-gestão através das seguintes estratégias:

- 8.1–seminários, fóruns, capacitações, ciclo de palestras, teleconferências, reuniões e workshop;
- 8.2–elaboração de projetos, pesquisas, excursões e exposições;
- 8.3-aulas palestras, palestras shows;
- 8.4-aulas expositivas e dialogadas;
- 8.5-aulas práticas, através de experimentos, estudos de caso, pesquisa e desenvolvimento de projetos;
- 8.6-amstras, oficinas, dinâmicas de sensibilização e integração;
- 8.7-oficinas interdisciplinares
- 8.8-protagonismo juvenil
- 8.9- implantação do banco de dados
- 8.9.1- aulas de campo
- 8.9.2- aulões/simulados
- 8.9.3- gincana
- 8.9.4-olimpíadas

9- DA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A Escola de Referência em Ensino Médio adota a nova sistemática de avaliação para o Ensino Médio, conforme determina a LDB 9394/96, obedecendo às seguintes características básicas: o diagnóstico inicial, a avaliação formativa e cognitiva. A avaliação acontece de forma democrática, abrangente, participativa e contínua. É parte integrante do processo de ensino-aprendizagem.

9.1- FORMAS DE CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO

- A escola adota as formas de classificação do estudante que poderão se dar de acordo com a LDB 9394/96, que determina em seu Art. 24:
- por promoção, para estudantes que cursaram com aproveitamento a série ou fase anterior, na própria escola por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas.

9.2- FORMAS DE REGISTROS DOS RESULTADOS DA APRENDIZAGEM

- Explicitação da sistemática de registro de notas, referentes ao processo de aprendizagem do aluno, de acordo com o sistema de avaliação e recuperação adotado pela escola;
- O educador submete-se à avaliação qualitativa anual de atuação e produção docente, com acompanhamento e controle sistemático pelo Gestor e Coordenador Pedagógico, os demais funcionários educadores são avaliados e acompanhados sistematicamente pela gestão;
- Utiliza a avaliação como instrumento da melhoria e da qualidade do processo ensino-aprendizagem e da gestão;
- A Escola de Referência em Ensino Médio espera, ao final de cada série do ensino médio, formar o jovem autônomo, solidário e produtivo, entendendo-se como:
 - AUTONOMO:** capaz de avaliar e decidir, tomando decisões fundamentadas em suas próprias crenças, valores, pontos de vista e interesses.
 - SOLIDARIO:** capaz de envolver-se como parte da solução, e não como parte do problema, no enfrentamento de questões reais da escola, na comunidade e na vida social mais ampla atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso;
 - PRODUTIVO:** preparado para compreender as características e exigências do novo horizonte de trabalho; detentor das competências básicas de gestão requeridas para um bom desempenho profissional e apto para a aquisição das habilidades específicas requeridas pela opção que abraçar.
- O estudante será avaliado mediante instrumentos variados, tais como:
 - Formas de expressão plástica, teatral, gestual, musical, falada e escrita;
 - Elaboração e desenvolvimentos de projetos;
- O estudante é também avaliado no processo, de forma contextualizada e interdisciplinar, sendo-lhe conferidas as seguintes menções:
 - O aproveitamento do aluno nas classes do ensino médio é expresso em notas de 0 (zero) a 10 (dez), por disciplina
 - O estudante é aprovado se obtiver no final de cada série do ensino médio nota igual ou superior a 6 (seis)
 - Tem direito a progressão parcial, conforme a instrução N.º. 02/98
- Caso o estudante não atinja a aprendizagem suficiente para prosseguir a série, ao receber seu certificado terá uma nova oportunidade de ensino nas disciplinas onde se faz necessário.

10- CRONOGRAMA

Janeiro						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

Fevereiro						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28					

17 Dias Letivos

Março						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

20 Dias Letivos

Abril						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

18 Dias Letivos

Maio						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

22 Dias Letivos

Junho						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

21 Dias Letivos

Julho						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

08 Dias Letivos

Agosto						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

23 Dias Letivos

Setembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

20 Dias Letivos

Outubro						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

18 Dias Letivos

Novembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

20 Dias Letivos

Dezembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

16 Dias Letivos

LEGENDA

	Início, Reinício, Término do semestre/Ano Letivo
	Formação Continuada / Planejamento
	Recesso Escolar
	Férias
	Feriados
	Novas Oportunidades de Aprendizagens
	Organização Escolar
	Sábados e Domingos
	Encontro Família / Escola

UNIDADES DIDÁTICAS/BIMESTRES

- 1ª Unidade Didática: 02/02/2011 a 19/04/2011 - 50 dias
- 2ª Unidade Didática: 25/04/2011 a 30/06/2011 - 48 dias
- 3ª Unidade Didática: 20/07/2011 a 30/09/2011 - 51 dias
- 4ª Unidade Didática: 03/10/2011 a 22/12/2011 - 54 dias

Total de Dias Letivos: 203

FERIADOS

Data	Feriado
01/01	Confraternização Universal
07 a 09/03	Carnaval
20 a 22/04	Paixão de Cristo
21/04	Tiradentes
01/05	Dia do Trabalho
24/06	São João
07/09	Independência do Brasil
12/10	N. Sr.ª Aparecida - Padroeira do Brasil
15/10	Dia do Professor
28/10	Dia do Funcionário Público
02/11	Finados
15/11	Proclamação da República
24 /12	Véspera de Natal
25/12	Natal

Quadro de distribuição: dia x semana x mês

Mês	F	M	A	M	J	JL	A	S	O	N	D	Total
2ªf	3	3	4	5	4	1	5	3	5	4	3	40
3ªf	2	4	4	5	4	1	5	4	4	4	3	40
4ªf	4	4	3	4	5	2	5	3	3	4	3	40
5ªf	4	5	3	4	5	2	4	5	3	4	4	43
6ªf	4	4	4	4	3	2	4	5	3	4	3	40
Total	17	20	18	22	21	8	23	20	18	20	16	203

Recomendação:

Adequar o calendário de acordo com as peculiaridades regionais, assegurando, durante o ano, no mínimo, 40 dias letivos para cada dia da semana, a fim de evitar déficit de carga horária em qualquer disciplina.

11- CRITÉRIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS EDUCANDOS

11.1-A Escola de Referência em Ensino Médio assegura igualdade de oportunidade de acesso a todos os educandos que a procurem, garantindo sua permanência com qualidade no processo de escolaridade no Ensino Médio, conforme Art. 53, V da 8069/90 (Estatuto da Criança e do adolescente), que garante a criança e ao adolescente “ o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência”.

11.2-A matrícula por transferência procede para estudantes vindos de outros estabelecimentos de ensino.

11.3-Progressão parcial prevista na LDB 9394/96 e na Inst. Nº. 02/98 explicita no regimento.

11.4-Das formas de classificação e reclassificação

Para os estudantes, conforme está previsto na Inst. Nº.02/02

11.5-Da forma de classificação: A escola pode receber os estudantes mediante o que se preceitua a LDB 9394/96 e a Inst. 02/02.

11.6- Da Reclassificação: A escola pode reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferência entre estabelecimentos de ensinos situados no país e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais. (art. 23, parágrafo 1º) LDB 9394/96.

12- DA EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADOS E DIPLOMAS

A escola define suas formas de expedição de resultados através de:

- Históricos Escolares
- Declarações de conclusão
- Boletins (notas) e diplomas, garantindo a regularidade e autenticidade da vida escolar do educando, observando o que prescreve a legislação
- Pareceres descritivos, contemplando resultados de aprendizagem nos aspectos das competências pessoais, sociais, cognitivas e produtivas
- Certificados de cursos de educação profissional integrada ao ensino médio, emitidos por parceiros devidamente reconhecidos.

13-RECURSOS HUMANOS

A Escola de Referência em Ensino Médio tem a seguinte estrutura funcional e atribuições:

FUNÇÕES	CAMPO DE ATUAÇÃO
GESTOR	Coordenação e integração dos trabalhos realizados na escola e da execução das deliberações coletivas do conselho de gestão
EDUCADOR DE APOIO	Articular os processos de ensino-aprendizagem da Escola, atentando para atividades pertinentes aos professores, alunos e demais serviços de apoio pedagógico existente na escola
SECRETÁRIO ESCOLAR	Realizar atividades de apoio ao processo administrativo-pedagógico, onde se concentram responsabilidades relativas à

	vida escolar do aluno e da própria instituição, e demais escrituração
COORDENADOR DE BIBLIOTECA	Promover a integração da biblioteca em todas as ações decorrentes do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem
CHEFIA DO NÚCLEO ADMINISTRATIVO	Desenvolver atividades relacionadas com o planejamento operacional e de gestão
CHEFIA DO NÚCLEO SOCIO EDUCACIONAL	Promover o atendimento às demandas, processos e pleitos, oportunizando a articulação institucional e comunitária, as parcerias e primando pela imagem positiva da entidade junto à sociedade
EQUIPE DOCENTE	Atender as demandas em suas disciplinas, de acordo as competências cognitivas, bem como participar de todas as ações pedagógicas e de gestão participativa das propostas educacionais
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Participar do gerenciamento administrativo-pedagógico da escola, atendendo as demandas internas e externas
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Gerenciar as demandas de higienização e bem estar de toda a comunidade escolar, visando a saúde coletiva e os princípios de higienização de ambientes

14- ORGÃOS COLEGIADOS

- Conselho Escolar: competência consultiva, deliberativa e fiscalizadora, representado pela comunidade escolar, com vistas a remover obstáculos no enfrentamento de problemas pedagógicos e administrativos da escola;
- Conselho de Classe: instância colegiada representativa e privilegiada para a reflexão sobre o trabalho pedagógico e é responsável pelo acompanhamento e reflexão, intermediando a relação entre os sujeitos avaliados
- A associação de pais e mestres: promover maior entrosamento entre a escola, a família e a comunidade. Incentivar os pais a colaborarem com os professores na ação educativa que visa a formação de seus filhos
- Líderes Estudantis: a promoção do protagonismo juvenil pela garantia de expressão legal dos estudantes no âmbito escolar e social
- Unidade Executora: uma associação privada formada por membros representantes da comunidade escolar interna e externa, com a finalidade de promover uma educação de qualidade com recursos do FNDE e outros .

15- REUNIÕES E ASSEMBLEIAS

A Escola de Referência em Ensino Médio compreende a co-responsabilidade e a gestão participativa como um processo de construção e entendimento da comunidade da parte atuante na formação escolar dos educandos. A ação educativa parte da práxis e dos projetos de vida dos jovens, promovendo reuniões, plantões

pedagógicos, encontros, assembléias, palestras, visitas, e atendimento particular a todos da comunidade escolar, como um meio de proporcionar a construção responsável da qualificação do Ser e do cidadão, o qual se propõe formar.

Todo projeto político pedagógico tem caráter democrático e flexível, devendo ser amplamente discutido com todos os seguimentos da unidade de ensino, bem como deve estar acessível a todos da comunidade escolar, sendo reformulado sempre que houver necessidade de ordem administrativa e/ou pedagógica.

ANEXO D
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EREM 3
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO - ANO 2012

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Escola de Referência em Ensino Médio EREM 3.
Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
Decreto nº 7051-SE.D.O de 09.12.1970
Modalidade de ensino: Ensino Médio Integral.
Localização: Município: Olinda /PE

**2. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR E ASUA RELAÇÃO COM A
COMUNIDADE**

A escola foi criada pelo Decreto 7051 SE, localizada no município de Olinda. Em 1980, devido à insuficiência da estrutura física para comportar o número de alunos, foi transferida para o endereço atual, onde até então, está situada. A escola possui alunos com a média de idade de 13 à 18 anos. Em tal localização encontramos sérios problemas, principalmente ligados ao uso de drogas e violência, uma vez que o bairro possui cinco etapas, rodeadas de comunidades carentes, e tem como sua principal atividade econômica, o comércio de pequenos e médio portes. Seus habitantes encontram-se entre as classes sociais que variam de média e baixa. Atualmente, atendemos a 235 educandos. O perfil socioeconômico é bem diversificado, entretanto, a maior parte dos nossos educandos encontra-se situada com renda mínima, muitos dependem de programas de bolsa família. A escola não possui nenhum portador de necessidades especiais.

De acordo com os estudos realizados a partir das Atas encontradas na Escola, observamos mudanças no atendimento a comunidade no que diz respeito a níveis e modalidades de Ensino. Inicialmente a mesma oferecia Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries (antigo primário) que durou nos primeiros anos de sua existência, 5ª a 8ª series, e posterior o curso de Técnico em Turismo, sendo anos depois substituído pelo curso de Técnico em Contabilidade, que teve sua última turma em 1999. Neste período a escola já oferecia Ensino Médio Regular. Em 2003, esta Instituição passa a oferecer também a EJA (Educação de Jovens e Adultos), com o objetivo de contribuir com a diminuição da distorção idade-série. No ano de 2010 a Escola tornou-se Referência em Ensino Médio, atendo ainda algumas turmas do Ensino Regular, porém no ano de 2011 passou a atender exclusivamente o Ensino Integral.

INTRODUÇÃO

Os inúmeros problemas sociais e educacionais com que nos deparamos na atualidade e o verdadeiro papel da educação são motivos de ampla discussão na sociedade contemporânea.

A escola, enquanto instituição formativa deve decidir por seus rumos e questionar constantemente sua função. Uma escola que não consegue se decidir por um projeto educacional, caminha sem direção e tem poucas chances de contribuir para a formação cidadã, atender aos anseios contemporâneos e ao desenvolvimento pleno das atuais e futuras gerações.

O Projeto Político Pedagógico de toda escola deve ser inicialmente entendido como um processo de mudança e de antecipação do futuro, que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar, significar e ressignificar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo.

Sua dimensão político pedagógica pressupõe uma construção participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares e da sociedade. Dimensão esta que se caracteriza como um dos eixos de trabalho proposto pela nossa escola.

O Projeto Político Pedagógico consiste na organização do trabalho da escola, respaldado em sua trajetória de experiências, ações concretizadas e frustradas que foram vivenciadas, permitindo ao grupo de educadores assumirem deliberadamente a necessária reflexão crítica sobre sua prática pedagógica.

A preocupação central deste projeto é construir elementos de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, visando à melhoria da qualidade do ensino, como também oferecer meios efetivos para que a comunidade escolar compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e suas consequências. Só assim será possível a busca de um novo conceito em educação, onde se ampliem às relações entre escola e comunidade escolar, visando à plena articulação entre estas partes.

Este projeto é entendido como um instrumento de intervenção não somente pedagógica, mas também política, na medida em que ele articula certo perfil de escola, cuja compreensão é da integração com a realidade regional e local em que se desenvolve. Conforme Veiga²³ o Projeto Político Pedagógico “É também um instrumento que identifica a escola como uma instituição social, voltada para a educação, portanto, com objetivos específicos para esse fim” (p. 13, 2002). Constituindo-se, assim, num processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade.

Entendido como processo de construção contínua, demanda a participação de todos os sujeitos envolvidos com o processo educativo da escola, objetivando resgatá-la como espaço público, lugar de debate, do diálogo fundado na reflexão coletiva.

Nesse sentido, este projeto é instrumento de constituição e aperfeiçoamento de nossa prática institucional, informando e construindo uma

²³ VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14a edição Papirus, 2002.

escola de qualidade e comprometida com os interesses reais e coletivos da população em que está inserida.

O Projeto Político Pedagógico aqui proposto está fundamentado numa metodologia participativa, de uma responsabilidade assumida coletivamente e embasado nos pressupostos teóricos da pedagogia histórica crítica, na qual se enfatizam, entre outros aspectos, o interesse pelas múltiplas dimensões do saber, a importância da aprendizagem para a vida e sua possível aplicabilidade para a solução dos problemas sociais.

A base legal para a elaboração do Projeto Político Pedagógico está claramente definida na Lei Federal nº. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que define normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades.

Este projeto também pretende seguir os princípios legais estabelecidos pela Lei nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), do Plano Estadual de Educação e estar em consonância com outras leis nacionais e estaduais e dos acordos internacionais que contemplem a formação do educando.

Portanto, ele foi elaborado para ser vivenciado pelo período de dois anos, numa perspectiva nova de conceitos, em que se respeitem as diferenças, na busca por uma cultura de paz, visando à qualidade do ensino e oportunizando a preservação e conservação do meio ambiente. Este projeto visa ainda contemplar a construção da nossa identidade cultural e ampliar as relações com a comunidade escolar, privilegiando a qualificação do trabalho pedagógico, objetivando a permanência e o sucesso dos alunos na escola e, desta forma, garantir uma formação que propicie competências para transformar sua própria realidade de forma democrática, ética, participativa, crítica e responsável.

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

Diretor, docentes e demais funcionários, reuniram-se para construção do Projeto Político Pedagógico da Escola.

A intenção de todos reunidos nesse projeto, é realizar um trabalho de qualidade, mediante um diagnóstico da situação da unidade escolar, nos aspectos pedagógico, financeiro, administrativo, bem como as relações entre todos os sujeitos envolvidos, que, de uma forma ou de outra, participam do processo educacional desenvolvido pela escola. Ficando esclarecido que o Projeto não pode ficar apenas nas “intenções”.

Para a sua concretização se faz necessário, um diagnóstico preciso, elegendo metas a serem atingidas, e implementar ações concretas, etapas, e recursos necessários com a avaliação daquilo que todos se propuseram a realizar.

A comunidade escolar encontra-se na faixa etária entre 13 e 18 anos. São atendidos 235 educandos no Ensino Médio. Nossos educandos não se limitam ao bairro de Rio Doce, onde a escola se localiza, pois, atendemos educandos de outros bairros. Para chegar a nossa unidade de ensino, muitos educandos necessitam de transporte coletivo ou mesmo particular. Nossa escola funciona no horário integral e são oferecidos aos alunos três refeições diárias, preparadas na própria escola, por um restaurante terceirizado.

A comunidade escolar caracteriza-se por jovens adolescentes, cuja renda familiar está entre um a dois salários mínimos. Mas também tem um percentual pequeno, de famílias que ultrapassam a essa renda.

Nossas reuniões de pais tem adesão da maioria de pais e/ou responsáveis mas pretendemos tornar as mesmas mais atrativas, para que possam conhecer com mais detalhes, a escola e o trabalho que é realizado com seu filho. Na reunião, os pais tem acesso ao boletim do educando (filho ou filha), podendo assim acompanhar todo desenvolvimento na escola. Quando nos deparamos com jovens que apresentam algum problema familiar, de saúde ou em relação ao ensino-aprendizagem, procuramos resolver de forma coerente o problema. Temos uma escola que prima pela qualidade do ensino, articulando o ensinar e o educar, em que toda equipe partilha do mesmo objetivo, que é contribuir para a formação do cidadão/cidadã.

Nossa equipe escolar é formada por pessoas comprometidas com a educação, que buscam a construção coletiva do conhecimento e uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, culturais e econômicas. Tendo como prioridade agir com competência, responsabilidade e dignidade, proporcionando contribuir para o crescimento dos educandos, para que sejam conhecedores dos seus direitos e deveres.

Nossa equipe de educadores está participando de uma formação (curso) de gestão, buscando assim aprimorar novos conhecimentos. Estamos passando por alguns problemas estruturais, financeiros e, principalmente de pessoal na área administrativa, mas acreditamos que em breve esses entraves serão revolidos.

Ações Educativas

- Interdisciplinar , contextualizado, privilegia a construção de conceitos e criação do sentido, ampliando o universo do educando.
- Promover ações que privilegiem a relação entre o sujeito e o objeto de estudo.
- Problematizar atividades que envolvam o aluno e o objeto.
- Encorajar e aceitar a autonomia e iniciativa do aluno.
- Trabalhar a partir de projetos.
- Características de uma boa escola
- Apresentar uma gestão democrática;
- Dinâmica;
- Organizada e com órgãos colegiados que a apõem;
- Com profissionais comprometidos e se sentindo parte dela;
- Centrada em projetos;
- Exigente e rigorosa nas tarefas;
- Visar à preparação moral e intelectual de um determinado ‘ modelos ‘ de homem e sociedade, moldando o comportamento do educando;
- Princípios, as teorias de aprendizagem do sistema de educação.

Visão geral da sociedade

Segundo a teoria de Durkheim ' A sociedade encontra-se, a cada nova geração, na presença de uma tábua rasa, sobre a qual é necessário construir novamente'. Demonstrando assim a necessidade da construção e reconstrução da sociedade, levando o homem a tornar-se cidadão capaz de transformar a realidade e o meio social em que vive.

Visão ideal de homem

Ser racional, provido de qualidades, capaz de modificar situações através de suas experiências. Movido por sentimentos e bagagem cultural. Diferencia-se por sua capacidade crítica e criativa de solucionar problemas, de acordo com as necessidades impostas pelo meio.

EIXOS NORTEADORES DA ESCOLA

Os princípios norteadores se inserem neste campo como um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, (re)construindo e utilizado por aqueles que desejam efetivamente a mudança. Mudar a prática educativa implica alterar concepções enraizadas e, sobretudo, sentir a fragilidade de nossa teoria, de nossa organização. A sociedade promove uma multiplicidade de motivações, fazendo com que os projetos sejam realizados, sejam eles conflitantes ou contraditórios. O projeto seria um meio de comunicação, expressão, objetivos, inspirações, sentimentos. É um instrumento dinâmico que deve estar sendo elaborado e ou refeito permanentemente, reorganizando a memória do indivíduo, dando-lhes novos sentidos e significado. O Projeto Político Pedagógico é um plano global da escola. Deve ser entendido como uma sistematização, nunca definitivo e sim um trabalho que se renova e estar em permanente reconstrução. Dentro deste contexto, apresentamos alguns princípios para mediação dos problemas existentes na escola e comunidade.

Princípios orientadores:

- Acreditamos que servir um ao outro é a nossa principal responsabilidade;
- Valorizamos relacionamentos humanos saudáveis, tratar um ao outro com respeito, perdão, compaixão, paciência, bondade e tolerância;
- Nós agimos eticamente, com integridade e honestidade;
- Acreditamos na comunicação construtiva e honesta, primeiro buscando compreender e depois ser compreendido;
- Acreditamos em um ambiente que é fisicamente, emocionalmente e espiritualmente seguro;
- Acreditamos que equipes pequenas e autocontrole e poder podem tomar decisões responsáveis e eficazes para o bem da organização;
- Nós acreditamos que a contribuição de cada indivíduo é essencial para o nosso sucesso;
- Nós manteremos nossos compromissos assumidos;

- Estamos continuamente buscando melhorar a qualidade de tudo o que fazemos como servimos os nossos colegas de trabalho, educandos, seus pais e ao público;
- Promoveremos o crescimento da aprendizagem, pessoal, profissional e ao longo dos anos letivos.

Missão

Diante da proposta do Programa de Educação Integral, entende-se como missão da presente instituição: oferecer uma educação baseada em valores éticos, morais, políticos e sociais, sendo esta capaz de formar jovens autônomos, solidários e produtivos.

Visão de Futuro

Ser uma instituição reconhecida dentro da rede pública estadual de Pernambuco pela qualidade de ensino que oferece. Destacar-se também, no referente às escolas integrais pelo desenvolvimento de projetos focados na educação interdimensional permitindo desse modo, que o educando exercite sua capacidade cognitiva, afetiva, física, ética e estética.

Valores

- **AUTONOMIA** - Valor que reconhece o direito de um indivíduo tomar decisões livremente, com independência moral ou intelectual. Essa capacidade é apresentada pela vontade humana de se autodeterminar.
- **RESPEITO MÚTUO** - Valor que leva as pessoas a tratarem as outras com atenção e consideração.
- **TOLERÂNCIA** - Valor que admite maneiras de pensar, de agir e de sentir diferentes ou mesmo opostas às nossas.
- **SOLIDARIEDADE** - Valor que se manifesta no compromisso pelo qual cada indivíduo assume de oferecer ajuda.
- **PARTICIPAÇÃO SOCIAL** - Valor que se desenvolve quando o indivíduo se sente parte da vida em sociedade e compartilha com os demais membros da comunidade conflitos, aflições e aspirações comuns.
- **JUSTIÇA** - Apresenta-se quando o indivíduo é capaz de perceber, distinguir ou julgar aquilo que é direito.
- **ÉTICA** - Valor que norteia a conduta humana na sociedade, e serve para que haja um equilíbrio no funcionamento social, possibilitando que ninguém se sinta prejudicado.

Compromisso

No cenário atual percebe-se dentro das escolas o desrespeito às diferenças e a falta de valores éticos manifestada nas violências físicas ou simbólicas entre os sujeitos. Diante disso, a EREM 3 assume o compromisso ético e social na construção de valores como a tolerância, o respeito, o diálogo e a justiça. Além disso, a mesma entende como fundamental a responsabilidade social dos profissionais envolvidos com a construção de saberes dos educandos. Pois, entende que o ambiente escolar é uma

representação da vida em sociedade, servindo de palco de embates pessoais e relacionais. Dessa forma, a escola tem as oportunidades necessárias para acompanhar o crescimento dos educandos como cidadãos no mundo.

Utopias

Segundo o dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, *utopia é qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem-estar da coletividade*. Ao pensar dessa maneira, é indiscutível o papel da escola como um agente de transformação, pois como afirma Paulo Freire “a educação não muda o mundo, muda as pessoas”. Na relação ensino-aprendizagem, professores e alunos juntos se educam, ora aprendendo ora ensinando. Por isso, a partir do compromisso ético e social, a EREM 3 tem como ideário transformar a realidade do bairro de Rio Doce, quiçá do município de Olinda através do ensino comprometido com a transformação de vidas a partir de um currículo escolar contextualizado e uma concepção de ensino baseada na educação interdimensional.

ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA

Salas de aula: 15
 Sala dos professores: 01
 Banheiros dos professores: 02
 Secretaria: 01
 Sala do Arquivo: 01
 Sala de Direção: 01
 Banheiro da Direção e Secretaria: 01
 Almoxarifado: 01
 Biblioteca: 01
 Laboratório de informática: 02
 Cozinha: 01
 Depósito da cozinha: 01
 Auditório: 01
 Banheiro dos educandos: 01
 Banheiro das educandas: 01
 Sala do Grêmio Estudantil: 01
 Banheiro do pessoal da Adlim feminino: 01
 Banheiro do pessoal da vigilância masculino: 02
 Laboratório de Ciências: 01
 Sala de Esportes: 01
 Banheiros da Sala de Esportes: 07
 Áreas cobertas: 02
 Quadra de Esportes: 01
 Área para estacionamento: 01

Nossa escola necessita urgentemente da cobertura da quadra, visando à saúde física dos nossos educandos, uma vez que, o sol é muito forte, tornando desumano às práticas esportivas, como também a construção das arquibancadas da nossa quadra.

PROPOSTA CURRICULAR

Organização da Escola:

- 1. Horário, Turmas e Salas;**
- 2. Biblioteca** (7:30h às 12:00h e 12:30h às 17:00h);
- 3. Multimeios;**
 - Sala de informática;
 - Sala de Jogos;
 - Auditório;
 - Biblioteca;
 - Laboratório(Ciências e Humanas).

Organização do Trabalho Pedagógico.

- Objetivos:

- Preparar o educando não só para avaliações externas e internas, mas também para a vida.

- Conteúdo:

- O conteúdo ministrado em cada disciplina é fundamentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais bem como no Programa de Educação Integral.

- Métodos:

- Apresentação de conteúdo fazendo uso de multimídias;
- Seminários com pesquisas e socializações;
- Aulas extraclasse(visitas a museus, cidades históricas, polo econômico industrial, espaço ciência, feira de profissões , etc).

- Avaliações:

- Participação dos educandos em sala de aula;
- Atividades realizadas em laboratórios;
- Verificação do Aprendizado para provas objetivas;
- Apresentação de seminários;
- Atividades em grupo bem como individuais.

Processos de Avaliação Interna:

Se dá de forma processual formativa, cumulativa e participativa, conforme expresso no item avaliações;

Processo de Avaliações Externa :

Se dá através de provas estaduais(SAEPE, LONGITUDINAL) e nacionais(ENEM, PROVA BRASIL, OBMEP, UFPE, UFRPE, UPE , UNICAP).

ANEXO E

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EREM 4

APRESENTAÇÃO

O presente projeto pretende sistematizar um amplo processo de reflexão e ação desenvolvido por todos que fazem a escola, objetivando a construção de um Projeto Político Pedagógico construtivo e interativo.

Elaborar o Projeto Político Pedagógico de uma escola é buscar, através de um trabalho coletivo e bem articulado entre professores, funcionários, alunos e comunidade escolar, a elaboração de uma proposta que vise não só o registro de intenções, mas também um documento que expresse a reflexão e o trabalho realizado em que todos os seguimentos se envolvam no desenvolvimento da escola.

Segundo Vasconcellos (1975), o projeto político pedagógico é “ um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do coletivo da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita a ressignificação da ação de todos os agentes da instituição”. (p.143)

Na intencionalidade de estabelecer parâmetros para uma nova organização da práxis educacional e a partir da observação e do levantamento feito, procura-se propor ações que possibilitem a resolução de problemas detectados em todos os segmentos educacionais: pedagógico, social e administrativo, bem como dar continuidade às ações.

Desta forma, o projeto é um produto de uma Gestão Democrática, que propicia discussão com toda comunidade escolar, na missão de elevar a qualidade de ensino-aprendizagem, seguindo as diretrizes básicas dos Parâmetros Curriculares Nacionais da educação que norteiam as ações de todo o processo educacional.

IDENTIFICAÇÃO

A Escola de Referência em Ensino Médio _____ visa atender com maior eficácia as necessidades surgidas na escola, tendo assim condições de atender melhor o nosso aluno, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação vigente, fundada em 26 de Julho de 1967, com autorização de funcionamento, publicada no Diário Oficial, de 20 de Fevereiro de 1986, decreto 11.194 e cadastro escolar N° E108029, localizada _____ Olinda, com o nome Escola Estadual _____.

Em 2009, através do decreto estadual n° 37.826, de 31 de janeiro de 2009, a escola foi transformada em Escola de Referência em regime de ensino semi-integral. Após três anos, tornou-se regime integral. Atualmente, conta com 16 turmas (640 alunos), de primeiros a terceiros anos do Ensino Médio, com aulas de segunda-feira a sexta-feira, das 07h30 às 16h40. Salienta-se, também, que, à noite, oferece a modalidade Travessia (30 alunos) com 01 turma.

O quadro de funcionários é formado por 01 gestora, 01 chefe do núcleo administrativo, 01 técnica educacional, 25 professores (02 do projeto Travessia), 03 auxiliares administrativos, 06 auxiliares de serviços gerais (02 efetivos e 04 da ADLIM), 02 merendeiras (ADLIM), 04 vigilantes (02 em escala diurna e 02 noturna).

O prédio possui três pisos com 18 salas de aula (sendo uma utilizada como laboratório de Robótica e outra para Ciências Humanas), 01 quadra poliesportiva coberta, 01 área de lazer, 01 auditório, 01 biblioteca, 01 sala de direção com almoxarifado, 01 sala de coordenação, 01 sala de secretaria contendo sala de arquivo, 01 sala de professores com 02 banheiros e armários, 01 refeitório, 01 cozinha, 01 sala de Educação Física, 02 salas de apoio do professor, 01 sala da Banda Musical, 01 almoxarifado, 01 laboratório de informática, 01 laboratório de Línguas, 01 laboratório de Matemática/Física, 01 laboratório de Química, 01 laboratório de Biologia, 04 banheiros (com 05 assentos e 02 chuveiros, cada) e 04 banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais – assim como todo o espaço físico da escola.

Esse novo espaço não dirimiu os problemas físicos da escola, já que falta ainda a equipagem dos laboratórios e a melhoria da climatização das salas de aula, assim como o acesso à internet *Wi-Fi*.

Salientando que os professores passaram por um processo longo de seleção para serem efetivados no quadro da escola, bem como a gestora, passando por entrevista, prova escrita e análise de currículo. Essa seleção

seguiu regras e procedimentos previstos em edital e foi supervisionada por uma comissão do Governo do Estado e do Programa de Educação Integral.

A gestora assumiu o cargo com uma postura forte e democrática, sendo consolidada posteriormente pela comunidade escolar como de grande importância para a mudança pela qual a escola passou durante os anos seguintes. Um trabalho de enfrentamento das forças negativas ao bom andamento dos trabalhos, tanto externas quanto internas à escola, e de aproximação de uma comunidade tão carente e residente em uma área de vulnerabilidade social – o que a faz mais que uma administradora, pois, segundo COSTA (2001, p.71) “a tarefa do educador é fazer tudo que esteja ao seu alcance pra que enfim o educando descubra e comece a trilhar o seu caminho”

A escola, mantida pela Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco e pelo Governo Federal, através do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação).

JUSTIFICATIVA

Em um trabalho cooperativo, participativo e dialógico, o Projeto Político Pedagógico foi construído em busca de uma sistematização do contexto educacional de nossa instituição, desde sua função social – enquanto local para e pela cidadania–, suas metas, eixos norteadores e planejamento. Sabido que a escola é um ambiente de amplo processo de reflexão que visa a desenvolver e inserir socialmente todos que a integram.

Toda proposta pedagógica está sempre em fase de construção e reconstrução, pois, sistematicamente, abre a possibilidade de toda a comunidade educacional repensar sua caminhada e suas formas de percorrer por esses caminhos. Do ponto de vista da educação como um processo dialógico, social e interdisciplinar, a escola permite que, além do pensar, os alunos e sua comunidade possam produzir reflexão, isto é, sejam capazes de ler e analisar seus próprios ideais e metas, na busca de sua fundamentação, sem desconhecer a tradição histórica, os valores consagrados, a trajetória e os marcos de sua referência na comunidade mais ampla. O cidadão, antes de tudo, deve ser crítico; e essa criticidade começa entre os muros de casa e os da escola – formando um par colaborativo.

A elaboração do nosso PPP, repensando as funções da nossa instituição escolar, foi fruto de um trabalho coletivo contextualizado e bem articulado entre professores, funcionários, alunos e comunidade escolar – já que todas as partes são atores da realidade de nossa instituição. Esforçamo-nos para que o objetivo desta proposta não visasse apenas ao registro de intenções, porém que representasse um conjunto de ações que expresse a reflexão de uma educação de qualidade e o trabalho realizado em conjunto, o qual todos os seguimentos se envolvam e fomentem o debate para o gradual desenvolvimento da escola.

Segundo Vasconcellos (1995, p.143), o projeto político pedagógico é:

“um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do coletivo da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita a resignificar a ação de todos os agentes da instituição”

a fim de que se estabeleça parâmetros para uma nova organização da práxis educacional, a qual o aluno é o protagonista da ação escolar. Através de uma observação continuada e de um levantamento processual de nossas práticas e dos resultados alcançados e almejados, procuramos propor ações que possibilitem a resolução de problemas detectados nos níveis

pedagógico, social e administrativo, bem como evidenciar e propor projetos que impliquem em resultados positivos para o ensino-aprendizado.

Com isso, o projeto assim entendido não ficará reduzido à compilação, em um documento fictício, trata-se sim, de um estatuto comprometido e significativo pedagogicamente, já que sua sistematização concretizou-se a partir de um repensar das relações e práticas sociais – enquanto peças essenciais da formação discente.

Por fim, a proposta de nosso projeto é um produto de uma Gestão Democrática, de discussões entre os segmentos da comunidade escolar, buscando elevar a qualidade do ensino oferecido, seguindo diretrizes básicas da Lei de Diretrizes Bases da Educação, do Estatuto da Criança e do Adolescente, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e, regionalmente, da Base Curricular Comum e suas OTMs (Orientações Teórico-Metodológicas), que norteiam as ações dos envolvidos nesse processo, sem deixar que o PPP seja entendido como um produto pronto e acabado, e sim, como um processo contínuo que evolui, equiparando-se com as necessidades das conjunturas sociais que permeiam a escola.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. Função Social da Escola:

Oferecer ao educando melhores condições de estudo visando formar cidadãos críticos, conscientes e capazes, desenvolvendo competências e habilidades necessárias a sua maior inserção no ambiente social e no mercado de trabalho.

2. Eixos Norteadores:

Aprender a aprender, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a fazer.

3. O Trabalho Pedagógico

A escola desenvolve uma prática pedagógica caracterizada pela construção crítica e criativa, com a responsabilidade social do conhecimento, estimulando o desenvolvimento integral da pessoa e de suas relações, visando o convívio social, baseado no respeito mútuo, na diversidade e no reconhecimento do valor do outro. E para que isso seja garantido é necessário seguir princípios norteadores, entre eles:

- A pessoa como centro do processo educacional;
- A fundamentação ética, pautada no respeito à natureza e à humanidade, na justiça, na responsabilidade social e na solidariedade;
- A consciência crítica-cidadã;
- O foco permanente na educação;
- A visão interdisciplinar e dialógica;
- A formação educacional mais qualificada;
- O fortalecimento na identidade institucional: pedagógica, cultural e comunitária.

4. Currículo

O currículo é ação. O professor deve estar aberto à comunicação, à troca, à reflexão, aos desafios. O indivíduo é um ser indiviso, que constrói conhecimento usando não apenas a razão, mas a intuição, as sensações e as emoções. Educar, então, significa respeitar o conjunto de inteligências que

cooperam harmoniosamente entre si para a construção de uma sociedade mais solidária.

5. Planejamento

Planejar é uma questão de compartilhamento teórico e prático, através de uma postura interdisciplinar, visando à interação das diversas áreas do conhecimento e seus conteúdos, com o intuito de uma aprendizagem ampla e eficiente.

MISSÃO

Garantir um Ensino Médio de qualidade que proporcione ao aluno conhecimentos, habilidades e formação de valores, através de propostas inovadoras em um ambiente democrático e de valorização humana para atender aos padrões de formação de cidadãos críticos e conscientes. Essas atividades estimulam-nos a exercerem sua cidadania e prepara-os para sua vida profissional, para o vestibular e para a vida, através da pedagogia da presença em que os pais, mestres e responsáveis se comprometam com o aluno em toda sua formação, com base na amizade, confiança, solidariedade e respeito, tendo como principal objetivo a formação do jovem protagonista.

VISÃO DE FUTURO

Ser uma Escola reconhecida regional e nacionalmente como referência em Ensino Médio de qualidade e práticas inovadoras, formadora de jovens autônomos e transformadores do seu meio.

VALORES

ÉTICA que desenvolve a DISCIPLINA que constrói o RESPEITO e a confiança. COMPETÊNCIA que gera resultados. COMPROMISSO e PARTICIPAÇÃO que ultrapassam as fronteiras da família e da escola, transformado seu entorno.

OBJETIVO GERAL

Reestruturar e reparar as ações que estão em dissonância com o papel da EREM na comunidade que a cerca, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem, contribuindo para a formação do caráter cidadão, a construção de jovens atuantes política e socialmente, assim como para a inserção do mesmo no mercado de trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Envolver representantes de todos os segmentos da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico, reunindo, periodicamente, a comunidade escolar para discutir e socializar seus objetivos e metas;
- Buscar alternativas pedagógicas para melhorar os índices de aprendizado do alunado;
- Elevar os índices satisfatórios dos alunos, buscando a proficiência de habilidades e competências;
- Oportunizar a utilização adequada e com fins pedagógicos de todos os espaços e ferramentas que pertencem à Unidade Escolar;
- Avaliar os resultados atingidos com a execução das ações propostas no plano;
- Melhorar o diálogo com alunos, pais e comunidade;
- Socializar, com eficiência, os resultados obtidos pela escola para a comunidade escolar;
- Constituir uma equipe de autoavaliação que intervenha nas diferentes partes interessadas e nos pontos críticos;
- Melhorar a comunicação e as relações interpessoais entre órgãos administrativos, direção, professores, alunos e pais;
- Desenvolver, na gestão escolar, o sentido de liderança democrática e organizada;
- Avaliar os resultados atingidos com a execução das ações propostas no planejamento;

- Construir e vivenciar experiências, através de projetos pedagógicos garantindo a participação e aprendizagem significativa do educando;
- Desenvolver junto com os professores uma metodologia prazerosa e mais específica, para ministrar as aulas, tendo em vista a especificidade do turno e as necessidades dos alunos.
- Simplificar e organizar os procedimentos administrativos, assim como modernizar os serviços de secretaria;
- Buscar convênios externos para patrocínio de eventos e projetos;

METAS

- Reunir o Conselho Escolar três vezes ao ano para discutir as diretrizes da escola e os problemas que por ventura forem surgindo, além de reuniões especiais, marcadas de acordo com as necessidades surgidas ao longo do ano letivo;
- Gerenciamento dos recursos financeiros de maneira mais participativa, visando, também, e, primordialmente, às necessidades pedagógicas.
- Realizar reunião de pais e mestres ao final de cada bimestre, atrelada a um plantão pedagógico, com foco no rendimento dos alunos e na disciplina escolar.
- Desenvolver uma cultura de solidariedade que permita aos educandos perceberem a significação de uma educação conscientizadora e participativa;
- Garantir aos educandos formação para o exercício da cidadania através de projetos, como a PROVA, IDOLS, MUSICARTE e a EXPOCIÊNCIA, que sirvam de suporte e/ou meio de eles progredirem no trabalho e nos estudos posteriores;
- Exercitar atitudes de protagonismo e de liderança, tendo como meta o exercício participativo no processo de ensino-aprendizagem;
- Despertar nos educandos uma postura crítica pautada no respeito, para compartilhar das ideias e ações da construção participativa do PPP, buscando a qualidade do ensino;
- Garantir a comunidade escolar à entrega de documentos solicitados nos prazos estabelecidos;
- Proporcionar a todos os professores momentos de estudos e formação continuada com o intuito de garantir a qualidade de ensino, possibilitando ao aluno e ao professor perceber a importância da pesquisa na construção do conhecimento;
- Assegurar uma avaliação diagnóstica processual que leve em consideração todo o tempo de permanência e atuação do aluno em sala de aula;
- Consolidar as propostas da Educação Integral;
- Elevar a média nas avaliações externas, bem como o IDEB e SAEPE;
- Garantir a participação em olimpíadas escolares;
- Promover encontros pedagógicos mensalmente entre professores e gestão.

AVALIAÇÃO

As práticas pedagógicas e os planos de ação são avaliados e acompanhados em reuniões periódicas por professores, equipe gestora e conselho escolar, tendo como foco principal um melhor resultado na relação ensino/aprendizagem.

Todo o fazer pedagógico será realizado de forma sistemática e continuada, a fim de permitir intervenções que se fizerem necessárias ao longo de todo processo educacional, possibilitando assim, seu melhor desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SILVA, Eurides Brito da. A Educação Básica Pós-LDB. Editora Pioneira. São Paulo, 1999.
- VITÓRIA, GRE da Mata Centro. Divisão de Programas Escolares. Encontro com Educadores de Apoio. Modelo de uma Proposta Político Pedagógica.
<http://colegiodeoclides.blogspot.com>